

Marcos Rogerio Jesus Chagas

OS GRÊMIOS ESTUDANTIS E AS MOBILIZAÇÕES SECUNDARISTAS EM BAURU NO ANO DE 2015



MARÍLIA
2020

MARCOS ROGERIO JESUS CHAGAS

OS GRÊMIOS ESTUDANTIS E AS MOBILIZAÇÕES SECUNDARISTAS EM BAURU NO ANO DE 2015

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (**PROFSOCIO**) Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília/SP como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jair Pinheiro

Bolsa: CAPES

MARÍLIA – S.P.
2020

C433g Chagas, Marcos Rogerio Jesus
Os Grêmios Estudantis e as Mobilizações
Secundaristas em Bauru no ano de 2015 / Marcos
Rogerio Jesus Chagas. -- Marília, 2020
175 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e
Ciências, Marília
Orientador: Jair Pinheiro

1. Sociologia. 2. Grêmios Estudantis. 3.
Ocupações de Escolas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados
fornecidos pelo autor(a).

MARCOS ROGERIO JESUS CHAGAS

OS GRÊMIOS ESTUDANTIS E AS MOBILIZAÇÕES SECUNDARISTAS EM BAURU NO ANO DE 2015

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (**PROFSOCIO**) Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília/SP, como requisito para obtenção do título de Mestre.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professor Doutor Jair Pinheiro

Membro Titular: Professor Doutor Henrique Tahan Novaes

Membro Titular: Professor Doutor Lucas André Teixeira

Marília, 29 de abril de 2020

A todos que lutam pela construção de um mundo melhor!

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Agradeço a minha companheira, que me apoiou durante todo este trajeto, por além de ter me acompanhado, ter me incentivado e compartilhado os momentos de angústia e ansiedade.

À Universidade pública por ainda servir de espaço para formação de qualidade.

À todas as professoras e professores que se colocam em luta pela busca de uma educação verdadeiramente libertadora.

Aos estudantes e sua luta para transformar a educação e a sociedade.

CHAGAS, Marcos Rogério Jesus Chagas. Os Grêmios Estudantis e as Mobilizações Secundaristas em Bauru no ano de 2015. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2020.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar os debates conceituais que envolvem a organização dos estudantes secundaristas, como sua condição de classe, o processo de alienação conduzido por meio da escola e as relações democráticas presentes no ambiente escolar. Para esta análise, usa-se como base o movimento de ocupação de escolas em Bauru no ano de 2015, contra o projeto de “reorganização” das escolas. O objetivo é analisar a participação dos grêmios estudantis nestes movimentos, podendo assim realizar um debate sobre os grêmios enquanto instrumentos de organização dos estudantes secundaristas. Considerando as disputas de classe em nossa sociedade e o papel dos estudantes secundaristas dentro destas disputas, nos propomos a avaliar em que medida os grêmios são usados como instrumento de controle e limitação da atuação do movimento estudantil secundarista. Outro elemento também usado é um levantamento histórico no movimento estudantil no Brasil, e na cidade de Bauru, para observar como os estudantes se organizaram ao longo da história e como ocorreram as tentativas de controle sob as entidades organizativas dos estudantes. Como forma de observar estas condições dentro do ambiente escolar no período do pré e pós ocupação, fizemos um estudo de caso de uma das escolas ocupadas na cidade de Bauru, observando o papel da direção da escola no controle do grêmio, seja de suas atividades, seja para que os estudantes envolvidos na ocupação tenham obstáculos para reformular o estatuto do grêmio, e posteriormente, interferindo no processo eleitoral para que a chapa ligada aos alunos do movimento estudantil não ganhem o processo eleitoral. Os elementos levantados nos mostram que o controle do estado sob os Grêmios Estudantis, estabelecidos durante o período da ditadura militar, permanece ainda nos dias atuais, com o Estado se apresentando como “incentivador” da organização dos estudantes, impondo desta forma a sua perspectiva de organização estudantil.

Palavras – chave: Grêmio Estudantil. Movimento Estudantil. Ocupação de Escola. Movimento Estudantil em Bauru. Autonomia.

ABSTRACT

The present work search to present the conceptual debates that involves the secondary student organizations like his class condition, the alienation process conducted by the school and the democratic relations presents in school ambience. To this analyse uses how base the occupation movement of schools in Bauru in the year 2015 against the project of schools "reorganization". The objective is to analyse the participation of student associations in these movements thus being able to performing a debate about the associations as instruments of organization from secondary students. Considering the classes dispute in our society and the role of secondary students inside at these disputes, us propose to evaluate in which dimension the associations are used as instrument of control and limitation of acting from secondary student movement. Another element too used is a historical survey on the student movement in Brazil and in city of Bauru to observe how the students got organized over the history and how occurred the attempts of control under the organized entities of students. As a way of observing these conditions in the school ambience in the period of before and after occupation we made an event study of one of school that was occupied in the city of Bauru observing the role of school direction in control of student association or of your activities or in the control of students involved in the occupation to make obstacles to reformulating the statute of student association and posteriorly interfering in the electoral process. The elements of survey show us that control of State under the student associations established during the dictatorship period remains still in nowadays with the State performing like a "encourager" of the student organizations imposing in this way your perspective of student organization

Key, Words: Organization from secondary students. Student Movement. School Occupation. Student Movement in Bauru. Autonomy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional número 5
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
CEEJA	Centro Estadual de Educação para jovens e Adultos
DOI- CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
CCE	Centro Cívico Escolar
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
CPC	Centro Popular de Cultura
EMC	Educação Moral e Cívica
FAC	Frente anticomunista
FBE	Federação Estudantina de Bauru
GE	Grêmio Estudantil
GEDUC	Grupo de Atuação Especial de Educação
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITE	Instituição Toledo de Ensino
JPT	Juventude do Partido dos Trabalhadores
ME	Movimento Estudantil
MPL	Movimento Passe-Livre
MMDC	Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEE	Secretaria de Estado da Educação
SENAI	Serviço nacional de aprendizado industrial.
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UJS	União da Juventude Socialista
UMESB	União Municipal dos Estudantes de Bauru

UMES	União Municipal dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paulista dos Estudantes Secundaristas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. CONCEITO DE JUVENTUDE, ESTUDANTE E A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	18
1.1 ESTUDANTES SECUNDARISTAS E LUTA DE CLASSES.....	22
1.2 ALIENAÇÃO, ESPAÇO ESCOLAR E ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	29
2. MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS..	36
2.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E OCUPAÇÕES DE ESCOLAS EM BAURU.....	52
2.2 AS OCUPAÇÕES DE 2015 EM SÃO PAULO E SUA PAUTAS.....	62
3. OS GRÊMIOS ESTUDANTIS.....	73
3.1 A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES E O GRÊMIO NA ESCOLA. STELA MACHADO EM BAURU.....	82
3.2 OS GRÊMIOS E AS OCUPAÇÕES DE 2015.....	109
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: GRÊMIO, DOS ESTUDANTES OU DO GOVERNO?	119
.....	
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a história da organização e participação política dos estudantes, podemos perceber que desde o início do século passado o movimento estudantil foi assumindo um papel cada vez mais presente em diversos eventos, principalmente políticos e culturais, tanto no Brasil como em boa parte do mundo. Isto pode ser observado como um fenômeno mundial que também tem suas expressões no Brasil, sendo possível citar, como exemplo, no século passado, a participação dos estudantes na campanha “o petróleo é nosso”, na luta contra o regime militar, nas manifestações das “diretas já”, no movimento dos “caras pintadas” e etc.

Já no século XXI, mais precisamente o ano de 2015, foi um ano emblemático para a educação e para a organização dos estudantes das escolas secundárias, principalmente no Estado de São Paulo. No dia 13 de março daquele ano teve início uma das mais longas greves de professores da história do Estado, durando 91 dias. Apesar de ser uma greve de professores, convocada pelo sindicato que representa a categoria no estado de São Paulo, um fenômeno importante ocorreu durante esta greve: a intensa participação dos estudantes secundaristas, que realizaram atos e participaram de passeatas e atividades em defesa da educação e em apoio à greve dos professores.

A participação dos estudantes ocorre desde o início do processo de greve, sendo que no mesmo dia que ocorre a assembleia de professores em São Paulo (13/03/2015), que decide pela deflagração da greve, ocorre na cidade de Araraquara um primeiro ato de estudantes secundaristas, tendo como pauta as condições estruturais da educação.

Um grupo de aproximadamente 100 alunos do ensino médio da Escola Estadual Léa de Freitas Monteiro, no Jardim Brasil, em Araraquara (SP), realizou um protesto pela educação pública nas ruas da cidade durante a manhã desta sexta-feira (13). A movimentação contou com um carro de som, cartazes e instrumentos musicais e teve como destino a sede da Diretoria Regional de Ensino, no Centro da cidade.

Durante o percurso, os estudantes cantaram a respeito dos problemas como a qualidade da merenda escolar e o excesso de alunos em sala de aula. O ato foi aplaudido pela população que assistia à manifestação. Algumas pessoas, inclusive, aderiram ao protesto e caminharam junto aos estudantes. (G1 SÃO CARLOS E REGIÃO, 2015)

Passado aquele final de semana, agora na cidade de Bauru, também interior do estado de São Paulo, estudantes de diversas escolas saem às ruas no dia 16 de março, em marcha e interrompem o fluxo de veículos na avenida onde se localiza a Diretoria de Ensino da cidade. Esta manifestação foi feita exclusivamente por estudantes de algumas escolas da região e foi realizada em apoio à Greve dos professores, que naquele momento ainda contava com baixa adesão entre os professores, mas entre os estudantes já havia a mobilização por cobranças de melhorias nas escolas públicas.

Professores da rede pública estadual de ensino, dos níveis Fundamental e Médio, decidiram entrar em greve na última sexta-feira (13) durante assembleia geral, que aconteceu em São Paulo e reuniu cerca de 4 mil pessoas. Apesar de a adesão ainda ser baixa no Estado, os efeitos em Bauru começaram a ser sentidos nesta segunda-feira (16), como nas escolas Stela Machado, Guia Lopes e Dr. Luiz Zuiani. Houve também manifestação de alunos. (...) Cerca de 50 alunos do Stela Machado, Guia Lopes e Professora Irmã Arminda realizaram uma manifestação em frente da Secretaria de Estado da Educação, localizado na quadra 9 da rua Campos Salles, Vila Falcão, em Bauru. A manifestação começou por volta das 7h desta segunda (16) e seguiu pacificamente até 9h30. A quadra ficou interditada durante o protesto dos estudantes. Segundo os alunos, o intuito foi reivindicar contra as “aulas vagas” que eles possuem todos os dias, pedir a valorização dos professores e também uma forma de apoiar a greve dos profissionais da educação. (JORNAL DA CIDADE. 2015)

Após estas manifestações estudantis ocorridas em Araraquara e Bauru, foi possível acompanhar pelo estado de São Paulo uma série de manifestações de estudantes secundaristas em apoio à greve dos professores e em defesa da educação pública. Esta atuação estudantil esteve presente durante os 91 dias da greve e esteve presente na maior parte das regiões do estado, nos levando a afirmar que este foi um fator fundamental para o fortalecimento da greve e do processo de luta dos professores.

A greve de professores do estado de São Paulo, apesar de ter sido a mais longa da história da categoria e com forte apoio estudantil, foi encerrada em junho de 2015, sem nenhuma conquista significativa. Naquele ano, além da derrota sofrida durante a greve, em setembro, o governador do Estado anuncia um projeto de “reorganização das escolas”, que previa a formação de escolas com ciclos únicos e o fechamento de mais de 94 escolas públicas pelo estado. Os meses que se sucederam a este anúncio, (setembro e outubro) foram marcados por uma série de

manifestações estudantis por todo estado contra o projeto de “reorganização” proposto pelo governador.

Em Bauru, a primeira manifestação de estudantes contra o projeto de reorganização ocorreu no dia 30 de setembro em uma das escolas da periferia da cidade que seria atingida diretamente pelo projeto de reorganização proposto pelo governador.

Aproximadamente 100 pessoas, entre pais e alunos, protestaram contra o suposto fechamento da escola Ayrton Busch, no parque Jaraguá, em Bauru (SP), na noite desta quarta-feira (30), segundo a Polícia Militar. O protesto durou aproximadamente duas horas. A reformulação foi anunciada pela Secretaria Estadual de Educação e pode causar a transferência de escola para parte dos estudantes. (G1 BAURU MARÍLIA, 2015)

Durante os meses de setembro e outubro foram ao menos 5 manifestações na cidade realizadas por estudantes de diversas escolas, principalmente das escolas que posteriormente foram ocupadas contra o projeto do governo. Houve, desde trancamento de importantes avenidas da cidade a manifestações em frente a Diretoria de Ensino. Contudo, estas manifestações não fizeram com que o governo voltasse atrás ou sequer abrisse um canal de diálogo com os estudantes.

No início do mês de novembro, mais precisamente no dia 09, uma primeira escola foi ocupada por estudantes na cidade de Diadema, sendo seguida por outras ocupações de escolas por todo estado de São Paulo. Ao iniciar o mês de dezembro o estado de São Paulo contabilizava mais de 200 escolas ocupadas por estudantes secundaristas contra a “reorganização”, dentre estas, quatro na cidade de Bauru. Os estudantes além de manterem as ocupações de escolas, passaram a realizar o trancamento de avenidas, principalmente da cidade de São Paulo. Diante de um crescente apoio da população ao movimento dos alunos, em 4 de dezembro de 2015 o governador Geraldo Alckmin anuncia em uma coletiva de imprensa a suspensão do projeto de “reorganização das escolas”. Entretanto, antes disto já havia realizado muita repressão às manifestações e ocupações de escolas.

Todos esses eventos ocorridos no intervalo de menos de um ano, fizeram com que o ano de 2015 tenha sido um dos mais intensos na atuação do movimento estudantil secundarista no estado de São Paulo, participando ativamente da greve dos professores do Estado e posteriormente, derrotando a proposta de

reorganização apresentado pelo governo através das ocupações de escolas, no segundo semestre.

Quando olhamos para o ano de 2015 vemos uma intensa participação dos estudantes secundaristas, mas não vemos na mesma intensidade o envolvimento dos Grêmios Estudantis e isto nos leva a algumas reflexões. Os grêmios estudantis são entidades de organização de estudantes em seu local de estudo, e em diversos momentos da história serviram como instrumento para a organização dos estudantes secundaristas, tendo sido inclusive fechados e substituídos por Centros Cívicos Escolar, durante a ditadura militar no Brasil.

Os grêmios só voltaram a ser permitidos em 1985 com a Lei “grêmio livre”, que é fruto de toda uma luta dos estudantes que buscavam através da lei garantir a legalidade de sua organização enquanto categoria. Contudo, a aprovação da lei não garantiu efetivamente as condições de organização e autonomia para os grêmios, principalmente por não ter cessado as ações do Estado para controle destas entidades, fazendo os estudantes perderem o interesse de se organizar através dos grêmios. O reflexo desta situação pode ser sentido nos movimentos dos estudantes em 2015, que apesar de ser um ano de bastante atuação estudantil, é possível observar pouca ou nenhuma presença dos grêmios estudantis nos dizeres das bandeiras, nos cartazes, nas falas e na organização dos estudantes.

Os grêmios estudantis parecem neste momento da história desconectados das ações dos estudantes secundaristas, pois a maioria das ações dos movimentos não passaram pelas instâncias dos grêmios, como também não foram na maioria incentivados por estes. O que levaria a esta cisão entre o movimento estudantil organizado e a organização dos grêmios? Em que medida essa cisão se apresenta como uma preocupação ou como um processo consciente para os estudantes? E quais as questões que envolvem as formas atuais de organização dos estudantes secundaristas? São perguntas que precisamos fazer neste momento para compreender melhor o fenômeno das ocupações de escolas nos anos 2015 e os rumos e possibilidades de atuação organizada dos estudantes.

Na tentativa de problematizar esse contexto, observamos que mesmo sendo um ano de expressivo aumento da atuação dos estudantes secundaristas, esta condição não se repete com os grêmios estudantis de maneira geral. Desta forma, com a finalidade de objetivar essa problematização que aqui apresentamos, formulamos a seguinte questão de pesquisa: É possível identificar este

distanciamento entre os estudantes organizados e os grêmios estudantis no movimento em Bauru? Quais condições que levaram a esta condição dos grêmios? Quais caminhos as ocupações de escolas indicam para a organização dos estudantes?

Diante dos questionamentos levantados direcionamos o nosso trabalho no sentido de trazer alguns elementos para a elaboração das respostas. Para isto, é preciso compreender de maneira crítica quem é este estudante que estamos falando, quais as relações materiais que o cercam e qual a sua relação com espaço escolar. Uma vez diante destas informações e da problemática que envolve a organização em grêmios estudantis, pretendemos estabelecer algumas relações entre o movimento organizado dos estudantes e a forma de organização em grêmios.

Com base nessas discussões introdutórias, o objetivo principal deste trabalho é usar o panorama construído pelas ações dos estudantes secundaristas em 2015 para colaborar com o debate sobre as possibilidades de intervenção da juventude nas disputas existentes dentro da sociedade, estabelecendo como foco específico a caracterização e análise das ações e da organização dos estudantes, bem como as relações entre o movimento estudantil organizado e os grêmios estudantis.

De acordo com as questões apresentadas até aqui temos como hipótese que há um distanciamento do movimento dos estudantes em relação aos grêmios estudantis e que isto seria provocado pelo fato que mesmo com o fim da ditadura militar e a “lei do grêmio livre”, o Estado continua a intervir e controlar as ações dos estudantes através dos Grêmios Estudantis.

Para além dessa hipótese, nos indagamos se seria possível afirmar que as intervenções historicamente realizadas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo tenham desencadeado a desarticulação das possibilidades de formação crítica e organização autônoma dos Grêmios Estudantis. E se seria possível constatarmos que esta forma de organização estaria servindo muito mais para controle do Estado sobre os estudantes, do que um meio de auto-organização, colocando a necessidade de novas formas de se organizarem e atuarem no Movimento Estudantil.

Como demonstração destas intervenções, observamos que após o encerramento das ocupações de escolas, e com a derrota da proposta do governo,

inicia-se um discurso do Estado de incentivo aos estudantes para se organizarem através dos grêmios estudantis - Justamente esta entidade que pouco apareceu nos discursos e na organização dos estudantes começou a tomar vez mais destaque nas falas do governador, do secretário de educação e dos projetos da pasta. Podemos dizer, portanto, que os grêmios estudantis ganharam centralidade na disputa, se não abertamente por parte dos estudantes, isto se dá por parte do governo. Compreender como se dá a relação da organização dos estudantes com os grêmios estudantis é fundamental para dar aos próprios estudantes condições de atuar de forma consciente e intencional quanto à sua própria organização.

É importante também garantir às escolas, que uma vez compreendendo os impasses da atuação dos estudantes contemporâneos e as contradições que envolvem os grêmios estudantis, possam avaliar e elaborar novas práticas, ou reformularem as ferramentas e práticas de participação e organização estudantil já existentes.

Para as Ciências Sociais e consecutivamente para o ensino da Sociologia, compreender a relação das lutas dos estudantes com a entidade grêmio é algo que pode acrescentar enquanto compreensão do espaço escolar e das possibilidades de transformação deste espaço. Para isto é preciso trazer os impasses e contradições da organização dos estudantes para o âmbito da ciência e do ensino da sociologia nas escolas, passar da perspectiva dos estudos do movimento estudantil e suas contradições como algo de um passado longínquo, para algo mais próximo da realidade dos estudantes e que ocorre e está em disputa na atualidade.

Para desenvolvermos esta tarefa a primeira dificuldade que nos deparamos foi com a limitação de trabalhos que debatem criticamente a organização dos grêmios estudantis e da mesma forma da condição dos estudantes secundaristas das escolas públicas. Sobre a atuação do Movimento Estudantil universitário a quantidade de trabalhos sobre o tema já é extensa, debatendo sua atuação, entidades e composição. Isto nos coloca ainda mais a necessidade de que o debate sobre a organização dos estudantes secundaristas possui para o momento.

Para que possamos dar conta desta tarefa, procuramos abranger os aspectos que envolvem o debate sobre a atuação dos estudantes na sociedade, buscamos primeiramente no trabalho fazer algumas aproximações ao tema central através de debates que estão relacionado ao tema e são centrais para compreender nosso objeto de estudo.

Iniciamos o trabalho com o debate sobre o conceito de juventude e estudante, apontando que precisamos considerar a condição de classes destes estudantes para que possamos compreender o papel que representam na nossa sociedade. Pois quando falamos da organização dos movimentos que ocorreram no ano de 2015, estamos falando de estudantes secundaristas das escolas públicas, logo, dos filhos das classes exploradas. Desta forma a luta destes estudantes pode assumir uma expressão bem maior do que quando é considerado meramente como estudantes. Com este mesmo olhar devemos observar as escolas públicas, percebendo que ela cumpre uma função de classe em nossa sociedade e desta forma se organiza para reproduzir a lógica do sistema de produção dentro dos seus espaços, preparando os estudantes para que possa ocupar seu papel nas relações de produção desta sociedade. Como não poderia ser diferente a escola reproduz a lógica de alienação existente na sociedade, preparando os estudantes para perda de sua autonomia.

Tendo isto como base podemos em um segundo momento observar como a luta dos estudantes se desenvolveu ao longo da história, desde as primeiras intervenções na sociedade até o momento de maior atuação durante a Ditadura Militar. Percebemos que durante um longo período o Movimento Estudantil Secundarista não construía lutas e pautas próprias, seguiam as lutas dos estudantes universitários, estando com eles em diversas ações. A separação entre os dois movimentos ocorreu no final da década passada, quando os estudantes secundaristas se organizam em apoio a greve de professores das escolas de São Paulo e quando a UNE decidiu em congresso que não iria representar os estudantes secundaristas.

Na década seguinte a luta foi para garantir a liberdade para os Grêmios Estudantis, o que ocasionou na conquista da “lei do Grêmio Livre”. Apesar de representar uma vitória para a organização dos estudantes secundaristas naquele momento, não se efetivou na prática para garantir a organização de forma autônoma dos Grêmios e por outro lado as entidades representativas dos estudantes vão se burocratizando e distanciando das bases.

Este é o quadro existente quando ocorre as ocupações de escolas em 2015. Os estudantes organizaram a luta contra o projeto do governo de maneira autônoma, sem utilizar as entidades representativas como os Grêmios Estudantis. A

ausência dos Grêmios nos movimentos de 2015 é um aspecto importante para entendermos a condição de organização dos estudantes atualmente.

Para levantarmos elementos para este debate faremos um levantamento das movimentações dos estudantes e do Grêmio na Escola Estadual Stela Machado na última década. A escola é uma das escolas ocupadas em 2015 em Bauru, sendo esta escola que trabalho como professor de sociologia desde 2012, estive presente e acompanhei a maioria dos fatos que ocorreram na escola no contexto apresentado nesta introdução. Na escola, os alunos do Movimento Estudantil possuem ao mesmo tempo um histórico de luta e de intervenção da direção na organização dos estudantes.

Quando comparamos com relatos das ocupações e pós-ocupação de outras escolas percebemos que o que ocorreu na Escola Stela Machado é uma prática comum nas escolas do Estado. A intervenção na organização dos estudantes é uma política de Estado e isto pode ser demonstrado pelo fato encontrarmos as mesmas práticas pelo estado como um todo, como na situação secretaria da educação referendar a ação das diretorias de ensino quando retomam a prática da ditadura militar de indicar um professor para acompanhar a atuação dos Grêmios. Além de uma série de intervenções direitas, onde as direções proíbem alunos de formarem Grêmios, interferem nas eleições e barram o acesso das entidades estudantis às escolas, o Estado passa assumir a tarefa de orientar os estudantes na formação dos Grêmios Estudantis. O Estado vai tornado os grêmios como algo do Estado, passa a incentivar um modelo de organização de Grêmios, definir períodos para eleições, tarefas para os grêmios cumprirem, entre outras práticas de intervenção.

A atuação do governo representa mais uma faceta da disputa entre governo e estudantes pela autonomia dos grêmios e da luta dos estudantes. As ocupações fornecem alguns elementos da atuação dos estudantes que indicam uma superação do formato atual dos grêmios estudantis, mas os caminhos que o movimento seguirá só os próprios estudantes podem definir, o que podemos fazer diante deste contexto é os munir de elementos para que possam refletir sobre a atual condição de sua organização e definir os caminhos para as próximas lutas.

1. CONCEITO DE JUVENTUDE, ESTUDANTE E A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

É certo que uma análise que considere apenas uma condição etária, além de equivocada, simplifica e dificulta a compreensão dos fenômenos sociais que envolvem o que chamamos de juventude, pois do ponto de vista jurídico/formal, a juventude é definida como o grupo composto de indivíduos que na condição etária, estão dentro de um período pré-determinado do ciclo de vida, no caso do Brasil o Estatuto da Juventude define como o período que compreende entre os 15 e os 29 anos. (BRASIL, 1990)

Para que possamos compreender as implicações que envolvem o conceito juventude de maneira mais precisa e acabada é preciso que enxerguemos que assim como a construção do próprio conceito, toda juventude está dentro de um contexto social e econômico. Portanto, não existe uma juventude, mas uma diversidade de juventudes conforme os grupos e classes que compõem a sociedade em determinada época.

Estas observações são importantes, pois ao utilizarmos a palavra “juventude”, não conseguimos expressar um todo, mas uma parte do todo, por isto precisam de um complemento, que possa identificar a que grupo social pertence este indivíduo que chamamos de “jovem”. Pois segundo apontado por Karl Marx no livro O Capital,

Deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. (MARX, 2013, p. 128-129)

A realidade dos jovens não é determinada pela sua condição etária, mas fundamentalmente pela posição que lhe é designada na forma de produção predominante de sua sociedade, no caso de nossa sociedade, o modo de produção capitalista. Esta condição é determinada primeiramente por uma situação de nascimento, uma vez filho de trabalhadores o indivíduo está condicionado a iniciar sua vida dentro de uma realidade e condição que é imposto a toda a sua classe, já os filhos da burguesia, detentores dos meios de produção, viverão uma realidade

muito distinta, compartilhando com os demais apenas a semelhança etária. Considerando isto, podemos afirmar que:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011, p. 25)

Portanto, sendo cada indivíduo constituído pela determinação das relações sociais e históricas, no espaço e no tempo, não é fator desconsiderável a origem deste indivíduo que definimos como “jovem”. Apesar de poder alterar sua realidade inicial, ela existirá ou poderá existir, a partir das condições concretas de onde se originou. Deste ponto de vista, podemos identificar portanto a posição original de classe de um jovem a partir da condição de classe de sua família.

O mesmo podemos usar para o conceito “estudante”, que também é um termo que por si só não define de maneira precisa uma realidade, podemos dizer que o termo apenas se refere a “quem estuda”. Da mesma forma, para podermos fazer uso da palavra de maneira mais precisa é necessário identificar a realidade e a origem destes “estudantes”. São estudantes oriundos de qual classe social? Estão em escolas públicas ou privadas? Etc.

Estes questionamentos nos levam a refletir sobre outra importante diferenciação entre os estudantes, os estudantes universitários e os estudantes da educação básica. Além das diferenciações etárias para esta separação temos também uma separação da condição de classe, principalmente se estamos falando de estudantes secundaristas de escolas públicas. Enquanto os estudantes universitários são principalmente oriundos da classe média, como aponta Farracchi em seu livro “O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira” (1977), podemos apontar que seguramente os estudantes secundaristas das escolas públicas são provenientes de outra condição de classe.

Estas diferenciações são necessárias para que possamos em um segundo momento compreender as complexidades que envolvem os movimentos estudantis que ocorreram e ocorrem na nossa realidade. Sem isto incorreríamos no erro de isolar o fenômeno de seu meio, acreditando que ele ocorre determinado por si mesmo, sem conexão com fatores materiais que determinam a vida em sociedade.

Do ponto de vista histórico, foram as classes detentoras dos meios de produção as primeiras a garantir o acesso ao ensino formal aos seus filhos, passando depois para as camadas médias, para mais recentemente ser garantido também aos filhos dos trabalhadores. Isto nos leva a considerar que os estudantes do século XVIII, são diferentes na sua composição de um movimento envolvendo estudantes no início do século XX, e este por sua vez, difere-se da composição dos movimentos estudantis do final do século XX e início do século XXI.

Conforme foi sendo ampliado o acesso à educação básica, foram se modificando a composição de classe dentro do que definimos como Movimento Estudantil Secundarista. Do ponto de vista da pirâmide social, ela inicia-se de cima para baixo, chegando à base da pirâmide, ou seja, aos trabalhadores, apenas mais recentemente na história quando há a conquista do acesso universal à educação básica

Portanto, quando falamos de estudantes trabalhadores ou filhos de trabalhadores, podemos, com segurança, afirmar que estão em sua maioria nas escolas públicas do país. E é portanto, para estas escolas que devemos olhar quando buscamos compreender estes estudantes, pois além de ser o espaço onde se encontram e interagem, é o espaço em que estão sendo preparados e formatados para a vida adulta.

Lenin (1980) em seu discurso para a União da Juventude Comunista em 1920, fala sobre “As tarefas das uniões da juventude” e utiliza boa parte de seu discurso para apresentar a preocupação sobre a formação da juventude, pois esta poderá contribuir para construção de indivíduos preparados para o papel revolucionário que lhes é necessário, ou apenas se focar em uma formação desconectada da prática, como é o caso da sociedade capitalista.

O contexto em que Lenin faz a fala é outro, pois discursa para os jovens após a vitória da Revolução Russa, para jovens em uma sociedade não mais preocupada em construir a revolução em si, mas em como dar continuidade a ela. Mas, podemos resgatar deste discurso para o momento atual a preocupação com os espaços, a forma e o conteúdo da formação dos jovens oriundos da classe trabalhadora.

Para entender os estudantes secundaristas e, com isto os seus movimentos e organizações, é importante que entendamos a escola pública e a formação oferecidas aos estudantes. Pois, para a construção de uma nova

sociedade é necessário voltarmos nossos olhos para as escolas, para que possamos perceber em que medida contribuem ou não, para que os estudantes compreendam as contradições da sociedade em que vivem e seu papel dentro destas contradições. Pois,

à medida que o homem perceber a importância de sua participação na vida social, ele terá maiores condições até mesmo de desenvolver-se como ser humano, pois, conseguindo mobilizar-se, organizar-se e reivindicar seus direitos, passa a ter maior clareza do contexto em que está inserido. Passa a não ser massa de manobra, de interesses particulares, mas alguém que consegue criticar, estabelecer relações, analisar as causas dos acontecimentos e, principalmente, percebe-se como sujeito com condições de interferir no percurso dos acontecimentos. (PESCUMA, 1990, p.3)

Ainda utilizando o discurso de Lenin em 1920, devemos nos atentar a outra demanda que ele coloca para a juventude, a preocupação de tomar o controle sobre a sua própria formação e com isto, conseguir aliar a teoria à prática.

Deveis educar-vos para serdes comunistas. A tarefa da União da Juventude consiste em formular a sua actividade prática de modo que, ao aprender, ao organizar-se, ao unir-se, ao lutar, esta juventude se eduque a si própria e a todos aqueles que a vêem como chefe, que eduque comunistas. É preciso que toda a obra de educação, de formação e de ensino da juventude contemporânea seja a educação nela da moral comunista. (LENIN, 1980, p.4)

Neste sentido, tão importante quanto entender as definições de juventude, estudante e analisar a estrutura educacional que os envolve, é necessário entender também, a organização e as possibilidades de intervenções construídas por estes indivíduos para que possa superar a realidade em que vivem. A forma como se aproximam do controle do seu processo formativo é um bom caminho para podemos avaliar estas condições.

Por isto, o processo de organização dos estudantes e os enfrentamentos que fizeram contra a proposta de “reorganização” escolar do governo de São Paulo em 2015 é um momento muito importante para observarmos a condição dos estudantes de encaminharem o seu próprio processo de formação, além de também avaliar em que medida este processo de formação proposto pelos estudantes secundaristas entra diretamente em oposição ao que é praticado na formação oferecida pela sociedade capitalista.

São nestes momentos que os estudantes assumem sua posição nas disputas que estão inseridas na sociedade e apresentam não apenas uma nova forma de luta, como também fazem (re)surgir novos valores, como por exemplo a autodeterminação de seu processo formativo, democracia direta, relações de igualdade de gênero etc. Com as ocupações das escolas, os estudantes secundaristas colocaram em prática novas formas de organizar o espaço escolar e de promover a sua própria formação, não apenas com as aulas e palestras, mas com as necessidades impostas pela própria organização do espaço, como por exemplo, reafirmando o ato de ocupação como forma de enfrentamento político.

Desta forma o que assistimos neste momento da história é a organização dos filhos da classe trabalhadora se colocando em luta contra um projeto do governo que visa piorar sua condição de formação. Estes estudantes reivindicam um dos métodos de luta de sua classe, que é a ocupações dos espaços como forma de luta, para conseguir vencer o governo e sua política de precarização ainda maior da educação oferecida aos filhos dos trabalhadores.

1.1 – Estudantes secundaristas e luta de classes

A sociedade capitalista moderna não só destruiu as bases da sociedade feudal como também lançou mão da construção de uma nova sociedade baseada nos valores centrais da burguesia. Para a disseminação destes valores e construção de uma nova sociabilidade humana, era preciso a elaboração de espaços que a fizesse de maneira disseminada e intencional, que fornecesse aos indivíduos mais novos as condições de imergir na nova sociedade.

Portanto, a construção e ampliação de universidades, e mais posteriormente das escolas de educação básica, faz parte das demandas da sociedade capitalista e seu desenvolvimento, tanto do ponto de vista da formação intelectual, como para o fornecimento de mão de obra especializada. Contudo, ao criar e desenvolver as universidades criou-se também uma nova categoria que passa a atuar em diversos eventos históricos deste período em diante, o estudante. A participação de estudantes nas lutas sociais está intimamente ligada ao próprio desenvolvimento das universidades e das escolas de educação básica e consecutivamente, com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo. Não por

acaso, os primeiros registros de atuação estudantil se dão na Europa do século XVIII, de maneira pouco expressiva, inclusive pelo ainda reduzido acesso ao ensino, mas significativa em se tratando de uma nova categoria. Desde que se iniciou a ampliação ao acesso à educação podemos constatar cada vez mais uma ascendente participação estudantil nos diversos eventos sociais. Isto já é apontado, por exemplo, por Poerner em seu livro “O poder jovem” (2004).

No Brasil, o processo de expansão da educação inicia-se no final do século passado com a nova constituição de 1988, pois coloca educação como dever do Estado e da família. Com isto, o Estado passa a ter garantir o acesso a todos, e além do direito ao acesso a educação, passa a ser também, uma obrigação das famílias direcionar as crianças em idade escolar às devidas unidades de ensino. Contudo, este processo não foi feito sem contradições, portanto não ficou fora das disputas de classe existentes na sociedade. Primeiramente, porque a mesma Constituição permitiu a existência do ensino privado para os que tem condições de pagar, permitindo assim a manutenção de desigualdades no processo de formação dos estudantes. Para além disto existe uma diferenciação entre aquilo que é oferecido de educação aos filhos da classe trabalhadora e dos filhos da burguesia, mantendo a mesma lógica das sociedades de classe.

[...] não é necessário dizer que a educação imposta pelos nobres se encarrega de difundir e reforçar esse privilégio. Uma vez constituídas as classes sociais, passa a ser um dogma pedagógico a sua conservação, e quanto mais a educação conserva o status quo, mais ela é julgada adequada. Já nem tudo o que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que “esse bem comum” pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes. Para estas, a riqueza e o saber, para as outras, o trabalho e a ignorância. (POERNER, 2000, p.28)

Ou seja, as desigualdades construídas em outras sociedades permanecem em grande medida na sociedade atual, só que de maneira mais diversificada. As determinações de classe que estavam presentes na educação durante os séculos anteriores ainda estão presentes nos dias atuais, mantendo as classes e as desigualdades entre elas.

A luta de classe que determina a história da humanidade, determina consecutivamente também, os caminhos da educação. Mas, não sem resistência. Neste sentido, é possível identificar ao longo da história a organização de

trabalhadores e principalmente dos estudantes na busca de construir uma educação mais próxima de seus interesses. Estes movimentos estudantis passam a ter cada vez mais relevância social conforme vão se organizando e se fazendo presentes nos enfrentamentos políticos. Isto ocorre primeiramente com o movimento estudantil universitário, mas posteriormente com o movimento estudantil secundarista.

Com o avanço da importância social do movimento estudantil, inicia-se também todo um debate sobre a composição e o posicionamento de classe destes estudantes. Alguns autores como Marialice M. Foracchi (1977) apontam o movimento estudantil universitário como oriundo da classe média e identifica que este sofre forte influência desta origem de classe. Outros autores se focam no posicionamento do movimento estudantil para usar de base em suas análises e definir a potencialidade deste movimento na luta de classes.

Contudo, todas estas análises focam principalmente no movimento estudantil universitário, o que pode ser explicado pela importância deste movimento durante o século passado. Mas, isto deixou em grande medida o movimento estudantil secundarista carente de análises, quando não são feitas simplesmente adaptações dos estudos do movimento estudantil universitário para o secundarista. A realidade do estudante secundarista de escola pública é bem diferente da realidade dos estudantes universitários. Enquanto o estudante universitário passou por uma série de filtros sociais para alcançar o curso universitário, o estudante de escola pública ainda está vivendo este processo. Um dos filtros sociais para acessar o ensino superior se dá pelo próprio fato de estudar em uma escola pública, que atualmente significa ter menos condições de acessar o ensino superior de qualidade. Isto faz com que a educação básica pública tenha cada vez mais um recorte de classe, pois é a ela principalmente que se destinam os filhos da classe trabalhadora. Se no ensino superior, principalmente nas universidades públicas, os obstáculos colocados no sentido de filtrar o acesso, fazem com que a maior parte dos estudantes sejam de classe média ou mesmo da burguesia, os filtros na educação básica fazem o inverso, as escolas públicas são destinadas àqueles que não possuem condições de pagar a educação privada.

Neste sentido que reivindicamos a diferenciação do movimento estudantil universitário do movimento estudantil secundarista de escolas públicas. Afinal, os estudantes das escolas públicas estão submetidos às condições de classe trabalhadora, pois quando não são eles próprios que vivenciam precocemente a

situação de venda da sua força de trabalho, são filhos dos que estão vendendo sua força de trabalho. Os estudantes secundaristas possuem portanto, uma condição de classe diferente do estudante universitário, os fazendo vivenciar realidades e expectativas diferentes.

Uma das demonstrações desta condição dos estudantes secundaristas pode ser visualizada com o trabalho coordenado pela professora Miriam Abramovay, produzido sob o nome de: “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: POR QUE FREQUENTAM?”, onde demonstra que entre os estudantes da educação básica 60% trabalham e estudam ou já realizaram algum tipo de atividade de trabalho concomitante com os estudos. (ABRAMOVAY, 2015, p.55)

Feita a separação, e, portanto entendendo que não é possível transportar diretamente os debates feitos sobre o movimento estudantil universitário para o movimento secundarista, podemos então nos focar a entender a potencialidade do movimento estudantil secundarista diante da luta de classe.

Mesmo com algumas distorções, pois a composição dos estudantes da educação básica pública foi se alterando com o passar do tempo, podemos fazer alguns apontamentos históricos e usá-las como elementos para nos ajudar a definir o posicionamento do movimento estudantil secundarista. Podemos identificar, por exemplo, a sua atuação juntamente com o movimento estudantil universitário na luta pelas reformas de base, se posicionando politicamente junto aos trabalhadores.

Dentre as reivindicações dos estudantes, estava a luta na perspectiva de contribuir para a promoção de reformas que levassem em conta os interesses da classe trabalhadora, por meio da UNE e com auxílio do Centro Popular de Cultura – CPC. Assim, com o objetivo de utilizar apresentações culturais – música, teatro, cinema, literatura e outras atividades para conscientizar a população no tocante às questões políticas, econômicas e sociais que permeavam aquele período, tinham como meta a produção da arte popular revolucionária. (SCHIMITT, 2011, p.20)

Em 1964 instaurou-se a ditadura cívico-militar no Brasil. Durante este período o movimento estudantil secundarista não só se destaca pela sua intensa atuação contra o regime militar, mas também por outras pautas envolvendo a educação pública no país. Conforme relata Luiz Raul Marcelo, vice-presidente da UNE no período de 67 a 69:

Os secundaristas tiveram uma participação importante nesta luta: a mobilização por maiores verbas para as escolas em crise permanente e as lutas contra a repressão ...mantinham as universidades em quase constante agitação, mas o ponto crítico era o restaurante Calabouço, perto do aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro). Ali os estudantes de várias escolas, na maioria secundaristas, ou do ensino técnico se organizaram intensamente em cursinhos, lojas de prestação de serviços diversos e se encontravam duas vezes por dia no restaurante, onde faziam assembleias ...Em agosto de 67, os secundaristas baianos travam uma luta impressionante – que eu tive o prazer de acompanhar – contra a instituição de anuidades em escolas públicas, uma das muitas e permanentes investidas contra o ensino gratuito (UNE apud PESCUMA, 1977, p.55)

Através da exposição relato de Luiz Raul Marcelo extraído do livro “História da UNE – depoimentos de ex-dirigentes” feito pela pesquisadora Derna Pescuma podemos afirmar que o movimento estudantil secundarista já nos anos 60 do século passado, organizava suas lutas em defesa da gratuidade da educação pública. Entendendo a luta pela educação pública gratuita como umas das disputas que refletem a luta de classe na sociedade, podemos dizer que o fato dos estudantes do movimento estudantil secundarista se colocarem em luta pela defesa da educação gratuita seja um elemento para apontarmos sua posição de classe.

No livro o “Manifesto do Partido Comunista” Karl Marx defende a “Educação pública e gratuita de todas as crianças” como uma das buscas dos comunistas para os “países mais avançados” (MARX, 2006, p.67). Colocando, portanto, a luta pela educação gratuita como um dos posicionamentos a serem tomados pelos trabalhadores nas disputas da luta de classe, e desta forma, nos possibilita localizar os interesses dos estudantes do movimento estudantil secundarista como alinhados ao dos trabalhadores.

Contudo, a luta do Movimento Estudantil Secundarista sofreu muito durante a ditadura militar com todo processo de censura, perseguição e assassinato praticados pelo regime. Os Grêmios Estudantis foram proibidos, e em seu lugar foram colocados os Centros Cívicos Escolares, organizados de forma que permitisse total controle sobre a entidade. Em março de 1968 o estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto foi assassinado por policiais militares em uma manifestação que lutava por condições de alimentação para os estudantes.

Com o final da ditadura cívico-militar e a reabertura democrática, tanto o Movimento Estudantil universitário como o secundarista voltam suas lutas para

garantir o retorno de suas entidades para a legalidade, ao mesmo tempo que estas entidades organizativas passam a ser cada vez mais dirigidas por partidos, que na época se localizavam no espectro político da esquerda. Com passar do tempo, estas entidades vão assumindo cada vez mais um viés político eleitoral e se distanciando da organização efetiva dos estudantes, como também de seu posicionamento de classe.

Isto explica porque a UMES, entidade que ressurgiu em novembro de 1984, como um campo de estudantes secundaristas acaba também apresentando algumas características da negação da classe como condição determinante da ação, pois todas as ações são coordenadas conclamando a união dos estudantes secundaristas independente da condição sócio-econômica, legitimando a sua mobilização e representatividade com reivindicações específicas e parciais, próximas da esfera privada, como o direito à meia-entrada e ao meio-passe, fazendo da “carteirinha da UMES” uma das principais bandeiras da instituição. (DUARTE, 2005, p. 13)

Por um longo período não houve lutas expressivas por parte do movimento estudantil secundarista. Isto só foi mudar recentemente com as manifestações estudantis em apoio a greve dos professores e ocupações de escolas contra a reorganização da rede educacional no Estado de São Paulo e contra a Medida Provisória da “reforma do ensino médio”. E novamente podemos observar o movimento estudantil secundarista se posicionando nas disputas de interesses existentes na sociedade, primeiramente em apoio aos trabalhadores da educação básica em greve, e depois, contra as medidas que visavam a piora da educação pública.

Lênin em seu discurso de outubro de 1920 aponta que

A velha escola declarava que queria criar homens instruídos em todos os domínios e que ensinava as ciências em geral. Sabemos que isso era pura mentira, pois toda a sociedade se baseava e assentava na divisão dos homens em classes, em exploradores e oprimidos. Como é natural, toda a velha escola, estando inteiramente impregnada de espírito de classe, só dava conhecimentos aos filhos da burguesia. Nessas escolas, a jovem geração de operários e camponeses não era tanto educada como treinada no interesse dessa mesma burguesia. Educavam-nos para preparar para ela servidores úteis, capazes de lhe dar lucros, e que ao mesmo tempo não perturbassem a sua tranquilidade e ociosidade. (LENINE, 1980, p.2)

Entendendo, que a “velha escola” a de que Lenin se refere no discurso é a escola da sociedade capitalista, e consecutivamente, a que temos no Brasil, podemos dizer que ela é permeada pela luta de classes. Neste sentido, as lutas que se colocam no caminho de combater o controle burguês (representado pelo Estado) sobre as escolas públicas são lutas caminham na perspectiva de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Portanto, quando os estudantes ocupam as escolas eles apontam duas características importantes destes enfrentamentos. Uma é a própria luta contra os projetos dos governos que visam a piora da educação pública, e a outra é a tomada de controle dos espaços escolares os colocando para funcionar segundo os seus interesses. Podemos concluir, desta forma, que a atuação do movimento estudantil secundarista durante o ano de 2015 retomam de maneira muito clara o seu posicionamento diante da luta de classes existente na nossa sociedade. Nestes momentos, os estudantes representam a classe trabalhadora em mais um capítulo da sua luta contra a estrutura de dominação e exploração existente na nossa sociedade.

A luta de classes é uma luta permanente, às vezes ela se dá abertamente, às vezes de forma silenciosa, mas em nenhum momento há paz entre as classes. Escolas públicas sendo ocupadas, muitas delas das periferias, de bairros exclusivamente de trabalhadores, demonstram mais uma vez, que esta luta não chegou ao fim, são os filhos da classe trabalhadora que já muito cedo estão vivendo a experiência de enfrentar o estado burguês, são jovens que possuem ainda uma vida inteira para repassar suas experiências.

É preciso observarmos que o movimento de ocupação de escolas possui uma representatividade de classe, ocorre em escolas públicas e representa uma forte resistência ao avanço do modo de organização capitalista contemporâneo. Também serve para lembrar aos trabalhadores os caminhos e as ferramentas que podem ser usadas para o enfrentamento e a superação da sociedade capitalista atual.

1.2 Alienação, espaço escolar e organização estudantil

Tomando como base o discurso padrão de que a escola é o espaço organizado pela sociedade para realizar a transmissão dos saberes socialmente elaborados às crianças e jovens, no caso das escolas públicas, crianças e jovens provenientes da classe trabalhadora, que estão iniciando sua vida em sociedade, é preciso considerar que esta mesma escola está dentro de toda lógica do sistema social dominante e tende a reproduzir os aspectos deste sistema contribuindo para a sua manutenção, principalmente na busca de retirar as possibilidades destes indivíduos de modificarem, de forma coletiva, a realidade material em que vivem.

O processo de alienação identificado por Marx na sociedade capitalista tende a ser reproduzido e reforçado em todas as esferas desta sociedade, mesmo que a alienação, no sentido proposto por Marx, ocorra de maneira objetiva no processo de produção predominante desta sociedade, as outras esferas da sociedade são necessárias para garantir o funcionamento de todo este mecanismo. Dentro desta lógica, a escola que está sob o controle do Estado capitalista segue neste mesmo sentido, a ela é destinado um papel importante a exercer na reprodução da sociedade e para o processo de alienação dos estudantes que na visão capitalista, que nada mais são, do que mão de obra em formação.

Contudo, neste processo é possível encontrar resistências dentro das escolas públicas, seja pelos professores, seja pelos próprios estudantes que muitas vezes tomam a dianteira da luta contra as ações do estado. Um bom exemplo da luta dos estudantes foi a ocupação de escolas nos anos de 2015 no estado de São Paulo contra a propostas de “reorganização” das escolas. A escola que é um instrumento do Estado passou a estar durante estas ocupações sob o total controle dos estudantes, que definiram as atividades e o formato de uso do espaço.

Foi uma rara experiência da existência de uma escola controlada por estudantes, que na sua forma de organização rompeu com os padrões da escola tradicional e com o sistema de controle exercido sobre eles. Passaram a exercer diretamente o controle sobre o espaço e, por um momento, sobre o seu próprio processo de formação. Deixaram de ser meramente objeto deste processo para serem protagonistas, passando a controlar, naquele curto espaço de tempo, os caminhos de sua história.

Karl Marx que buscou compreender e explicar a sociedade capitalista no mais intrínseco das suas relações, identifica o processo de alienação como parte estrutural de todo o sistema de produção desenvolvido pela sociedade capitalista. Para além desta condição de análise do próprio sistema, o conceito na forma que é apresentado por Marx, também é fundamental para que se possa elaborar uma proposta materialista e dialética de superação da sociedade capitalista e para a construção de uma sociedade socialista.

Apesar de existir debates sobre conceito de alienação em Marx, podemos observar que o autor se preocupa em detalhá-lo e demonstrar o seu funcionamento dentro da sociedade capitalista.

Marx elencou quatro diferentes tipos de alienação que indicavam como na sociedade burguesa o trabalhador seria alienado: 1) do produto de seu trabalho, que se torna um “objeto estranho e possuidor de um domínio sobre ele”; 2) na atividade de trabalho, que é percebida como “voltada contra ele mesmo [... e] a ele não pertencente”; 3) do gênero humano, uma vez que a “essência específica do homem” é transformada em “uma essência estranha a ele”; e 4) dos outros homens, isto é, em relação “ao trabalho e ao objeto de trabalho” (MARX, [1844] 1976, p. 301, 304), realizados pelos seus semelhantes. (MUSTO, 2014, p. 65)

Contudo, podemos afirmar que Marx propriamente não desenvolveu um estudo pormenorizado do que seria o funcionamento da educação dentro da sociedade capitalista e como funcionaria a alienação neste espaço, para conseguir fazer esta relação precisaremos pegar alguns elementos da obra do autor. Marx dedica a sua vida e obra à busca de uma compreensão sistemática e profunda da sociedade capitalista e sua dinâmica de organização do modo de produção, identificando nesta relação a não superação da existência de classes sociais existentes, mas somente a simplificação.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX e ENGELS, 2006, pg. 46)

Tendo como base as obras do autor podemos compreender que a burguesia toma o controle político da sociedade capitalista e coloca todas as suas estruturas para garantir a manutenção e ampliação do seu modo de produção e exploração. “Todas as classes que no passado conquistaram o poder procuraram consolidar a posição adquirida submetendo toda a sociedade às suas condições de apropriação.” (MARX e ENGELS, 2006, pg. 56)

Sendo assim, é possível compreender dentro da literatura marxista a escola pública como um braço do Estado, que é organizada para estar em conformidade com toda a estrutura de dominação existente na sociedade. Entretanto esta dominação não se dá sem nenhuma resistência, esta resistência se manifesta a todo instante, desestabilizando algumas vezes as condições de dominação manifesta na estrutura, seja do Estado, seja das escolas. Desta forma evidenciam-se as brechas e aberturas para a superação desta esfera de dominação. Contudo, até o momento, nenhuma das tentativas de resistência conseguiu efetivar a superação permanente da dominação burguesa nos espaços escolares, até mesmo porque isto só seria possível com a superação da dominação burguesa em toda a sociedade.

Dentro da elaboração marxista a objetivação da condição da alienação se dá na condição concreta do processo de trabalho e tem como elemento fundamental o processo de divisão social do trabalho. A alienação aparece com a separação do trabalhador daquilo que é o fruto do seu próprio trabalho, decorrente do não controle por parte dos trabalhadores do seu processo de trabalho, portanto, não só o produto do seu trabalho que lhe é estranho e se contrapõe a ele, como também toda a sociedade que estrutura e efetiva este modo de produção.

A educação escolar, dentro da sociedade capitalista, apesar dela própria, pelas suas próprias condições e funções, não produzir a alienação em si, ela como parte de todo este sistema favorece e contribui para isto. Dentro da perspectiva da sociedade de classes, o indivíduo que por causa da idade ainda não adentrou ao sistema de produção, não está solto no ar, flutuando acima das condições de classe existentes, ele desde seu nascimento, está estruturalmente dentro de uma classe, e desde muito cedo, passa a ser preparado para cumprir o papel destinado à sua condição material.

Neste sentido a escola pública não está formalmente dentro da estrutura de produção de mercadorias da sociedade, mas tem papel fundamental,

principalmente no que se refere ao fornecimento de mão de obra com a qualificação necessária para suprir as necessidades dos empregadores para determinadas condições de trabalho. Este trabalhador deve estar preparado tanto para se adequar às condições objetivas do seu processo de trabalho, quanto às condições subjetivas. As escolas destinadas à formação da classe trabalhadora vão cada vez mais se assemelhando às condições de trabalho existentes na sociedade. Ela vai assumindo aspectos da fábrica propriamente dita, a sua estrutura é separada por setores, os trabalhos passam a ser medidos e controlados pelo tempo, o mesmo sinal da fábrica que determina o trabalho, passa a servir de referência para os alunos. Os professores, muitas vezes, assumem a condição que é exercida pelo chefe/encarregado na produção fabril, que é a de não apenas transmitir o conteúdo, mas também adestrar os corpos a uma condição que não é a determinada pelos próprios indivíduos, alienando suas vontades e desejos.

Para além destes aspectos, existem outros que poderíamos dizer que estão mais ligados, se não com o desenvolvimento da alienação, estão com a condição para que ela possa se materializar. O processo de produção escolar se dá a partir de todo um complexo sistema de divisão de conteúdos e atividades, da mesma forma que a divisão do trabalho. Dentro da escola não há um trabalho único, e muitas vezes, nem unificado, ele é dividido em partes, as disciplinas, que são trabalhadas de formas diferentes, exigindo o envolvimento e produção de avaliações de forma distintas. O aluno dentro de todo este processo, deve dar conta de cada disciplina específica, mesmo não tendo percepção do que efetivamente se constrói ao final de todo este processo com a junção do conhecimento de todas as disciplinas.

O espaço escolar é um espaço em que o estudante está distante de poder determinar o seu funcionamento, o controle se dá dentro da estrutura burocrática da própria escola e de maneira geral pelo Estado. Mesmo inserido neste espaço ele lhe é totalmente estranho, onde suas decisões e desejos são submetidos ao outro, o professor, diretor ou inspetor, que condicionam inclusive biologicamente o seu corpo, desde as questões mais simples e cotidianas quando por exemplo, da necessidade de ida ao banheiro é decidida por um destes indivíduos que podem autorizar ou não. Nem é preciso falar quanto a escolha do conteúdo que será trabalhado, o estudante está mais distante ainda do seu controle, uma vez que este nem mesmo a escola tem autonomia para decidir, ficando centralizado na esfera do Estado.

Neste sentido, na preparação dos estudantes para a condição de trabalho, a escola prepara os indivíduos da classe trabalhadora para que chegue ao local de trabalho já adaptado as suas condições e ao adestramento de seu corpo e mente. A condição de alienação que objetivamente se dará neste momento da produção, encontrará um trabalhador já adaptado, em condições de reproduzir sem resistência as condições que o sistema precisa para a sua reprodução.

As condições determinadas para a escola dentro da sociedade capitalista são hegemônicas, mas ainda assim existe resistência dos trabalhadores e também dos estudantes, dentro da própria escola. Os professores, por exemplo, como umas das forças de trabalho deste espaço, em diversos momentos se organizam em resistência às condições colocadas para o espaço escolar, seja com greves, manifestações ou outras ações dos sindicatos. Buscam fazer frente às ações do Estado na educação quando compreendem que estas ações trarão mais prejuízos ao processo educacional ou a sua condição de trabalho. De forma geral, a organização e resistência dos professores estão mais ligadas às condições de seu trabalho, como a questão salarial ou a estrutura das escolas, do que pautas que envolvem aspectos do conteúdo ou da forma propriamente dita.

Contudo, dentro da escola há um outro grupo de trabalhadores, os estudantes, não por necessariamente estarem na condição de trabalhador, mas por serem indivíduos da classe trabalhadora que estão se formando para exercer posteriormente o trabalho dentro desta sociedade e como a escola não é materialmente a condição de seu sustento, possuem condições diferenciadas para fazer frente a aspectos que para os professores é, muitas vezes, é mais difícil. Historicamente o movimento estudantil secundarista foi capaz de se envolver em lutas que iam para além do ambiente escolar, estavam presentes por exemplo na resistência à ditadura, nas manifestações pelas diretas já, entre outras. Já no século atual, a atuação da juventude e especificamente do movimento estudantil, ganharam bastante visibilidade e em alguns momentos abalaram a estrutura que os destina puramente à subjugação da condição de trabalhador assalariado em formação.

O processo que levou as ocupações de escolas por parte de estudantes no estado de São Paulo em 2015 foi o mais emblemático na luta estudantil neste século no Brasil. Estudantes descontentes com medidas do governo, que alteravam a condição da educação nas escolas, se colocaram em luta contra o governo e

decidem por tomar o controle das escolas, passando naquele momento a administrá-las e às utilizarem como ferramenta de luta.

Apesar da persistência por parte do governo, os estudantes saíram vitoriosos, derrotaram o governo que foi obrigado a voltar atrás em sua decisão de reorganizar as escolas. Mas para além da vitória em si, é preciso voltar os olhos neste momento da história, para aquilo que os estudantes construíram com esta luta, para esta escola que uma vez sob o controle estudantil passou a cumprir outra finalidade para estes estudantes que passam a fazer a disputa direta por este espaço e da construção de sua formação e história, mesmo que seja em um curto espaço de tempo, rompe com sua condição de alienação.

Com as ocupações os estudantes, que desempenham o papel de aprendizes passam ao de educadores ao demonstrar os caminhos da resistência para a sua classe social, seguindo desta forma aquilo que Lenin colocava como tarefa para a União das juventudes na Rússia em 1920, de que que deveriam “organizar sua atividade prática de modo que ao estudar, ao organizar-se, ao se reunir, ao lutar tal juventude realize sua educação de comunistas e de todos os que a reconhecem como dirigente.” (LENIN, 1980 p.5)

Estas ocupações de escolas nos ajudam a perceber que o processo de formação se dá para além da educação formal, que os trabalhadores podem desenvolver outras formas de aprendizagens, para além daquela condicionada para a sociedade capitalista, e é isto que dá a base para podermos encontrar o caminho para construção de uma sociedade sem exploração.

É nesse sentido que a educação não formal, aquela realizada além dos espaços e currículos escolares, pode ser compreendida como uma práxis social, e uma “práxis intencional” a qual auxilia para a “produção de uma nova realidade política, econômica ou propriamente social” (VÁZQUEZ in BOUTIN, 2016, pg. 34)

A escola para a sociedade capitalista tem a função de reprodução das relações existentes, preparando os indivíduos para viverem em uma condição de vida alienada, de distanciamento do produto de seu próprio trabalho e estranho à sociedade em que vive. No período das ocupações estes mesmos espaços escolares, serviram de espaço para ser experimentado como um novo espaço, não alienante, buscando construir caminhos para a superação das relações existentes em nossa sociedade.

2. MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS

Para compreender a atuação do movimento estudantil secundarista atualmente precisaremos fazer um levantamento histórico de como veio se desenvolvendo este movimento ao longo da história. Para isto no focaremos em alguns fatos históricos mais relevantes que fazem parte da construção histórica deste movimento. Outro aspecto importante é compreender a separação entre movimento estudantil universitário e o movimento estudantil secundarista, pois como o passar do tempo estes dois movimentos vão cada vez mais se diferenciando, mas como esta separação se dá aos poucos e durante todo um período os estudantes secundaristas se inspiraram na organização dos estudantes universitários, fica difícil diferenciar quando exatamente isto ocorre.

Diante disto, para efeito de exposição, apresentaremos inicialmente a construção histórica mais focada nos estudantes universitários indo até a ocupação da reitoria da USP no ano de 2007, para posteriormente voltarmos a nos focar no movimento estudantil secundarista. Isto para que façamos uma separação arbitrária da luta do movimento estudantil e também para que possamos observar as possíveis influências.

Ao estudarmos a história do Brasil podemos encontrar a participação estudantil nos principais eventos sociais do Brasil, império até os dias atuais. Apesar de ser o século XX entendido como um período intenso da organização estudantil, pois foi marcado tanto pela criação da UNE – União Nacional dos Estudantes e posteriormente da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, como por centenas de movimentos organizados pelos estudantes; podemos encontrar também participações de estudantes em eventos sociais e políticos antes do século XX. Isto foi comprovado por Arthur José Poerner em seu livro “Poder Jovem”.

O movimento estudantil é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. Tal como o entendemos e conhecemos, esse movimento existe somente a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança a centralização. É com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional. Isso não significa, no entanto, que tenha começado somente em 1937 a participação estudantil na vida política brasileira. Conforme ressaltei na introdução, essa participação precede a aquisição mesma da independência política formal do país, pontilhada, não raro, pelo cunho de pioneirismo que

particulariza, por exemplo, a fundação, em 1852, da sociedade abolicionista Dois de Julho, pelos acadêmicos baianos de medicina. Embora não da forma ordenada que viria assinalar a atuação da UNE, a participação estudantil se faz notar ao longo da nossa história, justificando a censura que Lincoln Gordon, quando embaixador dos Estados Unidos no Brasil, fez, em discurso pronunciado na Universidade Mackenzie, à vocação política dos estudantes brasileiros (POERNER, 2004, p. 53)

Desta forma o primeiro registro de participação de estudantes em eventos históricos no Brasil foi na vitória que empreenderam sobre os soldados franceses que invadiram a cidade do Rio de Janeiro em 1710. Eram mais de mil soldados franceses que conseguiram adentrar a cidade sem muita resistência, contudo, uma vez dentro da cidade sofreram um revés imposto por jovens precariamente armados. A vitória veio muito mais pela disposição e coragem dos jovens que se colocaram a combater os franceses, pois estavam com armas precárias e em número inferior em relação aos soldados.

Os jovens que, capitaneados pelo sertanista Bento do Amaral Coutinho, se portaram tão valentemente – conforme o testemunho unânime dos historiadores, que não divergem quanto à valentia demonstrada – estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no Brasil. A aristocracia colonial enviava seus filhos às universidades européias, principalmente a Portugal (Coimbra) e à França (Montpellier e Bordeaux). (POERNER, 2004, p. 54)

Sendo esta, a primeira referência de atuação dos estudantes na história do Brasil, existirão outras com o passar dos anos, contudo muito mais caracteriza enquanto estudantes que participam de algum evento social do que organizado dentro de uma categoria, como um movimento estudantil por exemplo, isto só vai acontecer a partir do século XX.

O século XX no Brasil é marcado pela atuação dos estudantes que vão agir e interferir diretamente nos rumos da nossa história. Já no início do século os estudantes fundam a primeira entidade estudantil da história do país, em 1901 é fundada a Federação de Estudantes Brasileiros. A entidade foi importante por representar a primeira tentativa dos estudantes de formar uma organização permanente dentro de uma categoria marcada pela transitoriedade, contudo, durou pouco tempo e não teve muita repercussão política.

Ainda no início do século os estudantes tiveram também uma participação relevante na Campanha Civilista puxada por Rui Barbosa, que defendia a sua eleição a presidente do Brasil como civil, ao invés do candidato militar, Hermes da Fonseca. A campanha foi derrotada nas urnas e o Brasil teve o seu terceiro presidente militar de sua história.

Outro evento político marcante no início do século XX teve seu estopim com o assassinato dos estudantes Euclides Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Américo de Camargo Andrade em 1932 por forças federais ligadas ao partido de apoio ao governo Getúlio Vargas. A sigla MMDC em referência aos estudantes assassinados passou a ser usada para nomear a organização clandestina que incentivou a construção do que foi chamado de “Revolução Constitucionalista”, processo de enfrentamento armado do Estado de São Paulo contra às forças federais.

A MMDC teve por embrião o que o Correio da Manhã denominou de Milícia Patriótica Civil, composta por 1.600 homens, dos quais 600 eram estudantes das escolas superiores. O matutino carioca acrescentava, em seu informe do final de junho de 1932, que “estão em organização outros corpos de voluntários, sendo que um deles será especialmente destinado à perseguição dos comunistas, no que prestará todo o seu apoio à polícia do Estado”. Organização paralela ao governo do interventor Pedro de Toledo, a MMDC se encarregou, mais ativamente, dos preparativos militares para a conspiração chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes. Ela não só recrutava e arregimentava os civis para a guerra, como também, através dos seus serviços auxiliares, tratava de toda a parte logística, provendo os 8,5 mil soldados de munições, suprimentos e agasalhos, durante o tempo em que transcorreu a luta armada. Coube a ela, ainda, a instrução militar dos milicianos improvisados (POERNER, 2004, p. 106)

A participação dos estudantes no conflito paulista serve também como referência para que possamos compreender sua posição de classe neste momento. Enquanto alguns anos antes (1917) o movimento operário havia construído o mais forte movimento grevista do início do século, os estudantes, com composição fortemente vinda da classe média, se negaram a apoiar, agora era o movimento operário que se negava a participar da aventura dos estudantes e da burguesia paulista.

Quanto à sua composição social, o Movimento Constitucionalista acentua, com nitidez ainda maior, a dissociação operário-estudantil verificada, na prática, em julho de 1917, quando das greves dos trabalhadores paulistas. Nestas, que tiveram seu ápice de 12 a 16 daquele mês, os estudantes não se sensibilizaram nem mesmo quando o movimento – chefiado por um anarquista, o jornalista Edgard Leuenroth – se estendeu a outras cidades paulistas (Santos, Campinas, Americana) e a inúmeros pontos do país, como o Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul. Assim, enquanto a juventude estudantil torceu o nariz ao importante movimento grevista – a primeira greve brasileira de caráter nacional e de participação de massas –, os trabalhadores não participaram do Movimento Constitucionalista, em que os estudantes tanto se destacaram desde os primórdios da luta. Em 1932, o governo central tentou, inclusive, explorar esse fenômeno, incitando o operariado a se levantar contra o movimento. Aviões chegaram a despejar sobre São Paulo toneladas de panfletos, que estimulavam os trabalhadores à resistência (POERNER, 2004, p. 102/103)

Após os eventos deste período a juventude comunista procura construir uma aliança entre a juventude estudantil e a juventude trabalhadora. As bases desta aliança passam a ser incentivadas a partir do segundo semestre de 1934 com a construção do 1º Congresso da juventude operária-estudantil.

Os acadêmicos cariocas bateriam na mesma tecla no segundo semestre de 1934, a partir de setembro, quando lançaram um movimento pela realização do 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil. A idéia logo recebeu a adesão dos alunos de outras faculdades, a começar pelos de Engenharia, além do apoio de organizações operárias. A Juventude Comunista desempenhou papel relevante na preparação do Congresso, cujo comitê dirigente e organizador era composto por Ivan Pedro de Martins (presidente), Carlos Lacerda (vice), Edmundo Moniz (secretário), Jorge Amado e Medeiros Lima, que firmaram o manifesto do conclave. Este grupo conseguiu formar, na FND, uma frente única antifacista, nela congregando a “ala das artes”, composta pelos literatos e boêmios, e a “ala das ciências”, integrada pelos teóricos e ativistas políticos, em sua maioria comunistas. (POERNER, 2004, p. 121)

Em 1937, fruto de toda agitação política vinda desde 1930 com o Estado Novo, é organizada pelos estudantes a União Nacional do Estudantes - UNE, entidade que nasce inicialmente com finalidade recreativa e desportiva, mas rapidamente é transformada pelos estudantes para fazer a luta política e organizar as ações estudantis diante de diversas pautas.

a União Nacional dos Estudantes (UNE), engajada na campanha “o petróleo é nosso”, em 1947, já atuava no cenário político como defensora

do nacionalismo. Nos anos 50, essa premissa fora reforçada na entidade e incentivada pela ideologia forjada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Na década de 60, a UNE retomaria as discussões em torno da luta antiimperialista, embora entre as teorias que informassem os debates travados no interior da entidade tomassem impulso as de cunho marxista-leninista. (PELEGRI, 1997, p. 29)

Durante a maior parte do século XX a história da UNE passa a se confundir com a história do próprio movimento estudantil no Brasil. Conforme a UNE cresce em tamanho e importância, vai aumentando também, o nível de disputa interna, onde vários grupos duelam pelo controle da entidade, que vai se moldando conforme a intensificação dos embates sociais no Brasil.

Já no início na década de 60, o Brasil passa por uma intensa disputa no plano político, João Goulart assume a presidência e anuncia a defesa pela aprovação das reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional). Ao mesmo tempo há uma forte resistência da burguesia e setores conservadores da sociedade. Os dois lados convocam manifestações de rua para defender as suas pautas, e o país se divide entre as duas propostas, vivendo um momento politicamente agitado.

A UNE passa a assumir a defesa das políticas e reformas do governo Goulart. Para isto constrói juntamente com a UGT – União Geral dos Trabalhadores, movimentos sindicais, movimentos sociais, políticos e o Partido Comunista do Brasil – PCB, a Frente de Mobilização Popular. A proposta é criar um espaço para unir os diversos setores da sociedade para fazer frente a resistência que alguns setores fazem ao governo Goulart e às reformas. Este é um momento importante para o movimento estudantil, pois com histórico anterior de aliança ou defesa de pautas da burguesia ou da pequena-burguesia, neste momento, reunidos na UNE, passam a buscar alianças mais próximas dos trabalhadores e defender conjuntamente suas pautas.

Contudo, esta não foi a única tarefa da UNE no período, pois estavam em debate uma pauta que mobilizava os estudantes do Brasil, a reforma universitária que estava tramitando no congresso nacional.

No clima de mobilizações referentes às reformas de base e da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Congresso Nacional, a UNE promoveu três simpósios visando a discutir a reforma universitária. Esses seminários colocavam em xeque a aprovação da referida lei, haja vista que se tratava de um dispositivo objetivando a diminuição das

responsabilidades do Estado para com os encargos do Ensino Público e Privatização da Educação. Realizados em Salvador, Curitiba e Belo Horizonte, nos três primeiros anos da década de 60, os seminários da UNE tiveram, como principal traço a representação dos estudantes no processo de transformação da instituição acadêmica, inserido no conjunto das reformas de base (PELEGRINI, 1997, p. 32)

Contudo, todo este processo é interrompido com o golpe cívico-militar de 1964. Com a tomada do poder pelos militares através do golpe de estado, a UNE e as demais organizações passaram a ser combatidas pelo governo militar. No segundo semestre de 1964 o governo faz aprovar no congresso nacional uma lei que cria entidades oficiais de representação estudantil que estivesse sobre o controle do governo. Foi uma ação clara de tentativa de isolar a UNE e garantir ao governo o controle sobre as ações estudantis no Brasil.

Na íntegra, a Lei Suplicy previa a substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) pelos Diretórios Estaduais Estudantis (DEE), dos Centros Acadêmicos pelos Diretórios Acadêmicos. A lei interferia na autonomia das entidades, submetendo-as diretamente às autoridades acadêmicas e ao estado. (PELEGRINI, 1997, p.125)

Estas ações fizeram com que crescesse ainda mais o descontentamento dos estudantes, e de parte da sociedade, com o regime militar e isto foi se materializando na forma de atos, protestos e revoltas. O ano mais significativo nestes embates sem dúvidas foi o ano de 1968, onde foi realizado uma das maiores manifestações contra o regime, conhecido com a “marcha dos cem mil”, demonstrando que a UNE ainda tinha força e condições de mobilizações mesmo com as dificuldades colocadas pelo governo. Estas ações apontam aos militares que as ações realizadas até o momento para desarticular a UNE não surtiram os efeitos esperados, precisariam de algo mais contundente.

No segundo semestre de 1968 o governo federal impõe o Ato Institucional número 5 – AI-5, retirando as garantias constitucionais e iniciando um período de perseguições, torturas e assassinatos. Diante desta situação vários estudantes vão optar por participar de organizações que se voltaram para a luta armada como forma de resistência às ações do governo. O presidente da UNE Honestino Guimarães, na clandestinidade, é caçado, torturado e morto pelos militares no ano de 1973.

Mesmo com o fechamento do regime, com a repressão e com a entidade desarticulada, os estudantes mesmo assim continuam a convocar e realizar manifestações de contestação à ditadura. Como a que aconteceu em 1973 por causa do assassinato do estudante de geologia da USP, Alexandre Vannuchi Leme, morto enquanto estava preso no DOI-Codi por tentar reorganizar o Diretório Acadêmico da USP, ação que era ilegal na época.

No final da década de 70 a ditadura começa a demonstrar sinais de enfraquecimento e os estudantes aproveitam para iniciar a reconstrução da UNE. Em 1979 há eleição para a presidência da entidade, onde é eleito o baiano Rui César Costa e Silva. A principal pauta do movimento passa a ser a cobrança pela reabertura política no país, passando a compor o movimento pelas “diretas já”.

A reabertura política no país foi lenta, mas permitiu a anistia de diversos militantes que haviam fugido do Brasil para proteger sua vida e integridade física. A década de 80 foi de reorganização, com participação nos eventos políticos relacionados ao retorno da democracia. Uma nova constituição é promulgada em 1988 e nela aparece o direito de organização dos estudantes e suas entidades.

Em 1992 houve um momento de mobilizações populares com participação efetiva da UNE. Ocorre após o primeiro presidente eleito depois da reabertura democrática passar a sofrer uma série de denúncias de corrupção, somado a uma rápida perda de apoio popular, efeito de uma série de medidas impopulares implementadas pelo presidente Fernando Collor de Mello. A UNE se integra ao movimento “Fora Collor”, conhecido como “os caras pintadas”, que pede o impeachment do presidente. O movimento dos caras pintadas sai vitorioso de todo este processo, pois o presidente Fernando Collor de Mello sofre processo de *impeachment* e o vice Itamar Franco assume seu lugar.

Deste período em diante não houve movimentações da UNE que tivesse grande mobilização popular. Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula e apoio da UNE a seu governo, a entidade vai perdendo parte de sua base e capacidade de mobilização, passa a ocorrer manifestações estudantis sem ser organizada ou ter participação efetiva da entidade. A mais expressiva foi as ocupações de reitorias ocorridas nos anos de 2006 e 2007, sendo a ocupação da reitoria da USP a que teve maior repercussão neste período.

A ocupação da USP se dá principalmente por conta dos decretos publicados pelo governador José Serra (que havia sido presidente da UNE no ano

1964) que, na prática, retirava a autonomia da universidade repassando para o estado uma série de atribuições que, até o momento, eram de competência da universidade. A ocupação se dá tanto por fora da UNE, como também por fora do Diretório Central dos Estudantes da USP, que na época era dirigido por estudantes ligados ao PT e ao PCdoB. Foram 51 dias em que a reitoria ficou ocupada e o movimento tomou repercussão nacional. Ao final, o movimento saiu vitorioso e colocou o movimento estudantil universitário novamente em evidência.

Podemos dizer que o movimento estudantil universitário ainda vivencia um momento com uma série de dificuldades de organização. Apesar do aumento no número de universidades e de estudantes universitários nos últimos anos, não houve um aumento significativo da importância política destes estudantes organizados. Uma das dificuldades que podem ser apontadas, pode estar relacionada ao fato da UNE, que é a entidade de representação nacional dos estudantes, estar burocratizada e vinculada ao governo federal, distante da realidade dos estudantes.

De maneira resumida podemos dizer que a história descrita até este momento se foca no movimento estudantil universitário, contudo, podemos também fazer um paralelo da situação da organização dos estudantes universitários com a dos estudantes secundaristas. O movimento estudantil secundarista, que no início se espelhava nos universitários, vai ao longo da sua história construindo uma maior independência em sua luta e organização em relação ao movimento estudantil universitário. Isto se dá inclusive por uma modificação da composição de classe no movimento estudantil secundarista, pois no seu início as escolas de educação básica possuíam uma restrição de acesso, mas com o passar dos anos as escolas de educação básicas públicas vão se caracterizando por ser o espaço destinado a formação dos filhos dos trabalhadores.

A condição de dependência construída pelos estudantes secundaristas em relação ao movimento estudantil universitário é definida desta forma por José Serra, último presidente da UNE antes da ditadura militar: “O aluno secundarista não fazia movimento estudantil, mas estava sempre a reboque dos universitários, era um movimento pouco expressivo... mas, existia a UBES” (PESCUMA, 1990, p. 52)

A partir do trecho retirado da fala de José Serra acima, podemos perceber uma certa desqualificação da participação dos estudantes secundaristas nos diversos eventos históricos. Isto vai ser reproduzido em diversos estudos feitos na

época como é apontado por Duarte em seu livro “Representações dos Movimentos Político-culturais da Década de 60 nos Jovens de Ensino Médio”.

[...] houve sempre uma certa desqualificação histórica em relação ao estudante secundarista, dando a impressão que o movimento estudantil se restringia ao movimento universitário representado pela UNE. Raramente é mencionada a presença de jovens secundaristas, ou quando ocorre de serem considerados, é de forma quase sempre elucidativa, como durante a aprovação e os protestos contra a Lei Suplicy (1964), ou as manifestações contrárias à morte do estudante secundarista Edson Luís. (DUARTE, 2005, p. 11).

Uma década depois da fundação da UNE ocorre em 1948 a fundação de entidade destinada a organizar e representar os estudantes secundaristas, a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Contudo, antes da fundação da entidade já existia alguns sinais de atividade estudantil secundarista, pois com o aumento do número de escolas básicas aumentava-se também o número de estudantes. A fundação do primeiro Grêmio Estudantil no Brasil data de 1902, na cidade de São Paulo, apesar de ser exclusivamente recreativo e cultural demonstra, de alguma forma, a disposição de organização destes estudantes.

Com a intensificação das disputas políticas na década de 60 o movimento estudantil secundarista também é obrigado a se posicionar, passam a se aproximar das bandeiras defendidas pelos trabalhadores e focam a sua atuação na organização e desenvolvimento dos Centros Populares de Cultura – CPCs.

A atuação dos estudantes secundaristas foi marcante na década de 60, quando participaram intensivamente dos CPCs – Centro Populares de Cultura v - envolvendo-se e, programas de alfabetização, núcleos populares, praças de cultura, artes plásticas, cinema, música, publicações, festivais de cultura e outras atividades. Os CPCs propunham-se a favorecer a “conscientização, politização e organização” (PESCUMA, 1990, p.53)

Outro aspecto envolvendo as organizações secundaristas no período que antecede o golpe militar é a presença no seu meio de organizações vinculadas a igreja católica, como a Ação Católica (AC) e Juventude Estudantil Católica (JEC).

AAC tinha uma proposta de trabalho que não era especificamente de ação política, mas de atuação, de integração à vida social. O seu objetivo era cristão e de conscientização, que iria redundar em um alto nível de politização, pois, à medida que se vai tomando

conhecimento das questões a nível de colégio, vai se percebendo as questões do colégio, nas cidades, no Estado, no Brasil (PESCUMA, 1990 p. 53)

Com o golpe de 1964, a Ação Católica deixa de existir e as entidades de organização dos estudantes secundaristas passam a também ser atacadas pelos governos militares. No segundo semestre de 1964, as entidades estudantis secundaristas como a UBES e os Grêmios Estudantis foram colocados na ilegalidade com a promulgação da chamada “Lei Suplicy”.

Aproveitando toda condição de centralização do poder, os militares resolvem alterar a estrutura da educação do país, primeiramente a universitária e posteriormente a secundária e a primária. As mudanças foram feitas sem consulta e participação dos estudantes e professores, e sem qualquer outra forma de participação popular.

Foi nesse contexto que o governo iniciou a reforma da educação pelo ensino superior em 1968, em seguida a Reforma do Ensino Primário e Médio, em 1971. Tais reformas ocorreram sem a participação da sociedade civil e também visavam desmobilizar movimentos nesse campo. (SCHIMITT, 2011, p.55)

Se o ano de 1968 marcou o início da intervenção militar na educação no Brasil, foi certamente marcado também pela forte resistência dos estudantes a estas mudanças, e pela intensificação da violência e perseguições a partir da instauração do Ato Institucional número 5. O “maio de 68”, iniciado como um movimento de contestação dos jovens franceses passou a incentivar uma série de movimentos pelo mundo afora e no Brasil não foi diferente.

Podemos afirmar que os movimentos de 1968 tiveram como início o assassinato do estudante secundarista Edson Luís pela polícia militar. Deste evento seguiram-se outros, dentre eles um conhecido como a “sexta-feira sangrenta”, onde diversos estudantes e outras pessoas que manifestavam contra a repressão foram mortos pela polícia. Em resposta a esta situação os estudantes organizaram 5 dias depois uma grande manifestação de rua chamada de “passeata dos cem mil”, mostrando que os estudantes haviam conquistado a simpatia de uma parte da sociedade; Contudo, ainda em 68, o movimento sofre um forte revés com a repressão ao congresso da UNE em Ibiúna, que também afeta o movimento estudantil secundarista.

Em 1971 com o decreto presidencial 68.065/71 é criado a Comissão Nacional de Moral e Civismo, formalizando assim a inclusão da disciplina escolar de Educação Moral e Cívica na educação básica.

A legislação criou também a Comissão Nacional de Moral e Civismo – CNMC – que tinha como função elaborar o programa de EMC, que seria ministrado nos estabelecimentos de ensino. Essa Comissão passará a ter grande controle sobre a cultura do país, na medida que lhe competia assessorar o ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista da moral e do civismo. Em nível estadual, também foram criadas Comissões Estaduais de Moral e Civismo que tinham como uma das principais funções analisar o currículo do orientador de Educação Moral e Cívica aprovando ou não o docente, para exercer as funções. (PESCUMA, 1990, p. 56)

Com suas entidades na ilegalidade, e com mudanças reacionárias inclusive nos conteúdos ensinados, o espaço escolar se torna cada vez mais hostil aos estudantes, principalmente para aqueles que pretendiam manifestar seu descontentamento com a escola ou com a sociedade que em que viviam.

A situação política do país, de restrições às liberdades democráticas mais elementares, parece ter influenciado bastante as relações entre dirigentes das escolas, professores e alunos. O autoritarismo permeava a vida escolar, impedindo a manifestação de opiniões, a discussão de problemas e aspirações juvenis e a realização de atividades do interesse dos alunos. (GHANEM, 1989, p. 39)

Outro ataque sofrido pelos estudantes secundaristas foi a criação dos Centros Cívicos Escolares, os CCEs, como entidades que substituiriam os Grêmios Estudantis na representação dos estudantes nas escolas. Os Centros Cívicos foram pensados com todos os cuidados para que a entidade pudesse ser controlada, vigiada e limitada nas suas ações. É criada neste momento a figura chamada “Professor Coordenador do Centro Cívico”, um professor que é remunerado para fazer a supervisão das ações dos estudantes. Estas mudanças aparecem da seguinte forma no decreto 68.065/71:

Art. 32 - Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado a centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e

Cívica, e à Cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando.

§ 1o - As chapas concorrentes às funções administrativas da diretoria deverão ser submetidas à aprovação prévia do diretor do estabelecimento.

§ 2o - Os Centros Cívicos deverão:

a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, com base moral, tendo como fonte Deus, nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil;

b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasse enumeradas no art. 31 e parágrafo único (BRASIL, 1971)

Com a proibição da organização dos Grêmios Estudantis muitos estudantes resolveram tentar manter suas atuações por dentro dos Centros Cívicos, mesmo com todas as ferramentas de controle. Isto era possível, em alguns poucos lugares, por características específicas de algumas escolas onde havia alguma liberdade para atuação no Centro Cívico. Entretanto, outros estudantes fizeram, ou já haviam feito desde a instauração da ditadura, a opção por adentrar em grupos que optaram pela luta armada como forma de derrotar a Ditadura Militar no país. Passamos então, por um período sem grandes manifestações estudantis no país.

Com a efetivação do Ato Institucional número 5 os anos que se seguem depois de 1968 são de muita violência e perseguição, por este motivo chamados de “anos de chumbo”. Para os estudantes, há bastante dificuldade para se reorganizar ao mesmo tempo que procuram se proteger da repressão, por isto, o próximo ato significativo organizado pelo movimento estudantil universitário foi ocorrer somente em 1977, e serve também de inspiração ao movimento estudantil secundarista.

A primeira passeata, em março desse ano, sacudiu o país, por ser a primeira manifestação pública em quase dez anos. Assim a participação organizada nas manifestações de rua pelas liberdades democráticas, promovidas pelos universitários passou a ser a meta imediata dos alunos de 1º e 2º graus. (GHANDEM Apud PESCUMA, 1990, p. 60)

Dentro da busca do movimento estudantil secundarista de se reorganizar ocorre um evento em 1978, que colaborou positivamente para a tarefa de mobilizar a base estudantil. Em agosto de 1978 professores da rede pública do estado de São Paulo iniciam uma greve, “durante a greve dos professores da rede oficial por melhores salários, estudantes de várias escolas formaram comissões de

solidariedade, ainda que grande número de alunos permanecessem inativos” (PESCUMA, 1990, p. 61)

A greve de professores é algo que pela sua própria condição mexe com o cotidiano dos estudantes e serviu para que os secundaristas buscassem se reorganizar para apoiar o movimento dos professores. Para isto foi necessário que os estudantes se reunissem e debatessem como seria feito este movimento de apoio à greve.

Nessa reunião as posições se dividiram. A proposta vencedora foi a de greve geral dos alunos, contra a proposta de permanecer na escola, para encontrar os professores, convencer os que não tinham entrado em greve e falar com os pais. Entretanto, ampliou-se o número de militantes, e os centros cívicos que prestaram solidariedade aos professores se articularam, qualificando a organização. (GHANEM, 1989, p. 40)

Foram 25 dias de greve em que os estudantes estavam ativos no apoio aos professores, o que ajudou para que fosse uma greve vitoriosa, uma vez que o governo concedeu aquilo que era cobrado pelo movimento grevista. Para além da própria vitória da greve em si, o movimento foi importante também para marcar como uma ação organizada pelos estudantes secundarista, sem o envolvimento direto do movimento estudantil universitário.

Com a mobilização ocorrida em 1978 em apoio a greve dos professores, somado à cobrança cada vez mais crescente por liberdade de organização, e com alguns sinais de abertura por parte do regime em 1979 é aprovada a lei 6680/79 que regulamenta a organização e representação estudantil. No ensino superior ela normatiza a organização dos Diretórios Centrais dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos dos cursos, mas deixa explícita ao menos duas limitações, uma por vedar o que a lei entende por “atividades de natureza político-partidária” e outro por proibir que os diretórios possam se organizar para além dos muros da instituição de ensino, pois um dos seus artigos veda aos diretórios “a participação ou representação em entidades alheias à instituição de ensino superior a que estejam vinculados.” Já para a educação básica permite a existência dos grêmios estudantis, mas limita as suas possibilidades de atuação, principalmente a atuação política, além de manter a figura de um docente responsável por controlar as atividades dos grêmios. (BRASIL, 1979)

Art. 8 – Nos estabelecimentos de ensino de 1o e 2o graus, somente poderão ser constituídos Grêmios Estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistido por membros do corpo docente. (BRASIL, 1979).

Também no ano de 1979 ocorreu, depois de 15 anos, o congresso da UNE, o 31º de sua história. Este congresso contou com a participação de uma quantidade expressiva de estudantes secundaristas, que por sua vez estavam divididos entre duas posições, defender que a UNE passasse a representar todos os estudantes, do ensino básico ao superior e a defesa de que o movimento estudantil secundarista fizesse a reconstrução da UBES para ser a entidade nacional de representação dos estudantes secundaristas.

Nós secundaristas, tivemos nossa entidade de base, os grêmios, destruídos em 1968, pela repressão que se abateu sobre os trabalhadores, estudantes e demais oprimidos que se colocavam contra a ditadura militar instaurada em 1964 com o golpe de 31 de março. A morte do estudante secundarista Edson Luís em 1968, a destruição da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, a prisão e o exílio de seus membros, é o saldo desta repressão que abate sobre nós secundaristas. Hoje o movimento secundarista é ainda embrionário, fraco, não conseguindo dar respostas imediatas aos problemas que nos atingem. Hoje nos encontramos ainda sem nossas entidades livres e representativas, substituídas pelos centros cívicos; nos encontramos manipulados e subjugados por um sistema de ensino alienante, massificante e autoritário; nos encontramos subjugados e reprimidos pela estrutura familiar que nos considera irresponsáveis eternamente e eternamente tentam nos tutelar, tentando abafar nossa consciência crítica e nossa ação que procura contribuir com a transformação da sociedade. Portanto, o movimento secundarista ainda está generalizado, não existe o mínimo de 175 unificação nas lutas de resistências ao autoritarismo e às péssimas condições de ensino que desapontam esparsamente em um local ou outro. (...) Apoiamos e entendemos ser da maior importância a reconstrução da UNE não só para os estudantes como também para toda a sociedade. Entendemos que a UNE é uma das maiores conquistas dos estudantes e da sociedade brasileira no campo da liberdade de organização. Esperamos também todo apoio da UNE ao movimento secundarista e às suas lutas, esperamos que os companheiros da UNE não vetem a participação secundarista, pois se hoje não nos encontramos organizados, no futuro poderemos participar, ficando claro que daremos prioridade à reconstrução da UBES.” (ROMAGNOLI e GONÇALVES, 1979, p.57)

No congresso é aprovada a resolução de que a UNE deverá dali em diante, fazer a representação exclusivamente dos estudantes do ensino superior, vetando assim a participação dos estudantes secundaristas na entidade. Desta forma restou

ao movimento estudantil secundarista a tarefa de construir a sua própria organização nacional, contudo, a reconstrução da UBES só pode ser concretizada em 1981.

A partir de 1979 a luta contra a ditadura, pela anistia e diretas já, teve uma adesão cada vez maior da sociedade brasileira e aos poucos os estudantes perderam a centralidade na convocação e organização dos atos. Contudo, continuaram a participar e ser uma força social importante para este momento histórico. Este período foi politicamente bastante movimentado na sociedade brasileira, com diversas manifestações pelo país e mudanças no cenário político. O movimento estudantil secundarista volta sua luta também para organização e fortalecimento da UBES e pela aprovação da “Lei do Grêmio Livre” no Congresso Nacional, fato que só vai ocorrer em 1985.

Com os grêmios legalizados, uma das tarefas foi fazer a lei chegar nas escolas e garantir efetivamente que os grêmios pudessem ser organizados em cada unidade escolar. Para além destas tarefas, o Movimento Estudantil dos diversos lugares do país assumem o Passe Livre Estudantil como uma de suas pautas e realizam lutas locais buscando alcançar este direito para os estudantes, em alguns poucos lugares lograram êxito, e em outros, as lutas por acesso ao transporte público de maneira gratuita adentrou a década de 90 sem sua efetivação.

Em 1992 o movimento estudantil secundarista se somou à luta dos “Caras Pintadas” para pressionar pelo Impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello. Foi o momento em que houve as últimas mobilizações nacionais com peso de participação do movimento estudantil secundarista depois do fim do regime militar e início de processo democrático. Ao decorrer da década de 90 as entidades estudantis vão se burocratizando e se distanciando da base estudantil. Uma das atividades assumida pelas entidades foi a confecções das carteirinhas estudantis, que passou a ser uma importante fonte de renda destas entidades, ao mesmo tempo, contribuíram para uma burocratização ainda maior destas entidades.

Essas características podem ser comprovadas durante a apresentação das teses para o XV Congresso da UMES em 18 de maio de 2004 num dos boletins informativos da entidade: “A Carteirinha da UMES é a maior conquista dos estudantes de São Paulo. Ela nos garante o meio-passe, a meia-entrada em shows, cinemas, teatros e estádios (...). Com a carteirinha, cada estudante sente que faz parte de uma grande UNIÃO com outros DOIS

MILHÕES E MEIO de estudantes, com os mesmos problemas e os mesmos anseios, e com força para consegui-los. (...) E vamos sair desse congresso com uma firme determinação de fazer crescer ainda mais nossa força e nossa voz, com todo estudante com a sua carteirinha!” (DUARTE, 2005, p.17/18)

A esta burocratização segue um longo período de refluxo do movimento secundarista no Brasil, mesmo que ainda tenha a participação estudantil em alguns movimentos, como os de transportes, este não é feito de forma organizada como um movimento estudantil. Nas escolas vão existir algumas que terão o grêmio, mas em poucas ele é ativo, sendo que na maioria simplesmente não existem.

Em 2013, com as manifestações de Junho foi possível identificar uma participação expressiva de jovens nos atos que ocorreram pelas diversas regiões do Brasil. Contudo, ainda não como movimento estudantil organizado, afinal somente em 2015 que vamos poder registrar a retomada das ações do movimento estudantil secundarista no Brasil. Este processo se iniciou durante a greve dos professores do estado de São Paulo, onde houve participação dos estudantes secundaristas em apoio à greve, chamando e organizando atos de forma autônoma.

No segundo semestre do mesmo ano ocorrem inicialmente manifestações estudantis no estado de Goiás contra a privatização da administração das escolas através de Organizações Sociais, e no estado de São Paulo contra o projeto de “reorganização” das escolas públicas. Foram uma série de manifestações mostrando o descontentamento dos estudantes contra o projeto e mesmo assim não houve nenhuma sinalização de abertura de diálogo por parte do governo. Posteriormente o movimento estudantil dos dois estados optaram por usar a ocupação das escolas como forma de luta. O movimento de ocupação dos estudantes do estado de São Paulo ganhou repercussão nacional e, juntamente com o movimento estudantil goiano, saiu vitorioso.

Tanto nas manifestações de rua antes das ocupações, quanto durante as próprias ocupações, os estudantes em luta vão se denominar Movimento Estudantil. Outro aspecto também presente neste período é a não presença, ou a presença inexpressiva das entidades tradicionais de representação estudantis, os grêmios estudantis de maneira geral não estão presentes nestas ações. Mesmo sem a presença das entidades, o movimento conseguiu, ainda que com algumas dificuldades, traçar ações em comum, construídas principalmente através das mídias sociais.

Com a vitória dos Movimentos Estudantis Secundarista de São Paulo e de Goiás através do método de ocupação de escolas, não houve resistência por parte dos estudantes de outros estados em aderir à ação de ocupação de escolas quando em 2016 o vice-presidente da república recém empossado, anunciou a Medida Provisória de “Reforma do Ensino Médio”. Foram mais de mil escolas ocupadas no país, e a maior concentração foi no estado do Paraná. A ações centradas em 2016 demonstrou uma capacidade maior que a do ano anterior, a de se organizar nacionalmente.

2.1 Movimento Estudantil e ocupações de escolas em Bauru

Bauru é uma cidade no noroeste do Estado de São Paulo fundada em 1896. Durante o Estado Novo o governo de Getúlio Vargas promoveu um movimento chamado de “marcha ao oeste” como estratégia para o desenvolvimento do Brasil. Este movimento fez a recém-criada cidade de Bauru ganhar infraestrutura e aumentar em importância e em número de habitantes. Outro fator que também influenciou o crescimento da cidade foi ter se tornado um espaço de entroncamento de estradas e ferrovias do Estado.

Por se localizar no centro geográfico do Estado de São Paulo, Bauru tornou-se um dos maiores entroncamentos rodo-ferroviário-energético do Brasil. Em consequência, cresceu em muito o número de trabalhadores. As ferrovias: Noroeste Sorocabana e Paulista – como eram conhecidas – tinham um grande número de empregados, que viviam em extrema pobreza. (PITOLLI, 2015, p. 29)

A história da cidade é marcada pela história da ferrovia, principalmente pelo fato que uma grande parcela da população trabalhava e vivia em função da ferrovia na época de seu auge. A ferrovia marca também a vida política da cidade, uma vez que a grande quantidade de trabalhadores da ferrovia favoreceu o processo de sindicalização e a força de intervenção do sindicato.

Em relação a organização estudantil, que é o nosso foco aqui, só vai ganhar importância a partir da década de 1950 quando foi inaugurado o Centro Universitário de Bauru que inicialmente ofereceu os cursos de Química Industrial e

Pontes, Estradas e Edificações. Já no seu início os estudantes organizam a primeira entidade estudantil da cidade, a Federação Bauruense Estudantina (FBE), entidade que representava estudantes do ensino superior, mas eram os estudantes secundarista que tinham maior presença e representatividade na entidade.

A grande entidade de representação dos jovens da época foi a Federação Bauruense Estudantina (FBE), que congregava principalmente os alunos do ensino secundário. Membros e diretores da associação estavam sob forte influência da Juventude Estudantil Católica, ligada aos setores progressistas da Igreja. Entre as bandeiras da entidade, estava a eterna luta pelo passe livre para os estudantes. “Era um movimento combativo. No início de 1964, eles organizaram grandes passeatas na cidade pelo passe livre e acabaram conseguindo um acordo com a prefeitura e a empresa de ônibus circular da cidade, que aceitaram oferecer um desconto nas passagens. Por ironia do destino, no dia em que o benefício entraria em vigor - 1 de abril daquele ano -, os militares deram o golpe e o direito acabou indo por água abaixo”, conta Antônio Pedroso Júnior, o “Chinelo”. (FERRARI, 2008)

Uma característica também marcante no início da organização estudantil em Bauru é a forte presença na organização de grupos ligados a igreja católica. Uma das pautas do movimento era a luta pelo direito de acesso gratuito ao transporte público na cidade, pauta que conseguiram de início avançar em alguns pontos. Contudo, o movimento estudantil da cidade, juntamente com movimento estudantil do restante do país, foi fortemente atingido pelo golpe cívico-militar instaurou a Ditadura no Brasil em 1964. Diante a nova realidade o movimento se soma ao movimento estudantil nacional na luta contra a ditadura.

Uma das últimas entidades democráticas de Bauru a sofrer intervenção foi a Federação Bauruense Estudantina – FBE – aos 16 de abril de 1964, ocasião em que a diretoria então presidida por Milton Dota estava reunida na sua sede, quando chegaram os valorosos e destemidos integrantes da FAC, apresentando um documento assinado por Marco Antonio Castelo Branco, identificando-se como interventor da UPES – União Paulista dos Estudantes Secundaristas -, documento este apresentado em um papel sem timbre, mal datilografado e muito mal redigido. Estavam presentes na sede da entidade, no Edifício Drogadada, os estudantes Milton Dota, Saad Zogheib Sobrinho, Isaías Milanese Daiben, Jefferson Barbosa da Silva, Denis Rosa, Luis Eduardo de Oliveira, Julio Tanaka e Adelsio Simões. (PEDROSO, 2009)

Ao mesmo tempo que a cidade foi marcada pela luta dos sindicatos e dos estudantes, houve também na cidade uma organização de combate aos comunistas, que ganhou projeção nacional e ficou conhecida como FAC – Frente Anticomunista de Bauru. Era uma organização de extrema direita que era incentivada e dirigida pelo promotor público Silvio Marques Junior. A FAC foi responsável por uma série de ações pela cidade que ia de prisão de pessoas que consideravam comunista, a invasão de moradias a “empastelamento” de jornais.

A FAC nasceu entre os anos de 1962 e 1963, liderada e organizada pelo professor de Direito da ITE, Instituição Toledo de Ensino, Silvio Marques Jr. O grupo atuou até 1968, perseguindo e prendendo qualquer cidadão cujas atitudes levantassem suspeitas de atividades comunistas. Liderando o grupo, Silvio Marques instaurou um clima de terror na cidade de Bauru, devido ao teor arbitrário das prisões e perseguições que ele e seu grupo efetuavam junto à polícia. (NETO, 2012)

A existência da FAC fez com que a vida dos sindicalistas e estudantes na cidade fosse bastante difícil, mesmo antes da ditadura ser instaurada. Apesar de se propor a combater os comunistas, a FAC estendia sua atuação à toda e qualquer pessoa que entediam que poderia oferecer algum risco. Vários estudantes, que na época pertenciam a FBE, foram presos e perseguidos, criando uma série de dificuldade para a entidade continuar organizada. Ao mesmo um dos estudantes integrantes da FBE foi preso juntamente com os demais estudantes que participavam do Congresso da UNE em Ibiúna em outubro de 1968.

Os ferroviários também sofreram um duro baque, tendo uma greve e manifestação dissolvida à balas e bombas da Polícia, ao mesmo tempo que alguns de seus dirigentes foram presos. Diante de todo este contexto de perseguição e tendo vários colegas presos e torturados, alguns estudantes optaram por entrar em alguma das organizações clandestinas que existiam no Brasil.

Devido ao regime fechado ditatorial, os estudantes se ligavam as organizações clandestinas de combate à ditadura. “Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8 -; Ação Popular – AP – Partido Comunista Brasileiro – PCB -. Convergência Socialista, Liberdade e Luta eram as organizações a que pertenciam às lideranças estudantis bauruense”, comenta Antônio Pedroso Junior. (PROJETO MEMÓRIAS)

Juntamente com o movimento que está ocorrendo no país, a partir de 1979 o Movimento Estudantil vai retomando suas forças e se reorganizando também em Bauru. No início dos anos 80, é fundada a UMESB – União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Bauru. Ao mesmo tempo que os estudantes participam das atividades políticas, que movimentam o país na época, na esfera municipal, atuavam na luta pelo acesso ao transporte público.

O retorno da democracia fez com que, em geral, o Movimento Estudantil se voltasse à organização de suas entidades, sendo o movimento pelo “fora Collor” a última ação com envolvimento massivo do movimento estudantil no século passado. O movimento estudantil em Bauru também seguiu este padrão, com um processo de refluxo nas atividades políticas a partir da última década do século passado.

Foi no século atual, em junho 2013, que o movimento chamado de Movimento Passe-Livre, movimento composto majoritariamente por jovens estudantes, deu início as manifestações contra o aumento da passagem na cidade de São Paulo. Com a repressão feita a estas manifestações ao invés de recuar ela foi ganhando cada vez mais força e passou a se espalhar pelo Brasil. A primeira manifestação em São Paulo ocorreu no dia 06/06/2013, e foi crescendo em número de participantes conforme eram convocadas novas datas de protestos. Seguindo as manifestações que estavam ocorrendo pelo Brasil, em Bauru teve uma primeira manifestação em 17/06/2013. A primeira manifestação foi um acaso, pois na verdade foi chamado uma reunião para debater a construção de um ato na cidade de Bauru, mas como apareceu muita gente para a reunião ela se tornou inviável e acabou se tornando um ato em frente a câmara contra o aumento da passagem. Durante todo o ato foi possível observar a presença marcantes dos jovens estudantes.

O número de manifestantes em Bauru é incerto. Os organizadores falaram em 1,2 mil pessoas. Depois, somaram mais 3 mil. Já a Polícia Militar, em dado momento, estimou 600 participantes. Independentemente do número de pessoas, o barulho foi grande. A grande maioria era formada por jovens que diziam estar ali porque a “panela de pressão havia estourado”. E nem mesmo era para ser manifestação. “Íríamos fazer uma reunião para decidir quando e como seria o ato. Mas, como veio muita gente, decidimos já pelo ato mesmo”, detalha Igor Fernandes, um dos organizadores. (OSHIRO, 2013)

Neste período houve diversas ações pela cidade como manifestações, caminhadas, fechamento de rodovias e ocupação do prédio administrativo da

prefeitura. A pauta inicial era o transporte público e como a posição do prefeito foi de rapidamente suspendeu o aumento da tarifa, outras pautas foram aparecendo, como as pautas relacionadas a saúde pública. Contudo, como o movimento nacional, ele aos poucos vai perdendo força e diminuindo a quantidade de manifestações e de pessoas que participaram, até ser desfeito o grupo que organizava as ações na cidade.

Em setembro de 2014, houve uma primeira manifestação na cidade composta exclusivamente por estudantes secundaristas que cobravam a contratação de professores e criticavam a obrigação de ficarem dentro da escola mesmo quando estavam em aulas vagas. A manifestação envolveu principalmente os alunos da escola Stela Machado, mas houve a participação de alunos de outras escolas da região também. A manifestação teve cobertura dos canais de televisão e jornais escritos da cidade, gerando uma grande repercussão.

Em março de 2015 os professores do estado de São Paulo decretam greve da categoria por tempo indeterminado. Com o movimento dos professores, os estudantes secundaristas passaram também a se manifestar, e é possível acompanhar por todo estado a atuação dos alunos em favor da greve dos professores. Em Bauru, mesmo tendo, de início, uma fraca adesão de professores à greve, os estudantes tomaram a dianteira dos atos, denunciando também as condições precárias das escolas.

Cerca de 50 alunos das escolas estaduais Stela Machado, Guia Lopes e Professora Irmã Armanda realizaram uma manifestação em frente da Secretaria de Estado da Educação, localizada na quadra 9 da rua Campos Salles, Vila Falcão, em Bauru. A manifestação começou por volta das 7h desta segunda-feira (16) e seguiu pacificamente até 9h30. A quadra ficou interditada durante o protesto. (PATRIARCA, 2015)

O processo de construção do ato possibilitou aos estudantes de diversas escolas se aproximarem e desta forma passam a se organizar para convocar os próximos atos. Esta organização que vai se formando dos estudantes destas escolas aos poucos vai sendo intitulada pelos próprios alunos de Movimento Estudantil de Bauru – ME Bauru. Ao mesmo tempo vão adquirindo experiência e administravam todos os aspectos dos seus atos, de fechamento de ruas a confecções de faixas etc.

Alunos de quatro escolas estaduais protestam por melhorias em Bauru

Eles caminharam da Vila Pacífico até a diretoria de ensino, na Vila Falcão. Os próprios alunos coordenaram o trânsito durante o trajeto. Alunos percorreram escolas e foram até a diretoria regional de ensino. Estudantes de quatro escolas estaduais de Bauru (SP) realizaram um protesto pacífico por melhorias na educação na manhã desta sexta-feira (20). Eles se reuniram por volta das 7 horas na praça em frente à Escola Estela Machado, na Vila Pacífico.

Uma hora depois os cerca de 200 manifestantes seguiram caminhando com faixas e cartazes, em direção a Diretoria de Ensino. Os próprios alunos coordenaram o trânsito durante o trajeto.

Na porta da escola estadual Castanho de Almeida, os manifestantes pararam para pedir que os estudantes que estavam em sala de aula viessem pra rua. Na porta da diretoria de ensino cantaram para chamar a atenção das autoridades.[..]

Esse foi o segundo protesto de alunos da rede estadual nesta semana. Na última segunda-feira (16), os estudantes bloquearam o cruzamento das ruas Castro Alves e Campos Sales durante duas horas.

Eles reivindicavam salas de aulas com menos alunos e o fim das aulas vagas. (G1 BAURU MARÍLIA, 2015b)

A greve dos professores durou 3 meses, e praticamente durante todo este período os estudantes secundaristas da cidade organizaram manifestações, intervenções e atividades em apoio à greve, cobrando melhorias na educação pública. Mesmo com o fim do movimento grevista e das manifestações os estudantes das diversas escolas mantiveram contato o que possibilitou uma articulação e convivência entre a realidade um do outro.

No segundo semestre de 2015, com o anúncio do projeto de “reorganização” das escolas proposto pelo governo do Estado, ocorre uma primeira manifestação organizada pelos estudantes da escola Airton Busch. Os estudantes do período ano noturno, que seriam os mais afetados pelo projeto do governo, saíram das salas de aulas e fecharam a avenida em frente à escola, colocando fogo em pedaços de madeira e chamando a atenção da comunidade.

Pais e alunos fecham rua e ateiam fogo durante protesto em Bauru. Aproximadamente 100 pessoas, entre pais e alunos, protestaram contra o suposto fechamento da escola Airton Busch, no parque Jaraguá, em Bauru (SP), na noite desta quarta-feira (30), segundo a Polícia Militar. O protesto durou aproximadamente duas horas. A reformulação foi anunciada pela Secretaria Estadual de Educação e pode causar a transferência de escola para parte dos estudantes. (G1 BAURU MARÍLIA, 2015c)

Após a manifestação na escola Airton Busch os estudantes de outras escolas da cidade passaram a se organizar para também protestarem contra a proposta do governo. Talvez por coincidência ou não, pois não ficou claro como o governo escolheu quais escolas que passariam pela “reorganização”, as unidades que sofreriam com as mudanças no projeto do governo em Bauru ficam em uma mesma região da cidade, além de ser as mesmas escolas dos estudantes que no primeiro semestre se manifestaram seguidas vezes em apoio a greve dos professores.

Como já havia a experiência e um princípio de organização iniciado no primeiro semestre, o “ME Bauru”, foi mais simples para os estudantes darem início a luta na cidade contra o projeto de “reorganização” do governo do estado. Desta forma, alguns dias depois do anúncio do governo e da manifestação em frente à escola Airton Busch, estudantes de 7 escolas de Bauru foram em marcha até a frente da Diretoria de Ensino da cidade para protestar contra a reorganização.

Com faixas, cartazes e cantos de protesto, cerca de 300 alunos de sete escolas estaduais de Bauru manifestaram, ontem de manhã, contra o processo de reorganização do Governo do Estado, que prevê a unificação dos ciclos de ensino, alterando o cenário de unidades da cidade e região.

Os estudantes se reuniram em frente à escola Stela Machado, na Vila Pacífico, e seguiram em passeata até a sede da Diretoria Regional de Ensino, onde tomaram a quadra 9 da rua Campos Salles, Vila Falcão.

O quarteirão foi interditado e a PM acompanhou os manifestos, que seguiram de forma pacífica. No final da manhã, o grupo invadiu o prédio para falar com a diretora Regional de Ensino, Gina Sanchez. Ela garantiu que nenhuma escola será fechada em Bauru.[...]

De acordo com Amanda Moraes, aluna do 2.º ano do ensino médio da Escola Stela Machado, o ato mobilizou ainda estudantes das escolas Irmã Arminda Sbríssia, Luis Castanho de Almeida, Ayrton Busch, Guia Lopes, Alto Jaraguá e Christino Cabral. “Se o ensino estivesse bom, não teria tido greve de 91 dias no início do ano. Vai piorar ainda mais”, critica. (94FM, 2015)

Destas manifestações se seguiram outras mantendo ou mudando o trajeto, algumas foram até a diretoria regional de ensino de Bauru e outra até o centro da cidade, sempre cobrando o fim do projeto de “reorganização” das escolas. Ocorreram manifestações portanto no dia 06/10/2015 em frente a diretoria de ensino, dia 09/10/2015 em frente a câmara municipal no centro da cidade e dia 22/10/2015 novamente em frente a diretoria de ensino. Mesmo com todas as manifestações massivas de estudante com caminhadas longas pela cidade (a

câmara municipal fica a 4km da escola Stela Machado e 6 Km da escola Airton Busch) eles não foram sequer atendidos, não houve nenhum canal de diálogo nem do governo nem da diretoria de ensino.

Dia 09 de novembro uma primeira escola é ocupada no estado de São Paulo contra o projeto de “reorganização” e desta se seguiram outras pela grande são Paulo e depois pelo restante estado. No dia 17 de novembro uma primeira escola é ocupada em Bauru e se soma ao movimento contra o projeto do governo.

Centenas de alunos ocupam a escola estadual Stela Machado, em Bauru, desde o início da manhã desta terça-feira (17). Eles protestam contra o projeto de reorganização dos estabelecimentos de ensino proposto pelo governo estadual. Os professores foram impedidos de entrar na escola para ministrar as aulas.

Alguns alunos estão dentro da escola. Outra parte permanece em protesto do lado de fora, com o intuito de chamar a atenção das autoridades. Alguns pais e professores também estão em frente ao local em apoio ao ato dos estudantes. (BORGES, 2015)

A segunda escola estadual ocupada pelos estudantes em Bauru foi a escola Airton Busch, no dia 22 de novembro de 2015, sendo seguida pela escola Luiz Castanho de Almeida no dia 24 de novembro e a escola Antônio Ferreira de Menezes foi a última a ser o ocupada na cidade no dia 26 de novembro.

Durante o processo de ocupação das escolas os estudantes das 4 escolas ocupadas mantiveram o diálogo entre os ocupantes destas escolas e organizaram trocas de alimentos, intercâmbios e ajuda mútuas. Este espaço de organização entre os estudantes também servia para debater estratégias para o movimento e foi fundamental para definir o momento para a desocupação após a decisão do governo do estado de suspender a “reorganização”.

Cada ocupação seguiu ritmos próprios durante a manutenção das escolas ocupadas, da mesma forma foi diferente também as formas de pressão contra o movimento. Na escola Stela Machado a direção pressionou com a polícia no início da ocupação da escola, mas logo desistiu, tendo em seguida de relevante apenas o ocorrido em uma madrugada quando foram jogadas várias bombas para dentro da escola e não se descobriu quem foi. Na escola Luiz Castanho de Almeida a direção procurou colocar parte dos estudantes da escola contra a ocupação dizendo que eles seriam prejudicados por não fazer o SARESP, desta forma convocou os estudantes que não estavam ocupando para invadirem a escola no dia da prova.

Houve uma grande confusão no dia previsto para a aplicação da prova do SARESP, parte da escola foi invadida pela direção e os estudantes que pretendiam fazer a prova, contudo, ao final do dia os estudantes ocupados retomaram o controle da escola. Na escola Airton Busch uma parte dos professores buscou organizar a comunidade contra a ocupação da escola e uma noite várias pessoas da comunidade apareceram para defender e para cobrar o fim da ocupação, houve bastante discussão mas a ocupação se manteve. Em outra situação a direção e alguns funcionários chegaram com a polícia de madrugada, mesmo sem mandado de reintegração, quebraram os cadeados e tentaram colocar a escola para funcionar, ao final do dia os estudantes retomaram o controle da escola ocupada. Já na escola Antonio Ferreira de Menezes a direção ia na porta da escola pressionar para a desocupação e em algumas situações um *drone* sobrevoava a escola acompanhando o movimento dos alunos.

Da mesma forma o encerramento das ocupações foi diferente nas escolas da cidade, enquanto em algumas a relação interna pós ocupação foi um pouco mais tranquila, em outras, como na escola Stela Machado, permaneceu ainda um intenso conflito entre os estudantes e a direção da escola. No caso da escola Stela Machado a direção atrasou o reinício das aulas e abriu boletim de ocorrência contra os estudantes por furto e depredação do patrimônio da escola. Os alunos da escola tiveram de organizar as assembleias e manifestações até conseguir com que o conselho de escola decidisse, a contragosto da diretora, retirar o boletim de ocorrência e encerrar o boletim de ocorrência que foi registrado contra os alunos.

No início do ano seguinte, em substituição das páginas das ocupações no Facebook, que era específica de cada escola, os estudantes das diversas escolas decidiram por criar uma página do movimento que se chamaria “Movimento Estudantil Secundarista de Bauru”. A descrição curta da página do movimento faz uma referência ao final do livro “O manifesto do Partido Comunista” de Karl Marx. Descrevem a página da seguinte maneira: “Secundaristas de Bauru, uni-vos. Promovemos ações de combate aos ataques do governo federal, estadual e municipal. Educação é direito de todos e todas.” (MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE BAURU, 2016)

A maior parte dos estudantes que estavam atuantes no movimento dos alunos não tinham nenhuma relação com o Grêmio Estudantil ou de qualquer outra entidade estudantil, desta forma a página passa a ser uma referência para os

demais estudantes e era usada para convocar reuniões entre alunos, divulgar manifestações e denunciar ações do governo, da dirigente de ensino e das direções das escolas contra a educação ou contra os estudantes. A página é administrada por um grupo de alunos divididos entre os alunos de diversas escolas que estavam mobilizadas. Como explica Giovana Sanches, estudante e ocupante da escola Stela Machado, na entrevista ao site de mídia digital Medium.

Medium: Quem e quantas eram as pessoas responsáveis pela página do Facebook?

No Movimento Estudantil em geral tinha em torno de 9 escolas e havia dois de cada escola para administrar, nós organizamos desta forma porque seria bem democrático e cada um poderia postar o que estava acontecendo dentro da escola dele. (SANCHES, 2018)

Podemos dizer que o movimento estudantil secundarista de Bauru teve seu primeiro momento de atuação neste período em outubro de 2014 e que ganha força e se expande com o movimento de apoio a greve dos professores. Ou seja, já se encontra minimamente organizado quando o projeto de “reorganização” das escolas é apresentado pelo governo do estado. A primeira saída do movimento foi chamar grandes atos na cidade denunciando os prejuízos deste projeto, para só depois, em um segundo momento decidir pela ocupação das escolas como forma de luta. Este processo se evidencia em outro trecho da entrevista de Giovana Sanches.

Quais eram os motivos dos estudantes estarem ocupando a escola? A princípio em 2015 tivemos a greve dos professores, em relação ao salário, que os estudantes apoiaram. Logo depois veio a proposta de reorganização, aí nós fizemos várias manifestações contra porque a gente achava que não era o melhor para escola no momento. Então vimos as ocupações em São Paulo e decidimos ocupar também. Foi muito bom. O Stela parou de ser uma escola tradicional para começar a ser uma escola de pessoas que se importam, tanto politicamente quanto socialmente.

Como era organizada a ocupação?

O Movimento Estudantil de Bauru existe faz um tempo, desde 2014, o que é considerável. Como já havia um movimento dos estudantes, já havia um contato entre as escolas. Para ocupar foi uma questão de decisão, mas a gente já tinha o contato entre nós. Cada escola se organizou com seus estudantes e viu qual era a condição. (SANCHES, 2018)

Portanto, não é um movimento que aparece nas ocupações de escolas, como alguns textos e trabalhos tendem a apresentar quando se focam apenas nas ocupações. Ele vai se construindo ao longo do ano com a participação nas lutas que

estão ocorrendo. Ao mesmo tempo, sem entidades representativas, vão assumindo o nome de movimento estudantil e em segundo momento de movimento estudantil secundarista de Bauru.

A organização dos estudantes era feita por fora das entidades estudantis tradicionais. Para participar e ser um dos administradores da página no Facebook do Movimento Estudantil Secundarista de Bauru não era necessário estar organizado em grêmio estudantil em suas escolas, em várias situações até existia grêmio nas escolas, mas os alunos participante do movimento estudantil não estavam ligados ao grêmio, aos mesmo tempo que alunos da maioria dos grêmios estudantis não tinham vínculo com o Movimento Estudantil.

A experiência de organização do movimento estudantil foi outra vez importante para convocar e organizar os estudantes da cidade contra a Medida Provisória da “reforma do ensino médio” imposta pelo governo Temer em 2016. Foram diversas manifestações organizadas pelos estudantes secundaristas na cidade e posteriormente duas escolas da cidade foram ocupadas, sendo desocupadas em seguida com forte aparato das forças de segurança do estado. Este momento representa uma derrota significativa para os estudantes, pois a “reforma do ensino médio” é aprovada ao mesmo tempo que são surpreendidos pela ação do estado contra uma forma de luta que os haviam tornado vitoriosos no ano anterior. As escolas são invadidas pela polícia e os estudantes são retirados a força depois de apenas algumas horas de ocupação, ação esta, respaldada pelo “parecer” da procuradoria do estado.

2.2 As ocupações de 2015 em São Paulo e suas pautas

Compreendendo que as ocupações de escolas em São Paulo não é um fenômeno isolado da atuação dos estudantes, não nasce com as ocupações, mas fruto de todo um processo de construção das lutas estudantis que está ativo meses antes com a greve dos professores, podemos portanto, nos focar em compreender alguns aspectos desta ação específica, a ocupação de escola, e buscar os aspectos que colaborem com o desenvolvimento de nosso debate sobre os grêmios.

Neste sentido, quando analisamos as ocupações de escolas no estado de São Paulo em 2015 podemos identificar que é um movimento que vai se construindo

durante o ano e tem evidências de seu início enquanto movimento organizado na greve de professores que ocorreu no primeiro semestre de 2015 em São Paulo. Da mesma forma, antes das ocupações serem definidas como forma de luta contra o projeto do governo de “reorganização”, os estudantes saíram as ruas com faixas e bandeiras usando dos protestos como formas de enfrentar o projeto do governo.

Antes da primeira escola ocupada, os estudantes já estavam nas ruas protestando contra a “reorganização” escolar. Para compreender como foi possível uma mobilização tão grande, pulverizada e espontânea é preciso considerar que os mesmos alunos já haviam organizado autonomamente atos de rua em apoio à maior greve dos professores da rede estadual de São Paulo, que ocorreu entre março e junho de 2015, durando 92 dias. Além de apoiar a pauta salarial dos docentes, os estudantes também levantaram reivindicações próprias, ligadas a melhorias na infraestrutura das escolas, contra a superlotação de salas, etc. (JANUÁRIO et al, 2016, p. 196).

Outro aspecto importante é que a tática dos estudantes também não se restringiu a ocupar as escolas, principalmente na cidade de São Paulo os estudantes das escolas ocupadas passam em um segundo momento a fazer uma série de ações coordenadas com fechamento de avenidas da cidade com manifestações, onde inclusive utilizavam carteiras e cadeiras nas escolas como escudos. Quando todo movimento parecia se cristalizar com os estudantes ocupando as escolas e se mantendo dentro delas, eles, sem abandonar as ocupações das escolas como forma de luta, executam uma outra tática.

A estratégia passa a ser chamar a atenção mediante pequenas intervenções de trancamento de ruas e avenidas. Imagens marcantes foram os alunos levando para fora da escola as carteiras estudantis. Estas ações diretas foram alvo de grande repressão por parte da Polícia Militar, registrada com inúmeras fotos e vídeos por celulares e depois compartilhados nas redes sociais. Do dia 30 de novembro ao dia 3 de dezembro os atos escalaram rapidamente, chegando a mais de dez pontos de interrupção do tráfego em um único dia, além da ocupação de duas diretorias de ensino: de Sorocaba e de Santo André. (JANUÁRIO et al, 2016, p. 196)

Estas ações reforçam a ocupação das escolas como uma ação dentro do processo de luta, uma ação extremamente importante para o processo de luta, mas que não marca o início, nem o fim do enfrentamento dos estudantes contra o governo em relação a “reorganização”. Importante compreender esta condição para

que possamos nos distanciar da visão de que o que provoca a derrota do governo são as ocupações em si, pois esta derrota se construiu através de uma série de ações feitas antes e durante as ocupações.

Isto é importante para entendermos o processo de luta, pois, se a estratégia do governo em algum momento se baseou na perspectiva de que bastava aguardar os estudantes se cansarem de manter as escolas ocupadas ou que aos poucos fossem perdendo apoio na comunidade escolar e da sociedade como um todo, com as manifestações de rua concomitantes com as ocupações não deu ao governo tempo para esperar a ocupações e o movimento estudantil se desgastar.

Outro aspecto importante para pensarmos as ocupações é identificar que no período anterior a que elas ocorreram não foi aberto nenhum canal de diálogo do governo para com os estudantes, mesmo ocorrendo diversas manifestações estudantis pelo estado. Quando estas manifestações ganhavam repercussões midiáticas a secretaria da educação no máximo rebatia colocando sem muito valor a manifestação dos estudantes e reafirmando a necessidade da reorganização.

Diante da postura da Secretaria de Educação em ignorar as críticas dos estudantes ou diminuí-las como “falta de entendimento”, insistindo nos mesmos argumentos, de saída rejeitados pelos estudantes pelos motivos que expusemos, além da atuação nas redes sociais, o que se presenciou foi a expressão da indignação em atos de rua contra a “reorganização” em cerca de 60 diferentes municípios do estado de São Paulo. Durante seis semanas, os estudantes foram às ruas em quase 200 ocasiões para protestar contra a “reorganização”, eventualmente com a participação de pais e/ou professores. Esses protestos, no que foi possível de ser averiguado, ocorreram a partir de 28/09/2015, contando inicialmente com um protagonismo intenso do interior do estado de São Paulo. (JANUÁRIO et al, 2016, p.177)

O mesmo ocorreu durante as ocupações das escolas, o governo não abriu nenhum canal de diálogo com os estudantes e isto se dá primeiramente por uma postura autoritária do Estado baseado principalmente na ideia de não capacidade dos estudantes de realizarem autonomamente estas ações e que desta forma deveriam estar sendo “manipulados” por alguma organização de adultos. Isto fica claro no primeiro processo de reintegração promovido pelo Estado.

O movimento das ocupações não ficou sem resposta do governo, tentando solucionar a questão via a utilização do aparelho judicial e policial. Baseado numa leitura equivocada do movimento – a de que

era a Apeoesp o principal agente que organizaria e agitaria os alunos – foi concedido por um juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo em primeira instância o pedido governamental de reintegração de posse na noite da quinta-feira dia 12 de novembro, estabelecendo o prazo de 24 horas “para que as pessoas que ali se encontram desocupem o prédio espontaneamente, a partir do que serão coercitivamente retiradas”. 54 No despacho, estava claro que o juiz (e também o governo) tinha certeza de que as alunas e alunos da ocupação estavam sendo “aliciados”, usados por movimentos mais experientes, principalmente o sindicalista. Por isso, no despacho estava escrito que além de representantes da Secretaria de Educação, deveria estar presente também “representante do Conselho Tutelar, já que é possível a participação de crianças e adolescentes no movimento”. A menção a uma “possível participação de crianças e adolescentes no movimento” expressa a opinião não só do juiz como do governo, que não concebiam as alunas e alunos como protagonistas do movimento de ocupação. (JANUÁRIO et al, 2016, p.185)

Portanto, as ocupações de maneira geral podem ser vistas como parte de um processo amadurecimento da luta e de organização do movimento estudantil no estado de São Paulo. Evidente que nem todos estavam no mesmo estágio de organização e experiência, mas isto foi sendo compensado com a trocas que foram feitas durante todo o processo, principalmente através das mídias sociais. A ocupação no Estado tem seu início na escola E.E. Diadema no dia 09 de novembro de 2015 e rapidamente se espalha por outras escolas do estado, tanto da capital quanto do interior. No auge do movimento havia mais de 200 escolas ocupadas por estudantes espalhadas por todo o estado. Ao final do movimento o processo de desocupação também foi gradual, não ocorrendo todas ao mesmo tempo, ou seja, apesar da sintonia construída entre as ocupações durante o mês que permaneceram ocupadas, cada escola mantinha sua autonomia.

Podemos dizer que existem dois elementos principais que estão presentes nas críticas dos estudantes contra o projeto de reorganização das escolas proposto pelo governo. O primeiro ponto é quanto a seu caráter antidemocrático e autoritário, sendo imposto de cima para baixo, alterando a vida dos estudantes e famílias sem ao menos ouvir suas opiniões. Isto fica claro quando a única ação do estado para com os pais sobre o tema, ficou reduzido a um dia chamado de “Dia E” pela secretaria de educação, e se resumia a “informar a mudança para 2016 aos pais”, ou seja, a apresentação de algo já pronto e decidido e não como um espaço de debate com a comunidade. Na página da secretaria da educação do estado esta ação é definida da seguinte forma:

Depois de definidas as escolas que terão alterações, a Secretaria passará a avisar os pais e responsáveis. Cada escola terá a obrigação de informar a mudança para 2016 aos pais. Além disso, haverá o chamado “Dia E” da Educação, no qual, por meio de uma reunião de pais e mestres, os responsáveis irão às escolas para conhecer as unidades que podem receber seus filhos (sempre respeitando o limite de distância de 1,5 km). Mais: pela internet e por carta, os pais tomarão conhecimento do projeto e das mudanças. (SEE/SP, 2015)

Portando é evidenciado pela própria página da secretaria o caráter autoritário da medida e dá comprovação as críticas feitas pelos estudantes. Contudo, esta não é a única crítica feita pelos estudantes, pois não bastaria fazer os debates para que necessariamente o projeto passasse a ser aceito pela comunidade. Neste sentido, outro elemento criticado pelos estudantes era que o projeto desconsiderava as identidades construídas pelos estudantes em relação as suas escolas, a reorganização é vista como um projeto frio e tecnicista que considera a mudanças de milhares de estudantes apenas do ponto de vista de “ajustes necessários”.

É portanto reafirmado uma característica cultural e de identificação com o espaço da escola para que os estudantes se colocassem em defesa da escola e contra a reorganização. Importante lembrar que um dos efeitos do projeto do governo seria o fechamento de ao menos 94 escolas pelo estado e que destas 53 foram ocupadas.

Desta forma as ocupações aparecem como um contra-ponto, tanto na forma como no conteúdo da proposta do governo. Se uma das críticas era da postura antidemocrática do governo, as ocupações transformam as escolas em espaços onde a democracia é praticada de maneira profunda, com a participação de todos em assembleias que decidem todos os aspectos da luta. No mesmo sentido as ocupações reafirmam a identidade dos alunos com a sua escola, passam a estar presentes dentro delas por 24 horas e se tornam responsáveis pela sua manutenção, fortalecendo o seu vínculo com o espaço, que para além do lugar onde se estuda, agora também é o lugar onde vivenciam um evento histórico de luta dos estudantes contra o governo.

O governo do estado não só não compreendeu as inquietações dos estudantes em relação a projeto proposto, como também não deu conta de

acompanhar sua forma de organização. Sem uma organização centralizada em entidades representativas tradicionais ou em figuras de lideranças, os movimentos que se desencadearam nas ocupações foram difíceis de serem controlados e perseguidos pelo estado. No momento em que várias escolas estavam ocupadas na cidade de São Paulo foi criado o “comando das escolas ocupadas”, que nada mais era do que um espaço de reunião onde representantes das diversas ocupações se reuniam para decidir os caminhos da luta de forma conjunta.

Os estudantes de forma geral portanto, não utilizavam as entidades tradicionais de representação estudantil, como UBES, UPES ou UMES (no caso dos estudantes da capital), estas entidades apesar de prestarem alguma forma de apoio as ocupações não estavam na direção de todo o movimento. A mesma condição foi imposta ao envolvimento de outras organizações.

Em especial nessa primeira onda de ocupações (São Paulo), ainda que tenha havido o apoio de instituições oficiais estudantis como UBES e UNE (União Nacional dos Estudantes), bem como de coletivos juvenis, sindicatos e partidos, em menor ou maior grau em muitos locais, os relatos tendem a afirmar que as escolas ocupadas estavam sob o controle total dos estudantes. Por exemplo, nas escolas ocupadas na região de Sorocaba/SP, segundo Martins et al. (2016b), há relatos sobre o apoio, em especial, do Levante Popular da Juventude, da UJS e do Domínio Público (ligado ao PSOL [Partido Socialismo e Liberdade]), mas também da Juventude do PT (JPT) e da Juventude Metalúrgica (do Sindicato dos Metalúrgicos). Ainda nessa região, segundo a mesma fonte, os estudantes reconhecem a influência e importância de colegas que já militavam antes em coletivos juvenis. De toda forma, nesse e em outros locais, quando os estudantes pressentiam que poderia haver cooptação, suas assembleias deliberavam pela retirada de símbolos e bandeiras de partidos e coletivos. (FACHIN, 2016). Do mesmo modo – e isso também pude observar nas ocupações que acompanhei em Minas Gerais na segunda onda – a dinâmica do movimento se contrapôs à lógica da concorrência entre organizações, bem como ao ‘vanguardismo’ e à instrumentalização do movimento pelos partidos. (GROPPO, 2018, p. 98)

Mas, a não existência de uma entidade representativa não significava necessariamente que a maioria dos estudantes desprezavam uma organização entre as escolas ocupadas, isto vai ficar claro com formação do “comando das escolas ocupadas” e as ações definidas a partir deste espaço. Houve uma dificuldade para que ocorresse a integração efetiva dos estudantes das ocupações de todo o estado, principalmente por causa da distância entre as cidades do interior e a capital. Diante destas dificuldades em Bauru, por exemplo, os estudantes das

escolas ocupadas organizaram um espaço de trocas entre as ocupações e de tomada de decisão que envolvesse alunos das diversas escolas ocupadas na cidade, ao mesmo tempo que acompanhavam as decisões e encaminhamentos tirados pelas escolas da capital utilizando principalmente as mídias sociais.

Estas “novas” formas de organizar e se comunicar não é a primeira experiência que temos na história recente do país, ou seja, podem não ter nascido necessariamente em 2015 com o movimento de ocupação. Estes aspectos podem ser encontrados dois anos antes nos movimentos de 2013. O movimento que foi chamado por alguns de “jornadas de junho” por ter início e seu auge no mês de junho, também ficou reconhecido, pelo menos no seu início, pela sua organização horizontal e por utilizar as mídias sociais como ferramenta para compartilhar informações e posicionamento do movimento.

O movimento dos estudantes se insere em tendências históricas que foram se tornando mais evidentes a partir do ano de 2013. Analisar o processo da luta contra a “reorganização” contribui para pensar questões mais amplas do Brasil contemporâneo e a entrada no cenário público de novíssimos personagens políticos. Vários analistas chegaram a apontar continuidades entre Junho de 2013 e o que foi chamado de “primavera secundarista”. (JANUÁRIO et al, 2016, p.177)

Estas conexões entre os dois movimentos precisam ser avaliadas de maneira que considere principalmente seus aspectos materiais, pois concretamente, parte significativa dos estudantes que ocuparam as escolas em 2015 participaram das manifestações de junho de 2013, o que pode explicar alguns aspectos de um movimento em outro. Na cidade de São Paulo, onde tem o início as manifestações de 2013 elas foram no início convocadas pelo Movimento Passe-Livre, que é uma organização composta majoritariamente por jovens estudantes. Para além disto as manifestações possuem uma presença significativa de jovens. Maria de Glória Gohn, ao analisar os dados do Ibope sobre o movimento de 2013, chega a conclusão de que a “idade predominante na pesquisa Ibope foi de 14 a 24 anos (43%), Entre 14 e 29 anos de idade a soma sobre para (63%)” (GOHN, 2014, p. 40) Em Bauru, na entrevista que realizamos com os estudantes que estavam no movimento de ocupação de escolas, a grande maioria participou de alguma forma dos movimentos de 2013 na cidade. Diferente de São Paulo que havia o MPL que convocou o movimento em seu início, em Bauru a primeira manifestação ocorreu da

convocação de uma reunião pela internet e acabou se tornando um ato por conta do grande número de pessoas que compareceram. Depois do primeiro ato foram realizadas uma série de assembleias em praça pública para decidir os rumos do movimento, que passou a ser chamando de “Bauru Acordou”. Os estudantes que participaram ou acompanharam este movimento presenciaram a prática horizontalizada de tomada de decisões através de assembleias em praças públicas que decidiam os rumos do movimento.

Além desta influência direta dos movimentos de 2013, podemos identificar também a inspiração nas ocupações de escolas na Argentina e no Chile, isto se deu principalmente promovido de maneira intencional pelo coletivo “O Mal-educado” no momento das manifestações contra a o projeto de “reorganização” da escolas proposto pelo governo do estado de São Paulo.

Como prática da luta estudantil secundarista, entretanto, as ocupações foram recuperadas na América Latina pela ‘Revolta dos Pinguins’ no Chile, em 2006, bem como de novo em 2011. Antes de serem aplicadas ao Brasil, foram usadas nas ações coletivas secundaristas na Argentina, entre 2010 e 2014. Durante os primeiros protestos contra a ‘Reorganização’ das escolas em São Paulo, em 2015, o Coletivo O Mal-Educado, que contava com alguns integrantes vindos do MPL (Movimento Passe Livre), traduziu trechos da cartilha ‘Como ocupar um colégio?’, que teria sido usada pelo movimento argentino e chileno. (O MAL-EDUCADO, 2015). Destacava-se na cartilha a metodologia para organizar a ocupação, por meio de assembleias e comissões que cuidariam de limpeza, alimentação, segurança, comunicação, negociação, entre outras tarefas. Segundo Pablo Ortellado, também teria circulado, antes do início das ocupações em São Paulo, no final de 2015, documentário de Carlos Pronzato sobre a Revolta dos Pinguins no Chile. (GROPPO, 2018, p. 102)

Outro aspecto importante para apontar em relação as ocupações de escolas e os movimentos apontados acima é em relação ao conteúdo de classe apresentado por eles, tanto na luta por acesso ao transporte público, quanto por garantia de acesso à educação de qualidade, apresentam-se em contraponto ao modelo de capitalismo que se desenvolve na maior parte do mundo neste momento histórico. O movimento de 2013, pelo menos no seu início, o objetivo foi a luta por garantia de acesso ao transporte público, se apresentou em contraponto a proposta de uma maior mercantilização do sistema de transporte. É puxado pelo Movimento Passe-Livre que tem como sua pauta a garantia de transporte público gratuito para a

população, uma pauta que vai no sentido de garantir o acesso a locomoção principalmente aos trabalhadores, pois são estes que sofrem com os valores do transporte, fazendo diferença 20 centavos a mais neste valor.

Da mesma forma, os movimentos de ocupações de escolas no Chile e na Argentina, se apresentaram como ações dos estudantes contra a o avanço do modelo capitalista na educação. Vão lutar para que a educação seja garantida com qualidade a todos, garantindo desta forma o acesso dos trabalhadores a educação pública e com isto o seu desenvolvimento enquanto indivíduos.

Em relação ao movimento dos estudantes em 2015 em São Paulo é importante caracterizar a proposta feita pelo governo do estado para a educação pública com o projeto de “reorganização”, desta forma podemos destacar primeiramente o seu forte viés tecnicista voltado a formação exclusiva de mão obra, impondo mais fortemente a condição de classe na educação proposta pela burguesia atual.

Com uma política educacional notadamente tecnicista e majoritariamente voltada para a formação técnica com vistas ao atendimento das forças do capital, o governo do estado de São Paulo, desde os processos de municipalização do ensino a partir de meados da década de 1990, transferindo para as redes municipais o ensino fundamental e responsabilizando-se majoritariamente pelo ensino médio e técnico-profissional, foi paulatinamente criando condições, como alertam os autores, para que o movimento estudantil secundarista tomasse fôlego e adquirisse novas proporções. (PRADO, 2018, p.14)

Para além deste aspecto tecnicista, existe outro que é predominante no desenvolvimento do capitalismo atual, o avanço de medidas privatistas. Mesmo que o projeto do governo não apresentasse diretamente a privatização como caminho para a educação do estado, isto poderia ser identificado nas suas entrelinhas. Pois uma das buscas do projeto era reduzir os gastos do estado com a educação básica e com isto superlotar salas e escolas, levando a uma maior precarização da educação. Desta forma, faz-se uma privatização por via indireta, uma vez que aumenta a pressão sobre as pessoas que possuem alguma condição de pagar por um ensino com um pouco mais de qualidade para que procurem o sistema privado de educação. Este modelo foi adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso em relação ao ensino superior.

Embora a lógica neoliberal implementada preconizasse a privatização e o estado mínimo, não havia a necessidade de privatizar o ensino superior público. Bastava não expandi-lo e restringir o acesso das classes sociais que necessitavam dos cursos de graduação para a obtenção da tão sonhada ascensão social. Logo, essa demanda das classes trabalhadora e/ou menos favorecida acaba desembocando no setor privado que teve o seu ápice de crescimento durante o período da gestão FHC. Podemos denominar tal fenômeno como 'privatização paralela' ou, privatização por omissão de políticas de expansão, inclusão e investimento no setor público'. (COSTA; VIANA, 2018, p. 53/54)

É neste sentido que o movimento de 2015 pode ser colocado como um movimento que vai retomar o posicionamento de classe do movimento estudantil, pois se confronta frontalmente a um projeto tecnicista e capitalista privatizante para a educação pública. Após um período onde as entidades estudantis foram se afastando do posicionamento de classe, o movimento contra o projeto de "reorganização" faz esta reaproximação pelo movimento estudantil. Apesar de não apresentar um projeto de educação acabado o movimento deixa claro quais caminhos não aceita para a educação.

Outro aspecto importante para ser apontado é quanto a composição deste movimento, sendo realizado por estudantes de escolas públicas do estado, este fato por si só já representa um recorte de classe na formação do movimento secundarista de 2015, além do fato que a grande maioria das escolas ocupadas além de serem públicas se localizam nas periferias das suas cidades. Isto representa outro rompimento realizado por este movimento em relação aos movimentos anteriores na história que possuía uma presença mais forte da classe média.

Em Bauru foi possível confirmar esta situação ao entrevistarmos os estudantes que ocuparam as escolas, pois dentre aqueles que responderam ao questionário a maioria dos pais são trabalhadores assalariados e os que não são trabalhadores assalariados, são trabalhadores autônomos, aposentados ou "dona de casa". Entre os assalariados encontramos profissões como: trabalhador(a) do comércio (4), empregada doméstica (3), mecânico (2), agente de endemias, padreiro, motorista, merendeira, encanador, segurança, "carregador de caminhão", técnica de enfermagem, pedreiro, telemarketing etc.

Desta forma fica evidente qual a relação de classe destes estudantes. Portanto, não só se colocam contra os avanços do capital sobre a educação pública

no país, mostrando seu posicionamento, como também possuem vínculos diretos com a classe trabalhadora.

Além de todos estes aspectos apontados acima, a luta dos estudantes apontou também para aspectos de uma outra sociabilidade, pois ao ocuparem as escolas passam a geri-la de maneira que naquele momento tomam o controle das escolas e de seu próprio processo de formação, rompendo com o modelo vigente de uma educação puramente alienante. Apresenta um modelo de sociabilidade baseado na democracia direta, aberta a participação de todos, socialização das tarefas e superação alguma medida das desigualdades de gênero e raça.

3. OS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Ao abrimos um capítulo específico para tratar dos grêmios estudantis e nos deparamos com um primeiro impasse, como definir o que é um grêmio estudantil? Isto ocorre pois há uma disputa do que seria a função do grêmio e o seu papel dentro da escola. A lei federal que ficou conhecida como “lei do grêmio livre” define os grêmios como “entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais” (BRASIL, 1985). Já a secretaria da educação do estado de São Paulo através de publicação em seu *site* em 2016 define o Grêmio enquanto diretoria eleita e ressalta a sua colaboração com os gestores das escolas.

O Grêmio Estudantil é a organização dos alunos da escola. Ele é formado por estudantes, que são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, sociais e de cidadania. Atualmente, a rede estadual paulista conta com mais de três mil agremiações formadas por estudantes. Além de desenvolver projetos em diversas áreas, os grupos colaboram também para a gestão das escolas, auxiliando diretores e coordenadores pedagógicos a aprimorar a gestão e o aprendizado em sala de aula. (SEE/SP, 2016)

A página do grupo definido como O mal-educado, grupo que teve forte influência sobre as ocupações de escolas no estado de São Paulo em 2015, define grêmio em uma perspectiva diferente da lei federal e da apresentada pela secretaria da educação em seu *site*. Para o “mal-educado”

Grêmio estudantil é um espaço de discussão, ação e luta em que os estudantes se organizam por eles mesmos na escola, sem depender de mais ninguém nem precisar pedir autorização. [...] O grêmio serve para os estudantes discutirem e organizarem ações sobre aquilo que lhes interessa dentro e fora da escola. O grêmio é uma forma de colocar os estudantes em contato entre si para fazer coisas juntos e levar propostas e reivindicações para a direção e os professores, participando politicamente e de forma mais direta na escola. (O MAL-EDUCADO, s/ ano)

Podemos ainda incluir nas diferentes formas de compreensão a definição colocada pelos estudantes da escola estadual Stela Machado na cidade de Bauru no estatuto do grêmio que foi reformulado após a ocupação da escola.

Art.1º – O Grêmio 17 de Novembro, grêmio estudantil composto por todas as pessoas matriculadas na Escola Estadual Stela Machado, é o órgão máximo de representação estudantil na Unidade de Ensino com sede neste estabelecimento e de duração ilimitada. (ESTATUTO DO GRÊMIO 17 DE NOVEMBRO, 2016, p.1)

Podemos dizer que esta disputa representa a história do Grêmio Estudantil no Brasil, pois ela é marcada pelas disputas de controle sobre a organização dos estudantes, marcada pelas disputas dos estudantes contra governos, direções e professores para conseguir a sua autonomia.

Os primeiros registros da existência de grêmios estudantis estão datadas do ano de 1902, contudo aparece apenas como uma entidade com fim recreativos e esportivos. Somente na década de 1950, com a ampliação das escolas públicas que os grêmios vão crescendo em número e importância, mas é somente na década de 1960 que assume definitivamente seu papel político. Contudo, este crescimento de importância veio em conjunto com as tentativas de controle por parte do Estado. Primeiramente pela lei que ficou conhecida como “lei Suplicy” que tratava principalmente do controle entidades estudantis do ensino superior, mas engloba os grêmios em um dos seus parágrafos, definindo os limites de atuação para os Grêmios Estudantis.

Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor. (BRASIL, 1964)

No ano seguinte foi a vez do estado de São Paulo elaborar uma lei própria e ainda mais restritiva para o funcionamento dos Grêmios no estado;

No Estado de São Paulo o Decreto no 45.159-A, de 19 de agosto de 1965, que aprovou o Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal dispôs sobre a formação de Grêmios Estudantis, conforme o que segue: Artigo 142 – Os alunos dos cursos de grau médio e de pós-graduação poderão organizar grêmio recreativo, esportivo ou cultural sem cunho político, sob a assistência

de professor e do Orientador Educacional. Artigo 143 – Serão aprovados pelo Conselho de Professores os seus estatutos, que devem consignar a subordinação à direção da escola e o voto secreto para as eleições. (TRINDADE, 2009, p.118)

Tanto a lei federal quanto a estadual, aprovadas em plena ditadura militar deixam bem clara as limitações colocadas para a atuação do Grêmio Estudantil, que não poderão ter “cunho político”, como é colocado de forma explícita na lei estadual e implícita na lei federal. A lei estadual vai além, coloca que os grêmios só existirão com o consentimento dos professores e da direção escolar. Há uma clara preocupação nesta ação de trazer os Grêmios para a “legalidade”, mas ao mesmo tempo usar a lei para controlar e limitar a sua atuação.

Mesmo com as limitações colocadas pelas leis a atuação dos estudantes secundaristas contra a ditadura militar cresce a cada ano após o golpe, sendo o seu auge os movimentos de estudantes que abalaram o Brasil em 1968. Percebendo que não bastava apenas as leis anteriores para coibir as ações do Movimento Estudantil a ditadura impôs com o AI-5 a obrigatoriedade de que os estudantes secundaristas fossem representados pelos Centros Cívicos Escolares.

Apesar da lei dos Centros Cívicos prever a eleição de chapas para a definição dos estudantes que iriam dirigir a entidade em cada escola, estas chapas deveriam ser aprovadas pela direção das escolas e depois de eleitos estariam restritos as ações previstas na lei, além de serem constantemente acompanhados pelo professores da recém criada disciplina de Educação Moral e Cívica. Ou seja, os Centros Cívicos eram uma estratégia utilizada pelo governo federal para controlar ainda mais os estudantes controlando e definindo a sua entidade de representação. Isto valeu para grande maioria das escolas do país, contudo no estado de São Paulo, ainda assim houve alguns focos de resistência que manteve a organização em Grêmios, porém eram todas escolas particulares.

Os grêmios estudantis, em São Paulo, puderam ser formados apenas em escolas particulares, cujas propostas pedagógicas admitiam a movimentação mais livre dos alunos. Foi o caso do Colégio Equipe - organizado a partir do cursinho dos alunos da Faculdade de Filosofia da USP - e do Ginásio Israelita-brasileiro Sholem Aleichem. Neste último, tanto a diretoria quanto os professores tinham militância política e, eventualmente, a polícia vinha "acertar contas" com eles. Várias vezes as aulas foram interrompidas por esse motivo. Dado o temário educativo desenvolvido na escola, havia uma propensão à solidariedade dos

alunos em relação aos professores. O grêmio estudantil, fundado em 1973, desenvolvia atividades culturais e esportivas. Seu cineclube possuía uma programação intensa: durante um longo período fazia pelo menos oito projeções por semana. Em torno dessas atividades formou-se um grupo de pessoas que, depois, juntos ou individualmente, continuaram mantendo relações com a luta política e com as ideias socialistas. (GHANEN, 1989, p.37)

O controle sobre a atuação dos estudantes através do controle de suas entidades organizativas vai marcar a atuação do governo militar durante o período de ditadura e esta prática vai deixar marcas até os dias atuais. Pelo lado dos estudantes uma bandeira que vai passar a estar presente entre suas pautas é a da autonomia de suas entidades organizativas, resumido na palavra de ordem “Grêmio Livre”. Com a reabertura do regime que vai ocorrendo a partir de 1979 os estudantes passam a acreditar na conquista desta autonomia em forma de lei. Foi assim que em 1985 foi aprovado a lei que ficou sendo chamada a partir deste momento de “lei do grêmio livre.”

Artigo 1o: Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1o e 2o graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais”. (BRASIL, 1985)

Importante apontar que a lei é uma vitória para o tão combatido movimento estudantil secundarista, mas ao mesmo tempo apresenta alguns pontos problemáticos, como a limitação de suas atividades entre: “educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais”, deixando de fora um aspecto reafirmado pelos estudantes por todo período anterior, que é seu aspecto político. Se o decreto 45.159-A/65 de São Paulo colocava expressamente a proibição de ações de “cunho político” para os grêmios estudantis, a “lei do grêmio livre” não devolve esta condição as organizações dos estudantes secundaristas. Para além deste aspecto, a lei também não prevê nenhum mecanismo que garanta a real efetivação dos Grêmios nas escolas ou garantia para a sua autonomia, não prevendo, por exemplo, nenhuma punição para governos e gestores que não encaminhassem a lei como ela está definida.

Esta condição foi percebida pelos estudantes assim que começaram a organizar os grêmios nas escolas após a aprovação da lei. Apesar que em algumas escolas havia a abertura e o grêmio tinha condições de se organizar e exercer algum

grau de autonomia, em outras houve até movimentos contrários contestando a autonomia que a lei dava aos estudantes e apontando situações negativas que poderiam existir.

Todo o empenho dos secundaristas, entretanto, não parece apresentar no cotidiano das unidades de ensino os mesmos efeitos das mobilizações de rua. No interior de cada escola, os alunos de primeiro e segundo grau vêm avançando muito lentamente no sentido de construir suas próprias entidades representativas e autônomas. Um passo foi dado com a conquista do direito à organização de grêmios livres, Lei no 7.398, aprovada em 4 de novembro de 1985, de autoria de Aldo Arantes, deputado que foi líder estudantil universitário. No entanto, desde sua tramitação no Congresso Nacional a proposta sofreu reações desfavoráveis. Contra ela, uma assembleia de professores de Educação Moral e Cívica de São Paulo, orientadores de centros cívicos, chegou a divulgar um documento alertando para o surgimento da "total anarquia nas escolas." (GHANEM, 1989, p. 47)

Conjuntamente professores e diretores de algumas escolas passam a se incomodar com as recentes "liberdades" dadas aos estudantes e se manifestam contra aquilo que passam a dizer que seria o "mal-uso" desta liberdade. Isto pode ser acompanhado no estado de São Paulo a partir de um relato colhido por Derna Pescuma na realização de sua pesquisa, a fala é de uma funcionária da FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação, logo após o comunicado da secretaria da educação indicando as direções de escolas que incentivassem a criação dos grêmios estudantis em suas escolas.

A partir desse comunicado, as entidades estudantis iniciaram reuniões nas escolas, que muitas vezes aconteciam de maneira um tanto tumultuada: "A meninada chegou nas escolas muito afoita, ocorrendo casos que os alunos davam ordens aos diretores do tipo: "dá o sinal, manda todo mundo descer que nós vamos fazer uma reunião". (PESCUMA, 1990, p.67)

Este relato exemplifica bem o sentimento das direções das escolas que na sua maioria estavam nos cargos desde o período ditatorial, logo estavam acostumados com a centralização de seu poder. Com a nova lei sentiram-se afrontados no exercício de seu poder dentro da escola e no caso dos diretores do estado de São Paulo passam a pressionar a secretaria da educação e conseguem desta forma um comunicado da secretaria da educação lhes devolvendo os poderes sobre a atuação dos estudantes e entidades estudantis dentro da escola.

Os diretores viam que seu espaço estava sendo invadido e sentiam-se ameaçados; passam então, a pressionar os delegados de ensino, que pressionaram o secretário de educação, que publicou um novo comunicado, proibindo a entrada nas escolas das entidades estudantis.

A partir de então, esses alunos somente teriam acesso as dependências da escola com permissão do diretor. Ele seria a única pessoa com poder de decisão, autorizando ou não a entrada no recinto escolar; bem como decidiria como e quando as reuniões poderiam acontecer. No entanto, se achasse que essas reuniões não seriam convenientes, teria todo o direito de impedi-las (PESCUMA, 1990, p. 67/68)

A lei federal que foi aprovada e comemorada no ano anterior pelos estudantes secundaristas como a “lei do grêmio livre” tem seu primeiro ataque no estado de São Paulo. A partir de um comunicado do secretário de educação os diretores retomam seu poder de decidir sobre aspectos da organização estudantil, como se poderão ou não se reunir e se as entidades estudantis poderão ter acesso a escola, em apenas um comunicado o poder de decisão que por um curto espaço de tempo estava sob o controle dos estudantes, retorna ao controle das direções e do estado.

Apesar do comunicado tratado acima ser da secretaria de educação do estado de São Paulo podemos encontrar em diversas pesquisas realizadas sobre o tema dos Grêmios Estudantis que isto se repete por outros estados. A busca sempre é retomar o controle sobre a organização estudantil, utilizando principalmente as diversas brechas deixadas pela lei 7.398 de 1985.

Em se tratando do Grêmio Estudantil, analisando os trabalhos desenvolvidos sobre o tema (cf. Pescuma, 1990; Camargo, 2002; Giovinazzo Jr., 2003), o que se constata é que, a partir do momento em que aos estudantes é concedida a “autonomia” (no que diz respeito à questão legal – cf. lei federal no 7.398 de novembro de 1985), essa organização passa a ser manipulada e considerada como algo à parte do sistema escolar, ficando os alunos à mercê da boa vontade da direção da escola ou de professores que possam esclarecer-lhes sobre como proceder para participar dessa organização. (CARLOS, 2006, p.33)

Após a referida lei de 1985, que prevê o direito de participação aos estudantes secundaristas, seguiram-se outras, como o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da educação no Brasil de 1996,

mas, da mesma forma não conseguem efetivamente garantir com que os estudantes consigam se organizar autonomamente em Grêmios Estudantis. Desta forma, a condição de organização e participação dos estudantes acaba se dando muito mais pelo perfil da direção de cada escola do que pelo efetivo direito dos estudantes.

Fica mais clara esta situação quando visualizamos o panorama sobre a atuação das entidades estudantis relatado por Elie Ghanen em seu trabalho de 1989, quatro anos após a aprovação da lei federal que garantiu a organização dos grêmios estudantis depois da ditadura.

Atualmente, segundo dados pouco precisos da UBES, haveria entidades estaduais de estudantes secundaristas em quinze unidades da federação e cerca de cento e vinte entidades municipais, espalhadas pelo país. Somente no município de São Paulo, haveria grêmios em cerca de duzentas e cinquenta escolas (excetuam-se aquelas da rede municipal que, conforme as orientações do prefeito Jânio Quadros, não permitem grêmios livres, como assegura a Lei no 7.398, e mantêm os centros cívicos). A Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), órgão da Secretaria da Educação de São Paulo, estima em torno de setecentos grêmios instalados, num conjunto de mais de cinco mil escolas estaduais. Dentro dos estabelecimentos de ensino o clima de autoritarismo ainda persiste, e os grêmios não conseguem se organizar ou são fundados por impulso de algumas lideranças que nem sempre obtêm o reconhecimento de diretores e professores. Essas lideranças poucas vezes têm sido capazes de formar outras novas - pelo caráter passageiro da vida estudantil - em número suficiente para substituí-las e dar à organização um cunho mais permanente.

Entre os principais obstáculos à participação organizada, livre e ativa dos alunos de primeiro e segundo grau, encontra-se o enorme receio de diretores e professores quanto à possibilidade de serem questionados em suas atitudes pessoais, em suas decisões sobre a vida escolar e em suas práticas educativas. Não há, portanto, nenhum empenho da parte dos educadores em divulgar e debater com os estudantes as normas que regem as escolas. Nos regimentos escolares, geralmente copiados de um regimento padrão, estabelecido pelas secretarias de educação, figuram, além das atribuições e competências dos funcionários das escolas públicas, disposições sobre direitos e deveres dos alunos, que não chegam ao conhecimento destes. Sem conhecer seus direitos, os estudantes ficam submetidos a decisões arbitrárias. Suas iniciativas são tolhidas, seus movimentos são vigiados e suas propostas de atividades, proibidas. (GHANEM, 1989, p. 47/48)

De maneira geral podemos afirmar que a situação dos grêmios no país pouco mudou após a abertura política, mesmo com a aprovação da “lei do grêmio livre”. Dificuldades de organização e limitação de suas ações são as condições mais

recorrente, sendo exceção quando podem atuar com autonomia. Isto pode ser confirmado pelo inquérito feito em 2015 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em relação as situações dos grêmios estudantis nas escolas do estado.

Acompanhamos, em inquéritos civis, que há falta de grêmios estudantis nas escolas e, mesmo quando eles existem, não exercem a participação, a eleição democrática. Diante disso, solicitamos um diagnóstico da secretaria para aperfeiçoar a estrutura”, disse o promotor João Paulo Faustinoni, do Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc). Após a pesquisa, a SEE constatou que há 3,4 mil colégios com grêmios na rede, mas nem todos atuantes e com eleições. (TOLEDO, 2015)

Passados 30 anos da “lei do grêmio livre” vários problemas ainda persistem, como por exemplo, a existência do grêmio e a possibilidade de autonomia ligados mais as aberturas das direções do que direito concreto dos estudantes. Para além desta condição determinada no cotidiano das escolas, existem também outras políticas no âmbito do estado que visam o controle e determinação ideológica das atividades dos grêmios, deixando claro que o controle sobre os grêmios é uma política de estado.

A secretaria da educação do estado de São Paulo, por exemplo, desprezando que a “lei do grêmio livre” revogou a lei de criação dos Centros Cívicos Escolares criada na ditadura militar e com ela a figura do “professor orientador” que funcionava como um controlador das atividades dos estudantes; retomou a prática da ditadura militar e volta a destinar um professor para “acompanhar” as atividades dos grêmios estudantis nas escolas do estado. A criação desta figura não consta em uma lei específica criada no estado, mas representa uma prática real, reconhecida pela secretaria de educação do estado como veremos abaixo. Diferentemente da figura criada durante a ditadura militar o professor destinado a acompanhar o grêmio atualmente não recebe por isto, não tem parte da sua carga horária destinada para esta função, faz de forma “voluntária”. Não havendo previsão legal para sua existência, a definição deste professor aparece de diferentes formas, sendo em algumas situações chamado de “professor orientador”, “professor representante”, “professor facilitador” ou “professor interlocutor” do grêmio estudantil.

Na página da secretaria de educação do estado podemos encontrar matérias que fazem referência ao professor que acompanhar o grêmio como “orientador” e como “facilitador”, colocando também algumas ações desenvolvidas

por estes, demonstrado desta forma que é uma ação reconhecida e incentivada pelo governo do estado. São duas matérias do ano de 2018 com intervalo de 7 dias de uma para a outra. A primeira foi publicada em 14 de junho de 2018 e dia que:

Na escola Professora Dulce Ferreira Boarin, o Grêmio tem a ajuda de um professor orientador, mas que só dá pitacos nas atividades quando sente que é necessário. Do contrário, os alunos se viram e conseguem atingir bons resultados nas tarefas que se propõem a realizar. (SEE/SP, 2018)

A outra matéria está datada do dia 21 de junho de 2018 e usa o termo “professor facilitador”, apontando quais seriam suas funções.

Mas, o que é um professor facilitador? É aquele que cria recursos e experiências para que os alunos desenvolvam diversas atividades. “Ele provoca o questionamento sobre algumas dificuldades encontradas até que os alunos possam achar uma solução. Esse tipo de trabalho visa estimular a criatividade, o raciocínio lógico, a resolução de problemas e, também, incentivar a produção de conteúdo e projetos de forma cada vez mais eficaz”, relata Pedro. (SEE/SP, 2018b)

Reconhecido pela secretaria da educação, mas sem previsão legal, faz com que não tenha uma definição clara em relação a como se referir a este professor como também não são claras as suas funções, aparecendo de diferentes formas nas publicações da secretaria da educação. Em uma das orientações técnicas da pela Diretoria de Ensino de Bauru e disponibilizada na internet, aparecem tanto o termo “professor representante” como “professor interlocutor” do grêmio, colocando e seguida as atribuições deste professor:

É recomendável que o professor representante do Grêmio e os alunos líderes/representantes de classe (e outros que tiverem interesse em concorrer às eleições do Grêmio) verifiquem a existência da Proposta Pedagógica e do Plano de Gestão Escolar para elaboração do Plano de Ação que será apresentado, no ato da inscrição, por cada chapa concorrente. As propostas das chapas deverão estar articuladas com os documentos escolares acima citados e contemplar outras demandas detectadas pelos próprios candidatos.

[...]Atribuições do Professor Interlocutor do Grêmio Estudantil: Desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias, ações e projetos propostos pelos alunos, visando à elaboração e apresentação da Proposta de ação do Grêmio na escola, em consonância com os documentos e legislação pertinentes ao tema e ao Projeto Político-Pedagógico da escola; Promover a

articulação entre o corpo docente e gestores quanto aos possíveis projetos/ações a serem estabelecidos em assembleia e implementados pelo Grêmio Estudantil; Coordenar e acompanhar a execução das ações, com foco na comunidade escolar; Promover ações de formação específica para os alunos envolvidos na execução das atividades do Grêmio; Estabelecer canais permanentes de articulação entre as atividades curriculares, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Estadual da Educação e as demais Associações que compõem a instituição escolar, visando: a gestão compartilhada; a ampliação das possibilidades educacionais; dinamização do ambiente sócio-cultural da escola. (ORIENTAÇÃO TÉCNICA, 2013)

Independente do nome dado a este professor destinado a acompanhar os Grêmios e as diferentes atribuições que lhes são destinadas, a sua existência representa uma clara interferência na efetivação da autonomia do Grêmios Estudantis, como também serve para demonstrar de como as leis que foram criadas no sentido de garantir o direito de organização e autonomia dos grêmios carecem de condições para garantir no cotidiano das escolas a sua implementação, fazendo com que mesmo depois de mais de três décadas do fim da ditadura militar muitos reflexos deste período ainda estejam presentes nas escolas, impedindo que os Grêmios possam se desenvolver de maneira autônoma.

3.1 A organização dos estudantes e o Grêmio na Escola Stela Machado.

Para que possamos ter mais elementos para observar no cotidiano das escolas algumas questões que levantamos até o momento e também para ter mais elementos para outras reflexões, faremos neste capítulo um levantamento da atuação dos estudantes da escola Escola Estadual Stela Machado de Bauru nos últimos anos. A escola foi escolhida por além de ser uma das escolas ocupadas em Bauru durante o movimento de 2015 é a escola que este pesquisador trabalhou como professor de sociologia desde o ano de 2012, tendo acompanhando a maior parte dos eventos descritos neste capítulo.

A Escola Estadual Stela Machado, fundada oficialmente em 1968, localizada na região da Vila Pacífico, um bairro relativamente antigo da cidade

comparado aos bairros mais periféricos. Entretanto, a maioria dos estudantes que frequentam a escola se deslocam de outros bairros para poder estudar na escola.

Ao pesquisar indícios da organização de lutas estudantis na escola na última década que aponte de alguma forma para a luta que se deu no ano de 2015 contra a “reorganização”, encontramos um primeiro registro no ano de 2010. Foi uma mobilização organizada pelos estudantes contrários a política do estado de São Paulo de avaliar a educação do estado através do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. A ação dos alunos consistiu em realizar um boicote a prova do SARESP, organizado e executado por estudantes da terceira série do Ensino Médio.

Esta prova, praticada desde 1996, em todo o Estado de São Paulo, é aplicada próximo ao final de cada ano letivo para as turmas do último ano do Ensino Médio e as turmas ímpares do ensino fundamental, menos para o primeiro ano. A avaliação consiste em provas individuais para avaliar o nível de conhecimento adquirido pelos alunos de cada escola avaliada, permitindo desta forma, em comparação com os anos anteriores, afirmar que o ensino melhorou ou piorou na escola. Desde 2007 a aplicação do SARESP passou a compor o IDESP - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo, que por sua vez é usado como base para o pagamento de bônus salarial aos professores, diretores, supervisores e dirigentes de ensino do estado.

Na aplicação do SARESP de 2010 para as turmas do terceiro ano do ensino médio da escola Stela Machado, os professores e a direção da unidade escolar foram surpreendidos pelos alunos de uma sala específica, o 3º ano A, classe formada pelos professores com os melhores alunos dentre as de terceiro ano do Ensino Médio. Fizeram de maneira organizada e deliberada a anulação das questões da prova, marcando mais de uma alternativa como correta.

O aplicador da prova ao perceber o que estava ocorrendo comunicou a direção da escola que prontamente retirou os alunos da sala onde ocorria a prova, os repreendeu e como punição suspendeu cada um dos alunos por 6 dias sem poder frequentar a escola. No dia seguinte o assunto foi notícia do principal jornal da cidade com o título “Em protesto, alunos anulam o SARESP” (PADILHA, 2010)

Com a repercussão midiática e com a intervenção da Diretoria de Ensino os alunos não precisaram manter os 6 dias de suspensão, mas a direção não abriu mão de aplicar alguma forma de punição, uma vez que posteriormente na colação

de grau os professores foram orientados pela direção a se posicionarem “do lado da escola, não dos alunos” e desta forma era para não entregarem o diploma aos alunos da turma que realizou o boicote, os diplomas foram entregues pelo vice-diretor da escola. (ZANCONATO, 2020)

Na entrevista que realizamos com a engenheira Amanda Grandi Zanconato, ex-aluna da escola Stela Machado e participante do movimento de boicote em 2010, é relatado que em nenhum momento houve envolvimento do Grêmio Estudantil no movimento, seja na sua organização ou depois com as punições e perseguições sofridas, ela acredita que “nem ficaram sabendo”. O grêmio é visto por ela como “algo relacionado aos mais populares da escola” e a atuação do “Grêmio era som no intervalo, Interclasses e ficar fora da sala” e nenhum aluno da turma que realizou o boicote era do grêmio estudantil. (ZANCONATO, 2020)

Após o boicote ao SARESP não há registro de movimento organizado pelos estudantes da escola Stela Machado nos anos seguintes. Mesmo assim, em todos estes anos ocorreu normalmente eleições para o Grêmio Estudantil no início de cada ano letivo, com formação de chapas e uma diretoria eleita. O processo eleitoral consistia em formar uma chapa, montar um plano de trabalho, apresentar este plano para a direção da escola. Quando havia alguma discordância por parte da direção em relação a algum ponto do plano de trabalho, os alunos da chapa eram orientados a retirá-lo. Em geral isto não ocorria, pois os planos de trabalho em sua maioria consistiam em atividades simples que não representavam mudança no cotidiano.

Esta prática se revertia inclusive em um processo educativo, pois com as restrições colocadas pela direção, os alunos se acostumaram a enxergar o Grêmio apenas restrito a poucas atividades recreativas, ficando assim o processo eleitoral restrito às chapas com propostas muito parecidas, restando aos estudantes eleitores as diferenciações relacionadas ao caráter pessoal, por exemplo, votar nos alunos “mais populares”. Para os alunos que participavam das chapas, tinha as vantagens de ter uma maior visibilidade na escola e de poder sair das aulas para realizar as atividades do Grêmio, como por exemplo, sair mais cedo para o intervalo para poder preparar a estrutura do som.

A prática de controle do conteúdo proposto pelas chapas do Grêmio resgata uma prática prevista na antiga lei dos Centros Cívicos escolares do período da ditadura militar no Brasil. Mesmo que esta lei tenha sido revogada pela “lei do

Grêmio Livre”, algumas de suas práticas podem ser ainda encontra no cotidiano das escolas, como a que descrevemos acima.

Após o movimento de boicote ao SARESP em 2010 o próximo evento que envolveu a organização dos estudantes da escola Stela Machado ocorreu em 2014, mais precisamente no mês de setembro deste ano. O movimento tem seu principal motivador a decisão da direção da escola em acatar uma orientação da Secretaria da Educação que orientava as escolas para não dispensarem os alunos durante o período de aula, mesmo que não houvesse professores para dar as aulas ou parte delas. Na prática, os estudantes durante as chamadas “aulas vagas” deveriam permanecer dentro da escola, aguardando o horário da próxima aula ou o horário de saída conforme fosse o caso.

Para regatar algumas informações sobre este período realizamos uma entrevista com o graduando do curso de História na UNESP de Assis, Felipe Silva, que era aluno da escola Stela Machado nos anos de 2014 e 2015 e participou ativamente dos eventos que ocorreram. Sobre a situação vivida em 2014 ele descreve da seguinte forma: “Estávamos enfrentando um momento de falta de professores, resultando em muitas aulas no pátio, onde ficávamos sentados sem qualquer atividade escolar até a próxima aula ou, se no caso fosse, até a saída.”(SILVA, 2020)

Portando, os alunos que estavam sem professores ficavam no pátio sem nenhuma atividade específica, aguardando serem liberados junto com os demais alunos ao término do período. Esta situação foi aos poucos criando uma contestação por parte dos estudantes que passaram a usar estas aulas vagas para se organizarem e fazer frente à esta situação. Para eles a escola estava se tornando uma prisão, uma vez que eram obrigados a permanecer dentro dela, mesmo não existindo nenhuma atividade prevista.

O pátio, um espaço vazio, quarenta adolescentes e alguns inspetores de “vigia”. Qualquer ação deveria ser autorizada por estes – o que quase sempre era negativa - e o acesso a todo prédio era controlado e restrito. Quase uma cadeia, até na questão arquitetônica e orgânica da escola (O pátio era cercado de portões e grades, cores bem características de espaços de controle estatal e os vigias e hierarquias com suas chaves e notas de ocorrência). (SILVA, 2020)

Contudo, manter os alunos juntos no pátio e com tempo livre possibilitou também, que estes tivessem tempo e espaço para se organizar, ou como descreve Felipe Silva “de alguma forma esse ócio foi produtivo”. A primeira ação que os estudantes conseguiram organizar foi de cobrar a direção da escola para que liberasse os alunos quando a classe não tivesse mais aulas prevista para aquele dia, ou no mínimo, a liberação da quadra de esportes da escola para que utilizassem no momento de aulas vagas. Procurada pelos alunos a direção não demonstrou nenhuma disposição para atender as suas reivindicações.

Essa questão ficou muito indigesta, uma vez que a direção não se posicionava enquanto gestão apresentando soluções ou autorizando as nossas. Nossa proposta era a utilização da quadra ou se conveniente até a saída antes do período de costume. Essa espera já era uma tradição. (Silva, 2020)

A dificuldade de diálogo com a direção fez com que os estudantes passassem a debater a possibilidade de organizar outras formas de ação que pudessem solucionar o problema pelo qual estavam passando. Foi desta forma que inclusive os estudantes retomaram a palavra “greve” dando a ela o sentido de manifestação de rua.

A represália e morte de qualquer solução viável e democrática, como já é de *modus operandi* da escola que dessa vez não foi como as outras, a gente decidiu fazer o contraponto de outra forma. Nos reunimos ali mesmo e depois de muita conversa, a palavra “greve” surgiu... Assim começamos a pensar o que seria isso, como faríamos e quando. Essa palavra “greve” foi até um erro na forma de nomear a situação, por falta de experiência de todos em saber o que estávamos construindo ali. Depois acabou ficando mais evidente que aquele seria o primeiro ato de tantos outros que vieram depois. Estava marcada então a primeira manifestação desse movimento. (SILVA, 2020)

Este foi um momento muito intenso de debates e mobilização entre os estudantes da escola e o amadurecimento da discussão foi encaminhado para a realização de uma manifestação fora da escola, onde cobrariam além da possibilidade de serem dispensados mais cedo em caso de “aulas vagas”, a contratação e a valorização dos professores para que não ficassem mais sem aulas. Questionavam também a substituição de professores que faltavam por professores de outra disciplina, por exemplo, faltava o professor de química e vinha um professor

de língua portuguesa para o substituir. A exemplo do que ocorreu dois anos antes, nas manifestações de junho de 2013, a convocação para a manifestação foi feita através de um evento no Facebook, onde colocaram as motivações do movimento.

MOTIVOS:

*Lutamos pelos nossos direitos previstos no estatuto da criança e do adolescente, dentre eles:

Art. 7º O jovem tem direito à EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, com garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

*Repressão exercida pela diretoria das escolas contra os alunos, deixando-nos sem palavra e sem vez, de forma que não conseguimos opinar em nenhuma decisão de nossa unidade escolar.

*Lutamos junto aos professores, para maior valorização dos mesmos.

*Reivindicamos professores substitutos, porém, com formação na disciplina que será desenvolvida.

*Contra as normas estatais que visam uma "prisão escolar" para abafar a insuficiência, despreparo e/ou desmotivação dos professores. (GREVE ESTUDANTIL BAURU, 2014)

A notícia chegou até a direção da escola que foi investigar a existência de evento marcando a manifestação e divulgando como ponto de encontro a frente da escola. Ao encontrarem o evento na mídia social conseguiram identificar o responsável pela criação do evento, era o aluno Felipe Silva, estudante do primeiro ano do ensino médio, e que ao mesmo tempo era estagiário de um projeto do governo na escola. A investigação feita pela direção além de identificar o estudante, também identificou que o horário que o evento foi criado coincidia com o horário que o estudante estagiava na escola.

Quando souberam da manifestação vimos a direção trabalhar como um setor de inteligência da polícia na resolução de um crime: Identificar uma possível organização e retalhar. Lembro que a divulgação foi feita por um evento no Facebook, este que eu mesmo fiz de um computador da própria escola, na sala de informática onde eu estagiava. A direção bateu horário de criação de evento com os nomes divulgados ali. (SILVA, 2020)

A primeira ação da escola foi convocar os responsáveis pelo aluno e além informar a situação, colocaram que ele corria o risco de perder o estágio na escola. Mesmo com a intimidação realizada pela direção a convocação da manifestação foi mantida, foi alterado no Facebook apenas quem estava convocando, para isto foi

criado um “perfil” genérico com o nome “Gestão Alunos”, possibilitando aos alunos que estavam organizando o evento, o anonimato, podendo assim fazer postagem sem serem identificados. Esta prática foi usada pelos alunos como forma de evitar a repressão por parte da direção da escola ou até mesma, da diretoria de ensino.

Neste período um dos argumentos usados pela direção para a não realização da manifestação era que antes dos estudantes convocarem o ato, ou qualquer tipo de manifestação, deveriam buscar o aval da UNE, e que na escola nem o grêmio apoiava a realização da manifestação. Além disto, foi chamada a atenção dos alunos, pois o evento convocando a manifestação no Facebook tinha como título “Greve Estudantil Bauru” e, segundo à direção, não cabe aos estudantes fazerem greve, pois isto é coisa de professores e outros trabalhadores, não de estudantes.

A direção da escola tenta usar neste momento a referência às duas entidades institucionais, o Grêmio Estudantil e a UNE, como ferramenta para impedir, pelo menos neste momento, a manifestação dos alunos. Mostrando desconhecimento da existência da UBES a UNE é apresentada pela direção como a entidade dos estudantes e que para qualquer atividade precisariam de alguma forma pedir “autorização” para ela.

Diante de todas as dificuldades colocadas pela direção da escola, os estudantes resolveram primeiramente envolver o Grêmio Estudantil, pressionando-os para que apoiassem o movimento e se envolvessem na convocação da manifestação, como a adesão dos alunos da escola estava grande, foi relativamente fácil convencer os alunos que compunham o grêmio a se envolverem.

Como já é de se esperar, esse movimento não começou, ou em seu início, não teve adesão ou apoio de grêmio estudantil. No decorrer do movimento, e por mais problemático que isso pareça ser, avaliamos o grêmio e os estudantes delegados dele, como uma força potencial em disputa. O grêmio tem uma série de assegurações constitucionais que possibilitariam luta, a direção sabia disso e trabalhava em “ter na mão” a entidade e os alunos eleitos, então, a grande disputa era na influência que poderíamos exercer a eles contrapondo as tentativas de poda da direção. (SILVA, 2020)

Mesmo com a pressão feita pela direção da escola Stela Machado a convocação da manifestação foi mantida e um dia antes do dia marcado para ela ocorrer, a Diretoria Regional de Ensino, que é a estrutura que representa a

Secretaria de Educação do Estado na região de Bauru, convocou os alunos identificados pela direção como os envolvidos na organização do evento, além de seus responsáveis para uma reunião. Na reunião foi colocado pela dirigente regional de ensino que a ação dos alunos era muito grave, que os alunos poderiam brigar ou serem atropelados e os pais dos alunos que estavam na reunião na Diretoria de Ensino seriam responsáveis por qualquer coisa que ocorresse, sendo obrigados inclusive a assinar um documento reconhecendo o conteúdo da conversa.

(A direção) em parceria com a Diretoria regional de ensino convocou uma reunião com quatro de nós acompanhados com os pais, onde foram feitas diversas ameaças como atribuir a nós quatro e a nossos familiares a responsabilização de qualquer tipo de ocorrência ou acidente que acontecesse na manifestação, criminalizar a criação desta e desqualificar tanto nós enquanto pessoas quanto o movimento. Lembro que chamaram até a direção do programa de estágio que eu participava e ameaçaram inclusive o meu desligamento. (SILVA,2020)

Portanto, o processo de intimidação aos alunos que se inicia na escola passa a ser também uma ação da Diretoria Regional de Ensino de Bauru, que envolve inclusive os pais. Isto demonstra que a prática não é isolada como uma ação exclusiva da direção de uma determinada escola, mas como uma prática da própria Secretaria de Educação do estado. A reunião fez com que alguns dos pais presentes na reunião proibissem seus filhos de participarem da manifestação, outros já não. De qualquer forma a notícia já havia se espalhado e como não existia uma direção para este movimento que pudesse tomar uma decisão centralizada de cancelar a manifestação, ela continuou sendo convocada.

Na manhã do dia da manifestação os estudantes não entraram na escola para as aulas, os estudantes que se dirigiram para a escola foram especificamente para participar da manifestação. Havia também alunos de outras escolas da região que souberam através da mídia social ou de contato com estudantes das escolas, e vieram até a frente da escola Stela Machado para também participar da manifestação. Aos poucos os estudantes foram se auto organizando e realizavam assembleias para tomarem as decisões referentes aos encaminhamentos do ato.

Foi totalmente o oposto das previsões da diretoria de ensino. Nos encontramos em frente à escola e começamos a organizar os grupos, os materiais e conversar com os estudantes. Alguns grupos

ficavam responsáveis pelo diálogo com os estudantes que chegavam na escola, outro pela construção de cartazes, outro por se preparar para viabilizar os fechamentos de rua, alguns estudantes caso a mídia chegasse para gravações de Tv, jornal rádios e afins. Dado o teto da espera da concentração, partimos da escola Stela Machado até a diretoria de ensino (sem qualquer acidente ou fora de planejado que atrapalhasse o bem estar e organização geral). Chegando dissemos o motivo de estarmos lá, que gostaríamos de conversar com a Dirigente de ensino e apresentar nossas pautas. A dirigente de ensino se negou a nos receber. Propôs que nos organizássemos em um grupo de quatro pessoas que representassem os demais em uma reunião fechada na sala dela, o que foi negado por nós em assembleia do lado de fora por experiências passadas deste tipo de reunião e por não considerarmos democrático e justo esse tipo de “representação”. Foi então que depois de um certo tempo e desgaste que ela aceitou nos receber em um auditório, em uma reunião geral. Eu mesmo optei por não entrar na reunião, aliás fui o único, pois eu sofri ameaças tanto da direção da escola quanto da dirigente de ensino. (SILVA,2020)

Para além da experiência de organização do ato e os enfrentamentos que ocorreram antes dele acontecer, importante chamar a atenção para a experiência de democracia direta que estes estudantes estavam vivendo. Em plena avenida interditada por sua manifestação fizeram uma assembleia e decidiram que, por não acharem democrático não enviariam uma comissão de representantes para conversar com a dirigente, só aceitariam uma conversa com todos os presentes.

A reunião com a dirigente de ensino ocorreu por mais de 1 hora, onde os estudantes apontaram uma série de problemas das escolas além daqueles descritos no evento do Facebook que convocava a manifestação. A dirigente de ensino por sua vez apresentava os argumentos da Secretaria da Educação do Estado para que tal situação ocorresse, ou repassava a responsabilidade para a direção da escola, colocando apenas como um problema isolado. Após vários estudantes terem apontado que ela, enquanto a representante da Secretaria da Educação não conhecia a realidade das escolas, a Dirigente de Ensino se comprometeu, como proposta de encerramento da reunião, que iria fazer uma visita na escola e faria uma outra reunião com os alunos para ouvir suas reivindicações. Desta forma, ao encerrar esta reunião ficou marcado uma visita e uma reunião da Dirigente de Ensino de Bauru com os estudantes da Escola Stela Machado. Os estudantes então voltaram pela calçada até a praça em frente à Escola Stela Machado e aos poucos foram se dispersando.

A manifestação teve boa repercussão pela cidade principalmente ajudado pela cobertura feita pelas mídias locais. Uma reportagem feita pelo *site* do G1 Bauru Marília descreve a manifestação da seguinte forma:

Cerca de 100 alunos da Escola Estadual Estela Machado de Bauru (SP), protestam nesta quarta-feira (3), em frente à Diretoria Estadual de Ensino, na Vila Falcão, contra a falta de professores na unidade. [...]Os alunos pediram que a diretora regional de ensino, Gina Sanchez, saísse para conversar, mas ela recebeu todos os alunos para uma assembleia no prédio da diretoria. (G1 BAURU MARÍLIA, 2014)

Durante os próximos dias os estudantes comemoravam a manifestação realizada e planejavam o que fariam para a Dirigente de Ensino quando a mesma estivesse na escola. Viam o momento como uma possibilidade de relatar as ações feitas pela direção da escola contra os alunos em diversas situações.

No dia combinado para a vinda da Dirigente os alunos chegaram à escola já agitados, os professores também se organizavam, pois foram avisados sobre o evento que ocorreria na escola, só não sabiam exatamente como seria. O clima de agitação e inquietação era geral. Durante uma das aulas, um inspetor passou pelas salas pedindo para que somente dois Representantes de Sala o acompanhassem, mas sem avisar exatamente para o que seria. Alguns minutos após terem sido retirados das salas de aula, os Representantes de Sala e os estudantes que tiveram que permanecer nas salas, foram percebendo que a reunião com a dirigente seria apenas com estes representantes, e não com todos os estudantes da escola, como haviam reivindicado e combinado na reunião na diretoria de ensino. O fato foi criando aos poucos uma inquietação ainda maior entre os estudantes da escola, a ponto de começarem a sair das salas, mesmo sem autorização dos professores e se dirigirem à sala onde estava ocorrendo a reunião com a dirigente, a direção da escola e os alunos representantes de sala.

A dirigente de ensino se comprometeu a visitar a escola e nos ouvir, e somente isso. Aconteceu essa reunião, que acabou se transformando em um dos dias mais icônicos da escola: Se, por alguns momentos, conseguimos fazer alusão a uma cadeia na forma orgânica da escola, estrutural e arquitetônica, esse dia foi a rebelião: Como já tido de costume da postura de representantes de cargos de gestão, a dirigente de ensino se recusou a se reunir com toda escola, escolhendo um grupo seleto de pessoas para participar. O que ela não contava é que a escola “virou”, foi geral a postura de abandonar as aulas e cercar a sala de reunião na qual estávamos. A expressão

da dirigente de medo e a postura de se evadir tornou insustentável o diálogo, ela estava com medo da própria escola... E não que isso modificou o caráter da reunião no sentido de efetividades em resoluções por parte dela, pois estava muito claro que aquilo ali não era deliberativo ou honesto no sentido de resolver os problemas da escola, a resolução dela se resumia à própria presença – coisa que deveria ser mínima e totalmente comum, um dirigente visitar as escolas que “dirige”. O caráter simbólico do medo das figuras do topo da hierarquia foi algo que ficou marcado por muito tempo, as contradições desse medo de até mesmo agressão, a falta de conexão com a realidade do momento, da real intenção nossa com aquela “rebelião”, é uma prova muito concreta do quão criminalizados são os jovens da escola pública e suas vontades. (SILVA, 2020)

A reunião que ocorreria com a dirigente na escola Stela Machado acabou virando uma manifestação dentro da escola. Os estudantes cercaram a sala de reunião e cantavam palavras de ordem, nem mesmo as ameaças dos inspetores e da vice-direção fizeram os estudantes retornarem para as salas. Para poder sair da escola a dirigente regional de ensino teve de passar por um longo corredor que dá acesso a porta de saída, este corredor estava ocupado pelos estudantes que foram abrindo caminho para a sua passagem enquanto continuavam a cantar as palavras de ordem.

Apesar de não terem conquistado nenhuma reivindicação específica, os estudantes saíram fortalecidos deste processo. Puderam evidenciar as contradições da estrutura da escola, da diretoria de ensino e da própria educação pública de maneira geral, e compreenderam sobretudo os limites que estas estruturas possuem para dar soluções aos seus anseios.

Outro ponto importante para observar, a exemplo de 2010, durante todo este período as ações e as movimentações dos estudantes foram feitas por fora dos espaços do Grêmio Estudantil da escola. No primeiro momento, quando a direção argumentou que o movimento não tinha aval da UNE e nem apoio do grêmio estudantil, os estudantes procuraram o grêmio e pressionaram para que apoiassem a manifestação, o que foi feito. Entretanto, quanto aos aspectos organizativos o grêmio não era presente, e os demais alunos não se reconheciam como alunos gremistas, sequer reconheciam qualquer outro vínculo com o Grêmio Estudantil.

Durante a manifestação uma das palavras de ordem mais cantadas era: “nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento

estudantil!”. Isto serve ajuda explicar o fato de posteriormente a este período, passarem a se auto intitularem como “Movimento Estudantil”.

No início do ano de 2015 os alunos, que agora se autodenominavam como alunos do “Movimento Estudantil”, decidiram disputar a eleição do Grêmio enquanto chapa, passando a ser identificados pelos outros alunos e pela direção da escola como “a chapa do Movimento Estudantil”. Primeiramente, a direção da escola tentou colocar uma regra, que foi intitulada como “ficha limpa” do grêmio, onde só poderiam participar das chapas os alunos que não tivessem nenhum registro de ocorrência na escola, sabendo que este era o caso de alguns alunos do Movimento Estudantil. Contudo, por conta da contestação de alunos e de alguns professores, a direção acabou desistindo de impor este critério.

Contudo, as ações de controle da direção não se encerraram apenas em tentar colocar o critério de “ficha limpa” para os alunos poderem participar da eleição do grêmio. Ao elaborarem suas propostas para a eleição do grêmio a chapa do Movimento Estudantil teve algumas de suas propostas rejeitadas pela direção da escola, por exemplo, a de fazer assembleias na escola, pois segundo a direção, para isto seria necessário a autorização da direção, logo não poderia ser uma proposta da chapa. Da mesma forma não poderiam também deixar entre suas propostas a realização de debates sobre o uso de drogas, o argumento da direção foi de que não era um tema adequado para o Grêmio debater com os demais alunos da escola.

Ao final, as propostas das chapas ficaram muito próximas, com poucas diferenças de proposta de uma chapa para outra. O processo eleitoral do grêmio seguiu normalmente, mesmo com os alunos da chapa do Movimento Estudantil denunciando que a direção da escola estaria apoiando e privilegiando uma das chapas concorrentes. Contudo, no meio do processo eleitoral, inicia-se a greve dos professores do estado de São Paulo, no dia 13/03/2015, e teve a adesão de grande parte dos professores da Escola Stela Machado. No início da greve, com a boa adesão dos professores da escola, os alunos ficaram praticamente sem aulas, saindo mais cedo ou tendo dias que não tinham nenhuma aula. Isto também ocorria pois os próprios alunos, em forma de apoio aos professores em greve, não aceitavam que a direção colocasse professores substitutos no lugar dos professores grevistas.

Os alunos que estavam na chapa vinculada ao Movimento Estudantil do Stela Machado acabaram abandonando o foco no processo eleitoral do Grêmio da escola e se envolveram inteiramente no movimento de apoio à greve dos professores. Segunda-feira, dia 16 de março de 2015, três dias depois de ser aprovado o início da greve dos professores em São Paulo, os alunos organizaram uma manifestação em apoio à greve, que marchou da praça em frente à Escola Stela Machado até a frente da Diretoria de Ensino, ato que contou com a cobertura do Jornal da Cidade.

Segundo os alunos, o intuito foi reclamar sobre as aulas vagas que eles têm todos os dias, pedir a valorização dos professores e também foi uma forma de apoiar a greve dos profissionais da educação. “Queremos ter uma educação de qualidade, não queremos ficar com aulas vagas e que nossos professores possam ser valorizados”, disse uma das estudantes, de 16 anos. (PATRIARCA, 2015)

Após esta manifestação seguiram-se outras, cada vez envolvendo mais escolas da região, principalmente as escolas estaduais Stela Machado, Ayrton Bush, Luiz Castanho de Almeida, Irmã Armanda Sbrissia, Vereador Ferreira de Menezes e Guia Lopes. As manifestações saíam da praça em frente à Escola Stela Machado e iam até à frente da Diretoria de Ensino, algumas foram até o centro da cidade, fechando a avenida Rodrigues Alves, onde fica a Câmara Municipal de Bauru. Para além das manifestações, os alunos se organizavam para ir nas portas das escolas que ainda não haviam aderido à paralisação para panfletar e conversar com os alunos destas escolas.

Mesmo com toda essa movimentação, a paralisação dos professores na escola Stela Machado não foi completa. E mesmo com a maioria dos professores da escola em greve e a maior parte dos estudantes participando das manifestações, alguns professores continuavam a manter suas rotinas, com aulas, provas e trabalhos. O mesmo ocorreu com a eleição do Grêmio, que seguiu normalmente seus prazos. Tanto que o dia marcado para a apresentação das chapas do grêmio para os demais estudantes foi justamente um dos dias de manifestação. Ela ocorreu de manhã e uma grande quantidade de estudantes seguiram em marcha, fechando o trânsito, até chegar à frente da Câmara Municipal.

Após a manifestação, alguns alunos da chapa do “movimento estudantil” voltaram para a escola para poder fazer a apresentação da chapa, mas foram impedidos pela direção, que usou o argumento de que deveriam estar na escola desde o início do período para poderem apresentar a sua chapa, e por isto não poderiam entrar, tampouco fazer a apresentação da chapa. A eleição do grêmio ocorreu segundo o calendário da direção da escola e apesar de ser um dia com poucos alunos presentes na escola, a eleição para o Grêmio estudantil foi realizada normalmente. A chapa apoiada pela direção da escola, segundo denúncias dos alunos do Movimento Estudantil, foi a vitoriosa no processo eleitoral.

O segundo semestre de 2015 foi marcado pelas manifestações contra o projeto de “reorganização” apresentado pelo governo do Estado de São Paulo, que mais tarde foi o estopim para as ocupações de escolas por todo o Estado, entretanto trataremos da situação específica das ocupações em outro capítulo. Por hora, o que é importante reafirmar deste período, é que mesmo nas manifestações, assim como nas ocupações não houve participação do Grêmio estudantil da escola, ele existia, fazias as atividades de som no intervalo e auxílio à direção em alguns projetos, mas não havia participação conjunta com o Movimento Estudantil. Vamos neste momento, nos concentrar nos fatos posteriores às ocupações, onde o grupo de estudantes vinculados ao Movimento Estudantil busca a alteração do estatuto do grêmio e posteriormente participa novamente da eleição.

Encerrada a ocupação, os estudantes saem ainda mais fortalecidos com uma vitória contra o governador. A escola, portanto, tenta retomar a sua rotina de aulas e reposição das aulas não dadas. Contudo, a escola que estava com uma nova direção, empossada apenas alguns dias antes da ocupação ocorrer, passa a presenciar uma verdadeira queda de braço entre o Movimento Estudantil e a nova direção. A direção procurou os meios de comunicação para denunciar os “problemas da ocupação” e tentava desgastar o movimento com os demais estudantes da escola atrasando ainda mais o retorno das aulas. Justificando que os danos causados pela ocupação impediam este retorno. Os estudantes rebatiam pela página da ocupação no Facebook.

Três dias a mais de reposição vai ficar por conta da diretora do Stela Machado, que durante a ocupação falava de voltar às aulas o mais rápido possível, agora prefere atrasar a volta para tentar punir alunos e professores. O promotor Lucas Pimentel que esteve dentro da

escola atestou que ela estava em boas condições, não adianta a diretora tentar enganar as pessoas.

Os três dias a mais que você vai ter que repor cobre da diretora da escola. (OCUPAÇÃO STELA MACHADO, 2015)

Mesmo com toda cobrança de alunos, pais e professores as aulas atrasaram pelo menos mais três dias para serem retomadas. Contudo, o conflito não se encerrou com esta ação, a direção da escola também abriu um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil acusando os alunos que estavam na ocupação de terem cometido uma série de crimes, como é possível observar no trecho do boletim colocado abaixo:

Consta que as dependências do prédio estariam todas vandalizadas, com pichações, arrombamentos de diversos armários de uso docente, bem como a secretária teve materiais de uso danificados. Teria sido notado também o furto de diversas ferramentas de uso em construção civil/marcenaria/elétrica/outros, várias peças (hardware), ou seja, componentes de CPU – Unidade de Processamento Central de várias máquinas que estariam na “Sala de Informática”, bem como uma Fonte de Roteador. O setor da cozinha teria sofrido arrombamento, onde foi constatado a subtração de diversos gêneros alimentícios de uso na “Merenda Escolar”. Perícia Científica acionada ao local. (POLÍCIA CIVIL, 2015)

Portanto, um clima de conflito com a direção da escola continuava muito tenso, mesmo depois do fim da ocupação e a volta às aulas. Reflexo disto é que houve um outro Boletim de Ocorrência registrado na Polícia Civil, o Boletim 28989/201, onde um dos estudantes que participou da ocupação acusa o namorado da diretora de ter jogado o carro “para cima” deles e os ameaçado. A situação também foi denunciada na página do Facebook “ocupação Stela Machado”, informando que o “namorado da diretora passou na frente da escola e jogou o carro em cima dos estudantes”. (OCUPAÇÃO STELA MACHADO, 2016c)

Para lidar com esta questão do Boletim de Ocorrência denunciando os estudantes que estavam na ocupação, os alunos criaram uma lista de abaixo-assinado entre os demais alunos reivindicando uma assembleia de alunos, que quando preenchida foi entregue diretamente à Direção da escola. O texto do abaixo-assinado dizia:

Nós, alunos da EE Stela Machado abaixo-assinados, viemos pelo presente requerer uma Assembleia feita por apenas nós alunos, para

que seja discutida as ações da ocupação, bem como as ações que dela repercutiram.
(ABAIXO-ASSINADO, 2015)

Em resposta por escrito a direção da escola coloca que com o aval da dirigente de ensino iria permitir que a assembleia se realizasse, mas condicionou que tivesse a participação da vice-diretora e uma inspetora de alunos para “acompanharem a atividade a fim de garantirem a cordialidade entre os participantes, sem intervenção na assembleia”. Contudo, no início da assembleia, quando estavam todos na quadra de esportes da escola, foi colocado em votação a presença da vice e da inspetora, sendo aprovado pelos alunos que não deveriam ficar e acabaram sendo forçadas a se retirar quando os alunos passaram a cantar em coro “ih, fora!”.

Na assembleia foi decidido que no dia seguinte haveria um movimento na entrada escola, onde os alunos não entrariam para as aulas e denunciariam o que estava ocorrendo na escola. A manifestação ocorreu na manhã do dia seguinte e chamou a atenção da imprensa que esteve no local. Contudo, uma bomba foi jogada no interior da escola durante a manifestação, aparentemente não pelos manifestantes, mas a mídia acabou dando mais enfoque na bomba do que na reivindicação dos manifestantes.

Estudantes da Escola Estadual Stela Machado de Bauru (SP) fizeram uma manifestação, na manhã desta sexta-feira (18), para protestar contra uma "retaliação" feita por parte da Diretoria Regional de Ensino após a ocupação na unidade. Durante o protesto, os manifestantes explodiram uma bomba na escola, o que assustou alunos e professores. A autoria da explosão não foi identificada.
(GLOBOPLAY, 2015)

A solução deste conflito só foi dada com a intervenção do Conselho de Escola, que motivado pelos alunos se reuniu e, mesmo com a discordância da diretora, votaram e aprovaram por maioria fazer um pedido por escrito junto à Delegacia de Polícia e à Promotoria de Justiça indicando argumentos e pedindo o arquivamento do Boletim de Ocorrência feito pela diretora da escola contra os alunos que participaram da ocupação.

Como se depreende dos documentos anexo e de entendimento do Conselho, a notícia crime em foco apresentou-se precipitada e sem

respaldo fático. Diferentemente do que nela constou, o Conselho acredita que não há qualquer conduta que possa ter sua autoria atribuída ao grupo de alunos que permaneceram na escola em pauta, visando a melhores condições de educação junto ao Governo Estadual. A escada, qualificada como pichação, é entendida por este Conselho, pautado no Currículo do Estado de São Paulo, como intervenção artística com relevância histórica e conforme sugestão da dirigente de ensino, em relação à permanência desta intervenção, decidir-se-á por meio de votação da comunidade escolar. A bomba d'água apresenta problema antigo e crônico, desvinculado da ocupação, conforme laudo, anexo 2. O alarme foi decorrência de raio, conforme laudo anexo 3. O consumo de alimentos pelos alunos, durante o movimento de ocupação, não se trata de ação criminosa, conforme entendimento deste Conselho. Não foi apresentado ao Conselho inventário dos itens apontados como furtados para que se comprove qualquer espécie de furto, vide grifos em ata, anexo 4. (CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO, 2016)

Em meados de janeiro de 2016 a escola ainda estava encerrando o ano letivo de 2015 por causa das reposições do período de greve dos professores no primeiro semestre e o período de ocupação da escola no segundo semestre. Houve apenas duas semanas de férias e as aulas do ano letivo de 2016 foram iniciadas. Passadas algumas das inquietações do ano anterior, o novo ano letivo já se inicia com mais conflitos entre a direção e os alunos do Movimento Estudantil. No primeiro dia de aula, o aluno Felipe Silva, um dos alunos que participou da manifestação de 2014 e identificado como uma das “lideranças do movimento de ocupação na escola” foi impedido de entrar na escola, com o argumento de que não estaria mais matriculado nela.

Um aluno do 2.º ano do Ensino Médio alega sofrer perseguição por parte do Estado ao não conseguir vaga na escola em que estudou pelos últimos cinco anos. Felipe Silva, 19 anos, participou da ocupação ocorrida na Escola Estadual Stela Machado, em 2015. A Secretaria de Estado da Educação nega o fato.

O jovem alega que a negativa de vaga não é isolada e ocorreu em todo o Estado como forma de retaliação.

Há algumas semanas, ele ingressou com medida judicial para tentar a liberação da vaga. “Além de mim, mais dois alunos também maiores de idade e que participaram do movimento (desencadeado por causa do projeto de reorganização das escolas) foram chamados pela diretora no primeiro dia de aula. Ela disse que não tinha mais a obrigação legal de me manter ali e que eu deveria procurar o Ceja (Centro de Educação para Jovens e Adultos)”, pontua Felipe.

“Só que eu já estava matriculado. Estava estudando para a reclassificação, porque reprovei no ano passado por falta”, explica o estudante. (TONELLI, 2016)

A opção feita pelo aluno foi realizar a denúncia por diversos canais formais, Ministério Público, Defensoria Pública e ação na justiça, através de um mandado de segurança. A denúncia foi feita também nas mídias sociais, em uma delas o próprio aluno descreve a situação que estava vivendo e aponta inclusive a conivência da diretoria de ensino com o que estava ocorrendo..

O que fazer quando nos negam o que é de direito? Desde o primeiro dia de aula, estou numa luta judicial por uma vaga na escola Stela Machado. Neste período venho sofrendo humilhações e pouco caso, tanto da direção da escola quanto da diretoria regional de ensino.

Outro dia liguei para a Diretoria de ensino cobrando a matrícula, e recebi de resposta aos berros de um senhor que dizia que a matrícula não iria acontecer, e me mandou procurar o CEEJA. Pedi para que ele redigisse esta resposta, tornando esta um documento oficial, e adivinhem só? Ele se negou. Retiraram minha matrícula e argumentaram minha idade e reprovação, porem quando procurei a defensoria pública, e uma defensora questionou este e disse que não era real, o argumento mudou. Agora dizem que a área onde moro não é da proximidade da escola (estudei lá por 5 anos, e isso nunca entrou em pauta neste tempo). Estou nas mãos da justiça e da boa vontade de um advogado, que por sinal fez algo simples/urgente que demoraria dias virar um mês. Não vejo outra justificativa se não retaliação. Eu realmente demorei para levar este caso a público, mas aqui estou e levarei. Entre outras decepções com o sistema, aqui jaz mais duas: Com a educação pública e a Justiça que faz pouco caso de quem é privado de direitos constitucionais.

PS: o prazo de inscrição da prova de reclassificação se encerra hoje, logo qualquer possibilidade de eu me formar este ano, e no ano que vem ingressar a uma universidade, também. (SILVA, 2016)

Mesmo com todas as denúncias e tentativas judiciais a escola foi irreduzível, não permitiu que o estudante retornasse para a escola na condição de aluno e, ele preocupado com o ano letivo que já estava sendo prejudicado, decidiu procurar a Educação de Jovens e Adultos para conseguir encerrar a educação básica e manter seu projeto de carreira universitária.

A escola buscou sustentar sua ação no argumento de que o estudante já tinha 18 anos e que havia escola mais próxima de sua casa para estudar. Esta condição vivida pelo estudante poderia ter sido evitada caso a chapa do Movimento Estudantil, da qual participava, tivesse ganho a última eleição para o Grêmio Estudantil da escola, pois a lei 15.667 aprovada em 2015 garante esta proteção aos estudantes do Grêmio em seu artigo 7º, quando diz que: “Os membros da diretoria

do grêmio estudantil terão assegurada a permanência e rematrícula a partir da sua eleição até um ano após o fim de seu mandato”. (SÃO PAULO, 2015)

No mês de março, ocorre outro evento que movimenta os estudantes da escola. Com a vitória das ocupações o secretário de educação Herman Voorwald pede demissão no dia 04 de dezembro de 2015 e a rede de educação inicia o ano de 2016 com um novo secretário, o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o Senhor José Renato Nalini. Como um dos primeiros projetos desenvolvidos pelo novo secretário seria realizado o evento “A Escola que Queremos”. No projeto era previsto a visita do secretário às 15 macrorregiões do estado e Bauru foi escolhida para sediar o primeiro encontro deste projeto.

A cidade de Bauru receberá o primeiro encontro entre o secretário da Educação do Estado de São Paulo, José Renato Nalini, e os estudantes na próxima quinta-feira, dia 10 de março [...] A agenda faz parte da nova ação “A Escola que Queremos” que tem como objetivo ampliar a participação dos alunos no dia a dia da rede e oferecer mais espaço para sugestões e diálogo. O objetivo do evento é que os estudantes possam aproveitar para mostrar as iniciativas criadas em cada unidade e ainda apontem quais são os principais entraves. (SEE/SP, 2016)

A organização do evento indica que o Grêmio Estudantil de cada escola deveria escolher representantes para participar do evento. Apontando que o Grêmio da escola Stela Machado não era atuante, os alunos do Movimento Estudantil reivindicaram que a indicação fosse feita por fora do grêmio, que fosse votada entre os alunos de cada período da escola. Mesmo com a resistência da direção da escola foi feita a indicação por fora do grêmio, sendo eleitos três estudantes como representantes da escola, um de cada período. Ao mesmo tempo, foi organizado entre professores e estudantes, da escola Stela Machado e de outras escolas, uma manifestação para ser realizada em frente ao auditório onde ocorreria o evento. A manifestação aproveitaria a presença do secretário para poder cobrar melhoria para as escolas públicas.

O evento foi marcado por manifestações de alunos, professores e funcionários que ficaram na porta do auditório durante todo o decorrer do evento, pois foram impedidos de entrar. Dentro do auditório inicialmente, foi apresentado uma série ações “bem sucedidas” dos grêmios e somente em um segundo momento foi aberto para questões dos alunos que estavam presentes. Foi neste segundo

momento que diversos alunos passaram a cobrar e a denunciar ao secretário uma série de questões vivenciadas nas escolas.

A discussão ficou polarizada quando uma estudante da escola estadual Stela Machado, uma das 196 ocupadas em 2015 contra a reorganização, ressaltou que o tema não havia sido debatido. “Por que nos slides só tem as coisas boas que o grêmio fez? Por que não tem ocupação? Por que não tem reorganização das escolas? Por que o pessoal do lado de fora não pode entrar? Dois lados devem ser ouvidos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016)

Em resposta às indagações o secretário se comprometeu que no dia seguinte visitaria escolas na região e que uma delas seria a Escola Stela Machado. Com o anúncio, os estudantes passaram a se mobilizar para a presença do Secretário de Educação na escola.

Atenção todos! Amanhã o secretário de educação estará em na nossa escola. Hoje durante o evento na USC o secretário prometeu mais de duas vezes que amanhã vai visitar a escola Stela Machado no período da manhã. Vamos preparar as nossas reivindicações. (OCUPAÇÃO STELA MACHADO, 2016)

O Secretário chegou na escola logo após o início das aulas do período da manhã e foi direto para uma das salas de aula, onde se apresentou e quando os alunos passaram a fazer cobranças saiu e se dirigiu à outra sala. Quando a notícia da presença do secretário se espalhou pela escola os alunos começaram a sair das salas de aula para procurá-lo. Percebendo a movimentação, os seguranças do Secretário o retiraram da escola mas, mesmo assim os estudantes ocuparam a porta de saída não permitindo que o restante da comitiva saísse. Permaneceu na parte interna da escola a Secretária-adjunta de Educação, a senhora Cleide Bauab Eid Bochixio, que juntamente com a Dirigente Regional de Ensino e outros membros da comitiva foram para a sala dos professores onde passaram a ouvir as reclamações de alunos e professores. A reunião durou todo o período da manhã e terminou com a Secretária adjunta se comprometendo em intervir para ajudar a resolver os problemas apontados na reunião.

Apesar de toda essa movimentação, o início do ano letivo trazia outro desafio para os estudantes da escola, a eleição para o Grêmio Estudantil. A primeira questão que se apresentou aos alunos é que o estatuto vigente datava de 1997 e previa a participação de apenas 9 alunos na diretoria do Grêmio distribuídos de

forma hierárquica, além de proibir que alunos das “séries finais” de concorrer aos cargos eletivos do grêmio. Desta forma passam a reivindicar alteração do estatuto do Grêmio Estudantil da escola. A direção da escola, inicialmente se contrapõem dizendo que isto iria atrapalhar a escola seguir o calendário da secretaria da educação para início do processo eleitoral daquele ano, mas com a persistência dos alunos reivindicando sua autonomia, acabou cedendo.

No final de fevereiro 2016, deu-se início às plenárias de construção de um novo estatuto para o Grêmio Estudantil. A primeira plenária contava com uma sala para 60 pessoas lotada onde foi decidido o rito de alteração do estatuto, que deveria ser avaliado artigo por artigo nas plenárias e posteriormente aprovado por assembleia geral dos estudantes.

Ocorreram ao todo 10 plenárias, e dentre as principais propostas que foram construídas, está a alteração do nome do grêmio para “Grêmio 17 de novembro”, em homenagem ao dia da ocupação da escola, a mudança no texto acrescentando os dois gêneros quando coubesse, por exemplo alunos e alunas, a mudança no formato de organização do grêmio que era presidencialista para um modelo colegiado e sem hierarquia interna, além de retirar os pontos que possibilitassem controle da escola sobre as atividades do grêmio. Encerradas as plenárias de construção da proposta de alteração do estatuto, buscou-se passar para o passo seguinte, que era a aprovação em assembleia geral dos estudantes. Havia por parte dos estudantes, principalmente daqueles que se envolveram diretamente nas plenária de alteração do estatuto, uma urgência na busca pela aprovação do novo estatuto, para que se pudesse iniciar o processo de eleição, afinal já se adentrava o mês de maio.

Contudo, havia uma demora da direção em permitir a convocação da assembleia e isto atrasava ainda mais o início da eleição. Diante da situação e da dificuldade de diálogo, no dia 13/05/2016 os estudantes decidiram fazer um abaixo-assinado convocando uma assembleia de estudantes para o dia 16/05/2016, tendo como pauta o “atraso na eleição para o grêmio estudantil”. Em resposta ao pedido dos alunos a direção da escola enviou uma resposta por escrito indeferindo o pedido de assembleia feito pelos alunos e apresentando os argumentos.

Pedido indeferido, com base no Parágrafo 2º, Artigo 9º do estatuto em vigor.

Em cumprimento a LC 444/85, Artigo 95, Inciso I, alínea e, no próximo dia 17/05/2016 será reunido o Conselho de Escola para regulamentar o novo Estatuto do Grêmio Estudantil da EE. Stela Machado, quando será devolvido aos alunos para as devidas providências. (DIREÇÃO DA ESCOLA STELA MACHADO, 2016)

Como se não bastasse o fato da direção impedir a realização da assembleia dos estudantes, usa como base para indeferir a realização da assembleia, um dos artigos do estatuto do Grêmio Estudantil que está vigente até aquele momento. O artigo citado pela direção é um artigo do estatuto do Grêmio que trata sobre a realização de assembleia geral dos estudantes e diz que:

A realização das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deverão ser comunicadas ao diretor da escola, sem prejuízo de aulas e com discriminação completa e fundamentada dos assuntos a serem tratados. (ESTATUTO GRÊMIO STELA MACHADO, 1997)

A existência de um artigo como este no estatuto do Grêmio Estudantil explica a busca dos estudantes em tentar reformulá-lo. O modelo do estatuto do grêmio da escola Stela Machado era de um modelo que é usado pelos grêmios das diversas escolas de Bauru uma vez que os modelos eram distribuídos pela própria diretoria de ensino.

Outro ponto utilizado pela direção da escola para indeferir a assembleia dos alunos foi com como base a lei 444/85, conhecida como Estatuto do Magistério, que em seu artigo 95º rege sobre as atribuições do Conselho de Escola e no inciso I, alínea e, diz que compete ao conselho de escola deliberar sobre a “criação e regulamentação das instituições auxiliares da escola”. Portanto, na interpretação da direção da escola o Grêmio é uma “instituição auxiliar da escola” e assim sendo, cabe ao Conselho de Escola apreciar e deliberar as mudanças no estatuto construído nas plenárias, antes que seja apreciado pela assembleia geral dos alunos. Novamente, a despeito da lei federal que prevê autonomia para a organização dos Grêmios Estudantis, a direção utiliza o Conselho de Escola tanto para intervir nas mudanças propostas pelos alunos como também para atrasar ainda mais o processo eleitoral.

Diante da situação os estudantes passam a utilizar a página do Facebook, que antes era usada para divulgar coisas sobre a ocupação, para denunciar a postura da direção.

Alunos cobram por eleição do Grêmio e são perseguidos.

A direção da escola Stela Machado de forma autoritária, atrasa o máximo possível a eleição do Grêmio de nossa escola. A intenção do adiamento é claramente porque a direção quer limitar a possibilidade dos alunos do terceiro ano participarem da eleição.

A direção está a mais de 1 mês arrastando a solução da situação, sempre jogando para a semana seguinte, prometendo solução e não cumprindo.

Os alunos coletaram centenas de assinaturas em um abaixo assinado para realização de uma assembleia estudantil, nesta segunda dia 16/05, para debater o atraso nas eleições do grêmio.

A direção, mesmo com o abaixo assinado, negou que a assembleia pudesse acontecer, vendo isto como uma ação autoritária da direção (que não permite a eleição do grêmio e não permite a assembleia) os alunos fizeram a assembleia mesmo sem a autorização da direção, a maioria dos alunos desceram para o pátio na troca da quarta para a quinta aula e chamamos a diretora para dar explicações mas ela se negou, fingindo que os alunos não existiam. Como repressão a direção ameaçou os alunos dizendo de vai responsabilizar quem, na visão da direção, são os líderes, chamando os pais, fazendo ocorrência, fazendo boletim, etc. Como se não bastasse não termos eleição para o grêmio, não podemos reclamar senão somos perseguidos, esta é a escola “democrática” que temos.

(OCUPAÇÃO STELA MACHADO, 2016b)

Desta forma os estudantes denunciam a postura da direção em dificultar com que a eleição aconteça, na visão dos alunos a intenção da direção é dificultar a participação dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio, já que alguns estudantes do Movimento Estudantil estavam nesta situação. O antigo estatuto impede que alunos dos últimos anos possam participar da eleição do Grêmio a sua participação só poderia ocorrer caso modificassem o estatuto antes da eleição, porém esta estava se tornando uma tarefa muito difícil por conta da intervenção da direção que atrasava todo processo e a eleição ficava cada vez mais distante, diminuindo desta forma o tempo que os estudantes do terceiro ano poderiam intervir através do Grêmio caso fossem eleitos e se formassem no final do ano.

Desta forma tem-se outro momento de disputa dos estudantes com a direção da escola, pois havia ao menos duas interpretações, uma da direção da escola que via o grêmio como uma instituição auxiliar, ou seja, entendia que cabia ao Conselho de Escola deliberar sobre sua criação e regulamentação; e outra, a interpretação dos estudantes que entendiam que o Grêmio deveria ser visto como

uma entidade autônoma e não como auxiliar da escola, e por isto não passível de ser apreciado ou alterado pelo Conselho de Escola.

Com o argumento de que autonomia não significava soberania, ou seja, o grêmio estaria sob o julgo da escola e, portanto, não teria a soberania de decidir algo sem o respaldo dela, foi convocado o Conselho de Escola para “regulamentar o novo estatuto do Grêmio Estudantil”. Mesmo com a resistência dos alunos e de alguns professores, o processo de aprovação do estatuto pelos alunos em assembleia, como também o início do processo eleitoral não pode continuar.

As reuniões do Conselho de Escola foram feitas nas três semanas seguintes, exatamente nos dias 17/05/2016, 24/05/2016 e 31/05/2016, sendo que as atas destas reuniões só foram aprovadas na reunião dia 26/06/2016. As reuniões foram tensas e extremamente demoradas, pois de início era questionado se caberia realmente ao Conselho Escola alterar pontos no estatuto do Grêmio Estudantil, mas a direção insistia que o novo estatuto “apresentava várias irregularidades e ou ilegalidades que precisavam ser corrigidas ou ajustadas”. Por outro lado, era colocado que não caberia ao Conselho de Escola fazer alteração pois isto caberia aos alunos, e que desta forma estaria garantida a sua autonomia prevista na lei.

Marcos alertou sobre a lei federal Grêmio Livre. Ele deu significado denotativo para a palavra autonomia e chamou o grupo a pensar pela lógica, ‘qualquer apontamento feito pelo conselho poderia não ser aceito pelos alunos e o grêmio não se instalaria ainda ano’, e acrescentou que caberia a assembleia dos alunos qualquer mudança. O professor concluiu que o fato de o estatuto ser aprovado em assembleia e depois ser aprovado pelo conselho de escola caracteriza um autoritarismo. (CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO, 2016b)

Este impasse perdurou durante toda a primeira reunião do conselho de escola. Parte do Conselho ficou inconformada com a possibilidade de votarem alterações no estatuto e depois não ser aprovado pelos alunos, fazendo com que o trabalho do Conselho pudesse ser inútil. Mas, ao mesmo tempo não haveria como prever que os alunos, na assembleia de votação do estatuto, acatariam ou desprezariam as mudanças que seriam feitas pelo Conselho.

Foi este debate que também iniciou a segunda reunião do conselho, agora com a presença inclusive de uma supervisora de ensino. Isto demonstra a importância que foi dada para a discussão, inclusive por parte da Diretoria de Ensino

que destinou a supervisora para acompanhar a reunião do Conselho de Escola. Ela no início da reunião disse que “não é tarefa do Conselho fazer alterações no estatuto, apenas cabe a ele fazer sugestões sobre ele”. Contudo, ainda insiste que o grêmio é uma instituição auxiliar e por isto cabe ao Conselho fazer a discussão antes da assembleia dos alunos. (CONSELHO A ESCOLA STELA MACHADO, 2016C)

Mesmo não chegando a uma definição sobre o papel do Conselho a direção encaminhou a reunião e o primeiro ponto do novo estatuto que entra em discussão é o que coloca entre as funções do Grêmio “estar em sintonia e servir de espaço ao Movimento Estudantil”. Inicialmente foi proposto pela gestão da escola para “tirar o servir e escrever movimento estudantil em letras minúsculas”, e posteriormente foi acrescentado pela supervisora que “a lei 7498/85 no seu artigo 1º, define o Grêmio como entidade representativa dos estudantes com finalidades educacionais, cívicas, desportivas, culturais e sociais, conclui descartando a ‘política’”. A proposta então, seria tirar este ponto que vincula o grêmio ao Movimento Estudantil, pois caracteriza-se do ponto de vista da diretora e da supervisora de ensino como um vínculo político, uma vez que movimento estudantil pode ser entendido como algo de fora da escola, além de defender que se escreva Movimento Estudantil com letras minúsculas, para caracterizar que se tratava do Movimento Estudantil da escola e não como uma ideia ampla. Estas propostas foram votadas e rejeitadas pela maioria do Conselho e permaneceu a redação inicial construída pelos alunos. (CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO, 2016C)

Outro ponto debatido foi sobre como era apresentado na proposta de estatuto a questão do espaço físico destinado ao grêmio na escola. No estatuto antigo não havia menção à este espaço, mas com base na lei estadual 15.667/2015 que prevê que as instituições de ensino devem assegurar aos grêmios “espaço para sua instalação e realização de suas atividades”, foi acrescentado pelos alunos um artigo na proposta de estatuto prevendo que:

Art. 6º - Constitui-se como patrimônio do Grêmio 17 de novembro o espaço cedido pela escola para realização de atividades da entidade.
 §1º – O “espaço do Grêmio” será um espaço para realização de atividades da diretoria da entidade e outras atividades estudantis.
 §2º - A utilização do “espaço grêmio” será administrado pela diretoria da entidade, que terá sob sua guarda as chaves do espaço e deverá

se responsabilizar pelos possíveis agendamentos. (ESTATUTO GRÊMIO 17 DE NOVEMBRO, 2016, p.2)

Este ponto passa portanto a ser ponto de embate entre os conselheiros presentes na reunião e não conseguindo dirimir na reunião do dia 24/05/2016 foi postergada para a próxima reunião que ocorreu no dia 31/05/2016. Onde foi apontado pela supervisora de ensino que:

é de responsabilidade do Diretor todos os setores da Escola até caso ocorra algum incêndio, por exemplo, preciso de acesso a todos os espaços, pois responde por todo o prédio da escola. O objetivo não é vigiar, nenhum diretor vai ficar entrando na sala do grêmio.
(CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO, 2016c)

Há inicialmente uma resistência em garantir autonomia para os estudantes, inclusive sobre seu próprio espaço, e por isto, é levantando uma série de suposições para que a direção fique sobre o controle das chaves do espaço, por exemplo. Depois de um tempo de debate a direção abriu mão de colocar este ponto em votação, permanecendo a proposta de texto escrito pelos alunos.

Para além destes pontos, foi apontado pela supervisora que no artigo do novo estatuto que tratava das assembleias dos estudantes deveria constar “sem prejuízo de aulas”. Proposta próxima a que já previa o estatuto em vigor à época, e que foi utilizado pela direção para impedir a assembleia que os alunos tentaram organizar para tratar do atraso na eleição do Grêmio. Na prática, a proposta seria colocar no próprio estatuto do Grêmio Estudantil o impedimento para que as assembleias ocorressem durante as aulas. A proposta foi questionada por uma da professora conselheira que apontou que “acha importante o uso desse espaço para discussão em horário de aula que também é um aprendizado.” Diante do impasse ficou a redação sem acrescentar a parte de “sem prejuízo das aulas”.(CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO, 2016d)

Foram estes os pontos principais discutidos nas três reuniões de Conselho de Escola para tratar do novo estatuto do Grêmio. Na prática não houve alteração significativa, mas serviu bastante para esfriar o envolvimento dos alunos em todo o processo, afinal já entrava o mês de junho quando se encerraram as reuniões do Conselho de Escola sobre este tema. O sentimento entre os alunos que participaram de todos estes debates era de desgaste, conseguiram uma certa vitória, pois o

conselho não aprovou mudanças significativas no estatuto, mas o processo foi longo e com alto nível de tensão.

A ocupação da escola ocorreu em novembro e a desocupação em dezembro de 2015. Os meses seguintes foram de conflito com a direção, sobre diversos pontos, sendo o estatuto do Grêmio o mais recente. Ou seja, já fazia 6 meses que a ocupação havia ocorrido e eles não haviam conseguido fazer a eleição do Grêmio. Aparentemente a postura da direção foi de atrasar o máximo possível o processo eleitoral, torná-lo mais distante da ocupação possível, e assim conseguiu arrastar até junho. Percebendo a intenção da direção, os estudantes iniciaram o mais rápido possível o processo eleitoral, em junho mesmo, e não seguiram a orientação da direção de deixar para o início do segundo semestre. Com o início do processo eleitoral, 5 chapas se inscreveram e foi iniciado o tempo para campanha eleitoral, tudo acompanhado de perto pela direção e por alguns professores.

Contudo, durante o processo eleitoral a chapa formada pelos alunos do Movimento Estudantil denunciavam que, mais uma vez, havia chapas incentivadas pela direção da escola, principalmente pela figura do coordenador pedagógico. Houve durante o processo eleitoral algumas denúncias realizadas por outros estudantes, uma delas realizada pelos alunos de uma das salas do terceiro ano, que apontava que uma das chapas, denominada como “bonde dos menores” havia se “declarado homofóbica frente a toda sala de aula durante sua divulgação. No corredor antes de entrarem na sala foram ouvidos comentando na porta, ‘odeio viado’”. Outra denúncia feita por escrito, agora do ensino fundamental e contra um professor da escola, a denúncia diz que ele “tem induzido os alunos do 6 ano D, do período da tarde, a votar nas chapas Power Rangers e SAC, em troca de notas”. (ELEIÇÃO DO GRÊMIO, 2016)

Mesmo com estes problemas a eleição prosseguiu, e foi encerrada no dia 17 de junho de 2016, com a apuração dos votos. A chapa de estudantes da ocupação apesar de ter vencido no período da manhã, período com a maior parte dos estudantes, perderam no período da tarde e no noturno. Na soma total a chapa dos alunos do Movimento Estudantil tiveram 327 votos, enquanto uma das chapas que era denunciada como incentivada pela direção e coordenação pedagógica venceu com 379 votos.

Isto foi fundamental para esfriar o Movimento Estudantil na escola, a nova chapa do grêmio passa a fazer as atividades corriqueiras do grêmio, como colocar

som no intervalo e outras atividades, enquanto os alunos que estavam vinculados ao Movimento Estudantil perderam de certa forma a legitimidade de puxar movimentos na escola, pois ouviam da direção que a maioria dos alunos preferiam outra chapa.

Em setembro de 2016 os estudantes da escola se levantaram novamente e passaram a chamar e participar de manifestações na cidade. O grêmio, apesar de não se posicionar abertamente contra as manifestações, não se colocavam a construí-las, ficando esta tarefa aos estudantes do Movimento Estudantil. Quando pelo país começaram as ocupações de escola, o Grêmio da escola Stela Machado, orientados pela direção, realizaram uma reunião da diretoria e decidiram que o Grêmio era contra a ocupação da escola, passando a colocar cartazes pela escola combatendo a ideia de ocupação contra a Reforma do Ensino Médio.

Apesar de haver manifestações na cidade e duas escolas ocupadas, não houve movimento para ocupação da escola Stela Machado. Passando este período os alunos que participaram das ocupações foram se formando e os que ficaram desistiram de fazer a disputa do grêmio e no ano seguinte a chapa vencedora em 2016 se reelegeu.

Todos estes processos que aconteceram nesta década na Escola Stela Machado expõem a relação dos estudantes com o Grêmio Estudantil e a direção da escola, pois durante um período simplesmente não reivindicam o Grêmio e fazem ações por fora dele, quando reivindicam, sofrem com uma série de barreiras e intervenções impostas pela direção da escola amparadas pela Diretoria Regional de Ensino. Apesar de descrevermos as situações que ocorreram na escola Stela Machado, por vários relatos dos alunos de diferentes escolas, podemos supor que este contexto de controle sobre os Grêmios Estudantil e a atuação dos estudantes está presente na maioria das unidades escolares.

3.2 Os Grêmios e as ocupações de escola de 2015

Dentre as diversas ações realizadas pelo Movimento Estudantil secundarista em 2015 com certeza as ocupações de escolas foi a mais significativa, isto tanto pela visibilidade e vitória conquistada, quanto ao fato de ter servido de referência para a luta dos estudantes em outras escolas e estados, principalmente

para a onda de ocupações que ocorreram em 2016 contra a imposição da Medida Provisória da “reforma” do ensino médio.

A ocupação de escolas foi uma ação de um Movimento Estudantil secundarista que vem se reorganizando desde o início do ano de 2015 com os movimentos de apoio a greve dos professores do estado de São Paulo. Desta forma podemos separar as ações dos estudantes de 2015 em quatro momentos, o apoio a greve dos professores, as manifestações contra a “reorganização”, as ocupações de escolas e os trancamentos de avenidas, em um segundo momento das ocupações. Devemos entender estes quatro momentos não como coisas separadas entre si mas como parte de um processo de desenvolvimento da organização do Movimento Estudantil secundarista. Por isto ao estudarmos a relação dos Grêmios e as ocupações de escolas também estamos direta e indiretamente estudando esta relação nos demais momentos de ações dos estudantes secundaristas durante este ano.

Ao observar os movimentos produzidos pelos estudantes secundaristas durante o ano de 2015 percebemos que há raríssimas referências a participação do Grêmios Estudantis nestes eventos. Apesar de muitas vezes serem apresentados como a ferramenta para organização dos estudantes de uma escola e fruto da luta histórica dos estudantes secundaristas para conquistar o direito de se organizar através dos Grêmios, eles não estavam presentes enquanto organização na grande maioria dos movimentos de 2015. Pelos trabalhos e matérias produzidas, além do acompanhamento *in loco* das ocupações na cidade de Bauru foi possível fazer esta constatação de não presença ou presença insignificativa dos Grêmios neste movimento.

Das entrevistas coletadas entre os estudantes que estavam nas ocupações das quatro escolas ocupadas em Bauru e responderam ao questionário, apenas uma das estudantes entrevistadas era do Grêmio Estudantil de sua escola quando a ocupação ocorreu, além da grande maioria não participar do Grêmio na época das ocupações relatam também a não participação dos Grêmios na decisão de ocupar as escolas. Quando perguntados se a decisão de ocupar a escola foi tomada em reunião ou espaço Grêmio Estudantil, obtivemos respostas como as que colocamos abaixo:

Não, como o Grêmio do ano de 2015 foi eleito por uma eleição manipulada não éramos do Grêmio naquele ano. (Aluna da ocupação da escola Antonio Ferreria de Menezes)

Não, foi uma decisão do movimento estudantil. (Aluna da ocupação da escola Airtton Busch)

Não, foram por alunos que não participavam do grêmio. (Aluna da ocupação da escola Luiz Castanho de Almeida)

A decisão de ocupar as escolas, veio das reuniões do movimento Estudantil. Nunca vou me esquecer da reunião que foi feita com a mulecada no dia 16 de março às 19hrs em uma praça na Vila Souto, onde conversamos com alunos que já estava rolando a ocupações por todo o estado e era o momento da gente fortalecer com os milhares de alunos de São Paulo. Foi aí que nós alunos pensamos, organizamos e tiramos que iríamos ocupar a escola no dia 17 às 6:20 manhã, para não perder a nossa escola para a reorganização. (Aluno da ocupação da escola Stela Machado)

Os estudantes de cada escola seguem suas próprias dinâmicas para decidir a ação de ocupar sua escola, mas o que possuem em comum é o fato que esta decisão não partiu dos espaços do Grêmio Estudantil. Os estudantes não procuraram seguir as dinâmicas de organização dos Grêmios Estudantis para decidir o ato de ocupar e inclusive em alguns casos, a decisão não foi tomada nem no espaço no espaço escolar.

Um outro elemento ainda que podemos usar para constatar o distanciamento entre o Grêmio Estudantil e o movimento de ocupação são as respostas dadas pelos alunos ocupantes das escolas quando perguntados se na opinião deles a existência ou atuação do Grêmio Estudantil foi importante durante a Ocupação da sua escola. Algumas das respostas dadas pelos alunos, foram:

Não, pois nunca vi os participantes do grêmio ou melhor dizendo, não sabia se realmente existia o grêmio. (Aluna da ocupação da escola Luiz Castanho de Almeida)

Na época da ocupação, a galera do grêmio era contra. Eles fizeram até um grupo nos ameaçando, eles eram muito ligados a direção. (Aluno da ocupação da escola Stela Machado)

Não tínhamos grêmio então foi literalmente "*nois por nois*" lá dentro, se organizando e contando com alguns poucos professores apoiadores. (Aluna da ocupação da escola Airtton Bush)

Em 2015 não, pois como foi realizada uma eleição através de um boicote não houve uma participação eficaz e da maneira necessária

do Grêmio naquele ano. (Aluna da ocupação da escola Antonio Ferreira de Menezes)

Constatado esta condição de não participação efetiva dos grêmios no movimento de ocupações de escola, apresentaremos quatro possíveis motivos para que tenha ocorrido esta pouca representatividade dos Grêmios Estudantis durante as ações de 2015 e consecutivamente nas ocupações de escolas. São motivos que por estarem interligados não necessariamente serão colocados em um grau de mais ou menos influência sobre a situação atual dos grêmios, mas entendendo que estão relacionados.

Um primeiro motivo para a diminuta representação dos Grêmios durante as ocupações e os movimentos de 2015 se daria pela sua existência ser reduzida na rede de educação do estado de São Paulo, não existido em boa parte das escolas do estado, sem contar as escolas que possuem registro da existência de grêmio, mas eles não eram ativos. Podemos confirmar esta situação com os inquéritos civis produzidos pelo Ministério Público do Estado de São Paulo constatando esta situação e posteriormente confirmada pela Secretaria Estadual de Educação.

Acompanhamos, em inquéritos civis, que há falta de grêmios estudantis nas escolas e, mesmo quando eles existem, não exercem a participação, a eleição democrática. Diante disso, solicitamos um diagnóstico da secretaria para aperfeiçoar a estrutura”, disse o promotor João Paulo Faustinoni, do Grupo de Atuação Especial de Educação (Geduc). Após a pesquisa, a SEE constatou que há 3,4 mil colégios com grêmios na rede, mas nem todos atuantes e com eleições. (TOLEDO, 2015)

A não existência de Grêmios Estudantis atuantes em diversas escolas pode ser considerado um elemento para explicar a fraca presença dos grêmios em 2015, mas não explica tudo, pois existem elementos anteriores que levam a esta situação. É neste sentido que identificamos um segundo motivo explicativo para a não presença do Grêmio nos movimentos de 2015, que é a descontinuidade da sua atuação durante as últimas décadas.

O Movimento Estudantil secundarista foi muito atuante nos movimentos de resistência e combate à ditadura militar no século passado. Com o fim da ditadura e a abertura democrática os secundaristas se mantiveram atuantes e uma vitória que conseguem neste período é a lei que garante a existência dos Grêmios Estudantis e sua atuação de maneira autônoma, algo que haviam perdido durante o regime

militar. No início do século atual os estudantes secundaristas também estavam presentes no movimento chamando de “caras pintadas” e em movimentos pelo transporte público, mas esta atuação vai se tornando mais esporádicas e com menor repercussão ao longo dos anos, passando posteriormente vários anos sem registro de atuação dos estudantes enquanto movimento organizado.

A condição de estudante secundarista é uma condição provisória e dura poucos anos na vida das pessoas, fazendo com que haja uma renovação constante no quadro dos estudantes. Portanto, rompimentos na transmissão histórica das ações podem significar efeitos mais profundos entre os estudantes e sua atuação política, se apresentando este como um motivo para que os estudantes não usem o Grêmios como instrumento para as lutas que fazem em 2015. Por falta de referência histórica não enxergam os Grêmios como um espaço que pode lhes servir para organizar suas insatisfações.

Por outro lado, a diminuição das ações do Movimento Estudantil faz também com que os Grêmios passem a se focar em atividades mais simples dentro das escolas, e é esta realidade que os novos estudantes vão encontrando ao entrarem nas escolas. Logo, vão se adaptando a ver o Grêmio, quando existem, como um espaço para realizar atividades recreativas e as vezes nem isto.

Existe ainda um terceiro motivo para o distanciamento dos Grêmios, o qual vamos denominar como falta de autonomia dos Grêmios Estudantis. É sabido que mesmo com a aprovação da “Lei do Grêmio Livre”, os Grêmios Estudantis vão enfrentando dificuldades para funcionar autonomamente desde a aprovação da referida lei. Sofrem com intervenções do estado e das direções das escolas nos seus estatutos, eleições e ações, promovendo o desinteresse cada vez maior dos estudantes em atuarem através dos grêmios.

Esta condição de determinação externa é de tal maneira que somente quando a direção da escola tem um perfil mais aberto os Grêmios possuem uma maior presença e atuação, mas ainda assim mais condicionada a condição da direção do que da sua própria. Desta maneira é compreensivo que quando os estudantes buscam se organizar para lutar e fazer enfrentamento ao governo não tenham referência no Grêmio Estudantil como o caminho, pois este é visto muito mais como algo da direção do que dos alunos.

Podemos confirmar esta situação nas respostas dadas por alguns estudantes que estavam nas ocupações de escolas em Bauru quando perguntados

se na opinião deles “a direção da escola incentiva ou desencoraja a autonomia e a participação dos estudantes no Grêmio Estudantil”. Obtivemos respostas como as abaixo:

Enquanto aluno eu nunca enxerguei o grêmio como algo que fizesse diferença justamente por não ter incentivo da direção. Dito isso, é perceptível que o grêmio era montado pela gestão para ser mostrado em eventos da D.E e depois da ocupação ocorreram práticas nas eleições que desencorajaram os alunos a participarem de qualquer ato político dentro da Escola. (Aluno da ocupação da escola Airton Bush)

O Grêmio Estudantil hoje infelizmente é apenas um protocolo que as escolas tem que seguir que não há valor por parte da maioria das escolas públicas, e quando um corpo docente não mostra de fato o papel, não respeita o espaço que tem que ser concedido por direito do Grêmio e não estimula o senso crítico e a democracia, encontramos alunos desencorajados dentro das escolas e Grêmios inexistentes. (Aluna a ocupação da escola Stela Machado)

Desencoraja, pois não existe liberdade de executar nossas propostas. (Aluna da escola Luiz Castanho de Almeida)

Infelizmente na escola em que eu estudei, tentamos a candidatura em 2015 para grêmio estudantil, fomos boicotados pois apoiávamos as manifestações e greve de professores fazendo com que outros alunos também participassem! Em 2016 tentamos novamente e conseguimos, mas os boicotes não pararam. Sempre tentávamos levar atividades diferentes para a escola, palestras cujo os temas seriam sobre algum assunto "polêmico" e de grande importância eram barrados pela direção. (Aluna da escola Antonio Ferreira de Menezes)

Apesar de serem de escolas diferentes a realidade relatada pelos estudantes das diversas escolas ocupadas em Bauru em 2015 a respeito da relação da direção com os Grêmios é bastante semelhante, mostrando uma visão negativa na intervenção das direções nos Grêmios.

Um quarto motivo que nos ajuda a explicar a pouca presença do Grêmio nos movimentos estudantis de 2015 é quanto aos formatos organizativos que foram apresentados. Com influência dos movimentos de junho de 2013 no Brasil, o Movimento Estudantil secundarista de 2015 tem como suas marcas a horizontalidade, a democracia direta e a não cristalização de lideranças. Estas características ficaram muito mais claras nas ocupações das escolas, até mesmo por ter sido a ação que chamou mais a atenção e da qual se tem mais estudos e

materiais produzidos. Um exemplo de um trabalho que chega nesta conclusão é o estudo de Luís A. Groppo, onde diz que:

Entre os seus aspectos políticos, as ocupações, como dito, recuperam e recriam o modelo de ocupações de instituições de ensino. Contudo, o produto de recriação aprofunda seu potencial democrático, participativo e horizontal. Também é fortalecido o caráter auto gestor de modelo das ocupações, fortemente marcado pelo trabalho das comissões, com tarefas rotativas, buscando também romper os estereótipos de gêneros e a divisão entre líderes e “massa” (GROPPO, 2018, p. 112)

Também neste mesmo caminho vão as conclusões de Conti, Corrochano e Alves na pesquisa intitulada “ocupar e resistir”: A insurreição dos estudantes paulista”. Colocam que;

As estratégias utilizadas tais como as assembleias, a valorização da horizontalidade e certa desconfiança e recusa à política tradicional com seus partidos e lógicas institucionalizadas aproximam as ocupações de um conjunto de novas modalidades de ações coletivas que vem sendo analisadas em um conjunto significativo de pesquisas desde o início dos anos de 2000. (CONTI et al, 2018, p. 137)

Quando comparamos este formato de organização com o formato e organização da maioria dos Grêmios ativos podemos perceber um distanciamento grande entre eles. Enquanto a organização das ocupações se apresentam sem hierarquia interna o Grêmios Estudantis de maneira geral são marcados por toda uma estrutura hierárquica e centralizada, com figura do presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro etc. Desta forma podemos perceber o abismo existente entre os dois formatos de organização, um marcado pela descentralização e horizontalidade o outro pela centralização e hierarquia.

Quando estudamos os movimentos que antecederam as ocupações e as próprias ocupações em si, podemos concluir que o formato utilizado na maioria dos Grêmios está distante da organização concreta dos estudantes nas suas lutas. Ao mesmo tempo vemos que o modelo de estatuto apresentando tanto pela secretaria da educação do estado de São Paulo quanto pela própria UBES é o mesmo. Disponibilizam uma proposta construída pelo “Instituto Sou da Paz” que chama-se “Grêmio em Forma” que apresenta um modelo de organização aos Grêmios de forma centralizada, ainda que ofereça a possibilidade de mudança do nome de presidente para coordenador geral.

Desta forma os estudantes ao se organizarem e realizarem suas lutas, rompem com um modelo de organização apresentado tanto pelo governo quanto pela sua entidade de representação nacional, a UBES, colocando assim o Grêmio como algo alheio as ações do Movimento Estudantil.

Outro aspecto relacionado as diferenciações de formato de organização dos grêmios e a organização das ocupações, que vai além da centralização e hierarquia, é que a organização do Grêmio nos modelos que estão colocados pressupõe uma divisão rígida de tarefas e burocratização das suas ações. Os estatutos dos Grêmios preveem os cargos e as funções estatutárias para cada um destes cargos, além disto tem todos os prazos e procedimentos para convocação e realização de assembleias. O que ocorre na maioria das ocupações é uma alternância na execução das tarefas e a realização de atividades e assembleias sem seguir os procedimentos burocráticos definidos por estatutos, mas buscando garantir o envolvimento de todos que estão presentes na luta, cada nova situação ou procedimento que deve ser adotado é determinado em assembleia.

Portanto, são estas quatro situações apresentadas acima que podemos usar como explicação para a não presença dos grêmios neste momento histórico da atuação dos estudantes secundaristas, marcados pelas manifestações a favor da greve dos professores, manifestações contra o projeto de “reorganização” e os trancamentos de avenidas. É a junção das situações, que estão conectadas entre si, que trazem a situação vivenciada em 2015 e podem servir de referência caso a busca seja superar este quadro.

Sobre o tema ainda seria importante pontuar como os movimentos organizados lidaram com a ausência dos grêmios durante este processo, esta era uma questão que preocupava os estudantes naquele momento? Quando pegamos as pautas e propostas elaboradas pelo “comando de escolas ocupadas”, grupo organizado através participação de diversas escolas ocupadas na cidade de São Paulo, percebemos que não aparece entre suas propostas algo sobre os Grêmios Estudantis nas escolas no pós-ocupação, a preocupação é quanto a quantidade de alunos por sala, melhorias na infraestrutura das escolas e a punição as que participaram ou apoiaram as ocupações.

Somos contra:

-A reorganização escolar e o fechamento de escolas e salas.

Propomos:

- Menor quantidade de alunos por sala
 - Nenhuma punição a estudantes, professores e apoiadores.
 - Melhorias na infraestrutura das escolas.
- (O MAL-EDUCADO, 2015)

A não existência de propostas relacionadas aos Grêmios mesmo depois da organização de diversas ações sem sua presença acaba mostrando o quanto esta questão ficou secundária para os estudantes neste momento da história.

No caso dos estudantes de Bauru, apesar de apenas uma das estudantes das ocupações que respondeu a entrevista pertencer ao Grêmio estudantil de sua escola, na carta de reivindicação construída pelos estudantes das quatro escolas ocupadas e dirigida a Dirigente regional de ensino, pontuam também a preocupação com as perseguições no pós-ocupação, mas aparece um ponto específico sobre a participação dos estudantes nas decisões das escolas e os Grêmios Estudantis.

A dirigente Regional de Ensino de Bauru

Nós alunos das escolas ocupadas E.E. Stela Machado, E.E. Vereador Antônio Ferreira de Menezes e E.E. Professor Ayrton Bush, com a suspensão da reorganização, discutimos em assembleias e chegamos a conclusão que só desocuparemos as escolas acima citadas, caso sejam aceitas nossas reivindicações abaixo:

- Não haverá nenhuma forma de retaliação, perseguição e/ou qualquer outra ação que venha criminalizar alunos, professores, pais e apoiadores da ocupação.
- Deverá haver a garantia de que haja participação efetiva dos estudantes nas decisões da escola. Com finalidades educacionais, educacionais, culturais, cívicas, esportiva e sociais. Com base no Art. 1º da lei nº 7.398, de 4 de dezembro de 1985. Disponibilizando assim, também, um espaço físico permanente para a instalação e realização das atividades do movimento estudantil/grêmio, assegurado no Art. 6º da lei estadual nº 15667, de janeiro de 2015.
- Deverá haver uma retratação pública da Dirigente Regional de Ensino, Sra. Gina Sanches, por ter tornado pública, supostas “denúncias anônimas”, que afirmavam que estudantes estivessem portando e/ou utilizando drogas nas dependências das escolas ocupadas; é requerida esta pauta, pois não houve qualquer forma de averiguação, para comprovar se denúncias acima citadas, fossem, de fato, verídicas.

Bauru, 7 de dezembro de 2015.

(DOCUMENTO DAS ESCOLAS OCUPADAS DE BAURU, 2015)

Contudo, mesmo com o “compromisso” da dirigente regional de ensino se comprometendo a garantir as condições de organização e participação dos

estudantes das escolas ocupadas conforme o que é garantido nas leis previstas, não há uma efetivação destas condições no pós-ocupação.

Os momentos de atuação dos estudantes em 2015 foram muito importantes para podermos avaliar a condição atual da organização estudantil secundarista e a sua atuação nos Grêmios Estudantis. Esta análise se faz importante pois algumas questões são colocadas ao Movimento Estudantil por conta da sua atuação no período atual. A disputa dos grêmios seria o caminho para o fortalecimento da atuação política dos estudantes secundarista das escolas públicas? Outra questão é se é possível reverter os mecanismos de controle estabelecidos sobre os Grêmios? E por último, é possível reformular o formato do grêmio para que seja mais próximo da realidade da organização dos estudantes em luta?

São questões que estão colocadas no momento atual e que precisarão ser respondidas e principalmente serem respondidas pelos próprios estudantes secundaristas, para conseguirem definir de maneira consciente os caminhos que o movimento de seguir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: GRÊMIO, DOS ESTUDANTES OU DO GOVERNO?

As manifestações e em seguida as ocupações de escolas que ocorreram no estado de São Paulo em 2015 foram vitoriosas, fizeram com o governo tivesse que ao menos oficialmente voltar atrás no projeto de “reorganização” das escolas e fez o secretário de educação da época pedir exoneração. Sem sombras de dúvidas o movimento abalou as estruturas da secretaria da educação naquele momento, principalmente por ter sido uma derrota promovida por estudantes da rede.

No início do ano de 2016 o novo secretário de educação do estado anuncia um projeto do governo, que seria realizado através da secretaria da educação, para incentivar a organização de Grêmios em todas as escolas do estado. A princípio, olhando de maneira superficial, parece contraditório, um governo que acabou de ser derrotado pela mobilização estudantes secundaristas no ano anterior, estivesse incentivando a organização destes próprios estudantes. O que temos na verdade é mais um capítulo da disputa entre os governos e os estudantes pelo controle dos Grêmios Estudantis enquanto entidade de representação estudantil.

Esta busca pelo controle da organização dos estudantes secundaristas tem seu início há muitos anos atrás, ocorre durante a ditadura militar no Brasil, quando os militares ao invés de simplesmente proibir a organização dos Grêmios, os legaliza. Também poderia aparentar uma contradição legalizar a organização estudantil em um período que estes estudantes são os que mais contestam a ditadura, mas sabiam que proibir a atuação da organização estudantil não garantia que enfraqueceria os movimentos questionatórios, por outro lado, os legalizando possibilitava um maior controle e limitação de suas ações.

Após as manifestações de 1968 que envolveu forte participação dos estudantes secundaristas e mostrou uma grande força de mobilização dos estudantes, a ditadura apesar de suspender os direitos no país com o AI-5 e ampliar a repressão pela violência, não suprimiu totalmente a possibilidade dos estudantes secundaristas de se organizarem nas suas escolas, mas colocou um meio de controle sobre esta organização. Fez isto através da lei que define que esta organização vai se chamar Centro Cívico Escolar, com atividades já delimitadas por lei, com aprovação da direção para formar chapas e uma vez eleitos teriam suas reuniões e atividades acompanhadas pelo professor “orientador”. (BRASIL, 1971)

Portanto, a preocupação principal não é impedir a ação de estudantes, mas que esta ação seja controlada, como também direcionada no sentido a favorecer a manutenção do sistema. Os Centros Cívicos Escolares estavam envoltos de alguns procedimentos que lhes possibilitava um véu de legitimidade, uma vez que os estudantes poderiam formar “chapas” e se obtivessem a “aprovação do diretor”, poderiam disputar a preferência dos votos dos alunos com as demais chapas e caso eleitos poderiam gerir os centros cívicos de acordo com as propostas que apresentaram no período da eleição.

Para garantir todo este processo ainda havia nas escolas o “professor orientador” dos Centros Cívicos, professor escolhido pela direção dentre os professores da unidade escolar para também ser responsável pela disciplina de Educação Moral e Cívica. Este profissional tinha dentro da sua carga horária um tempo destinado para orientar as atividades dos Centros Cívicos.

Mauro Noffs, que participava do Centro Cívico da Escola de Aplicação em 1973, conta como era a realidade da atuação nos Centros Cívicos:

Como a repressão política era muito grande, você não podia desenvolver uma atividade que tivesse qualquer implicação política. A própria natureza do centro cívico não permitia, tudo era submetido à censura da direção da escola. Quando você começava a desenvolver alguma coisa, mesmo que fosse na área cultural, e começava a aglomerar muita gente, a diretoria da escola sempre agia no sentido de acabar com a atividade. O resultado prático era que você nunca podia realizar o que queria, mesmo um simples jogo de futebol. (GHANEM, 1989, p. 38)

Porém, com todos estes mecanismos de controle e com este véu de legitimidade construída por disputa de chapas e eleição o Estado não só tinha condição de controlar e destinar as atividades dos estudantes segundo seus interesses, como também tinha um mecanismo para argumentar, caso houvesse movimentação dos estudantes por fora das organizações previstas, que estas ações eram minoritárias e sem legitimidade diante da maioria dos estudantes. Para colaborar com esta situação os Centros Cívicos, eleitos com os votos dos estudantes, teriam condições também de se posicionar contra o movimento, representando os estudantes das escolas.

Os estudantes secundaristas, encurralados por vários lados, ficavam em um dilema quanto a sua atuação, pois realizar manifestações de rua era muito difícil

por conta da repressão violenta e por outro lado a organização dentro da escola está controlada pelo governo. Diante desta situação alguns estudantes optaram pela luta armada enquanto outros optam por adentrar aos Centros Cívicos mesmo com todos os seus problemas de controle e tentar por dentro deles modificar a condição que viviam.

Alguns estudantes que fizeram a opção de se organizar por dentro dos Centros Cívicos acabaram logrando algum êxito, mas além de ser muito raro, quando isto ocorria, dependia muito mais do perfil menos autoritário da direção da escola e do professor orientador do que da construção dos próprios alunos, pois só poderiam formar chapas com autorização prévia da direção e só poderiam realizar tarefas acompanhados do professor orientador.

Todos estes mecanismos criados pelo governo para realizar o controle da organização estudantil, combinado por um aumento da violência como forma de reprimir ou dizimar movimentos de contestação, foram eficientes para diminuir a intervenção política dos estudantes secundaristas durante os chamados “anos de chumbo” da ditadura militar no Brasil.

A partir do final da década de 70 e início da década de 80 do século passado a ditadura vai enfraquecendo e vai abrindo espaço para a atuação política e a esperança da construção de uma sociedade democrática. Os estudantes, como reflexo do que viveram durante a ditadura, ansiavam por garantir o direito de liberdade para a sua organização.

Contudo, o fim da ditadura e a volta da democracia significou principalmente uma mudança política, garantindo maior liberdade as pessoas e a participação política enquanto um direito, contudo não significou uma mudança nas estruturas da sociedade, no modelo de produção e no seu status quo. Neste sentido a necessidade de controle sobre as condições de organização dos trabalhadores ainda continua, há maior abertura e a legalização das suas organizações, mas ainda dentro dos limites colocados pela classe dominante. A dominação que antes era abertamente pela força e violência passa a ter uma maior intervenção ideológica.

Com a organização dos estudantes secundaristas não foi diferente, passado os anos de ditadura uma nova lei foi aprovada revoga a antiga lei dos Centros Cívicos Escolares e legaliza a organização de Grêmios Estudantis de forma autônoma. A referida lei trás as organizações dos Grêmios para legalidade, garante

direito de organização e autonomia, mas não apresenta mecanismos para garantir estas condições na prática.

A busca pelo controle da organização dos estudantes secundaristas ainda continua mesmo com o fim da ditadura militar. No estado de São Paulo não havia transcorrido nem 2 anos da aprovação da lei denominada de “lei do grêmio livre” e um mero comunicado da secretaria da educação devolve aos diretores o poder de decidir sobre a entrada das entidades estudantis nas escolas e se os estudantes poderiam ou não realizar reuniões nas escolas.

É também neste momento, que vemos a mudança da estratégia do governo em relação aos Grêmios, se antes a busca é por impedir a sua organização e limitar a sua atuação, agora a estratégia passa a ser outra, o Estado passa a se apresentar como o grande incentivador dos Grêmios Estudantis e desta forma passa a incentivar a sua organização segundo os seus interesses.

Se com o comunicado da secretaria de educação de São Paulo as entidades estudantis ficariam condicionadas a autorização das direções para adentrar as escolas, coisa que raramente era autorizada, quem iria orientar os estudantes no momento de organizar os grêmios? Com o obstáculo para as entidades estudantis adentrarem as escolas abria-se um vazio quanto a quem orientaria a organização dos grêmios. É neste momento que o estado passa a assumir como sua a tarefa de incentivar a organização dos Grêmios. Primeiro foi criado o problema com a limitação da entrada das entidades nas escolas e em seguida o estado apresenta a solução, se colocando como necessário para o desenvolvimento dos Grêmios.

A partir deste momento o Estado, através da FDE, que na época tomava a frente das ações do governo na educação, passa a organizar materiais e encontros para orientar os estudantes quanto a organização dos Grêmios.

Em julho de 1988, a FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação organizou na capital de São Paulo, ao qual compareceram cerca de cinco mil. Seu nome era convidativo: “Grêmio Estudantil: você é o encontro. Participe, discuta, opine e divirta-se.” Neste dia foram entregues aos alunos exemplares contendo modelo de estatuto do GE e da Legislação pertinente. (PESCUMA, 1990, p.73)

O encontro serviu para iniciar um trabalho de formação de alunos para organização dos Grêmios Estudantis como iniciativa do Estado, o encontro além de explicar aos alunos o que é um Grêmio Estudantil na visão do Estado, foi fornecido também aos estudantes, cópias de estatuto para que possam usar para formar ou legalizar os Grêmios em suas escolas. A ação é de tal forma estratégica que mesmo sofrendo com a incompreensão e a resistência de algumas direções de escolas o encontro foi realizado.

Logo pela manhã, a meninada começou a chegar e eu tinha uma organização perfeita, e procurei fechar todos os pontos possíveis. Não pedi colaboração do pessoal da rede, porque não depositava neles um voto de confiança. Contava com pessoas da Fundação, até de outras diretorias, ou melhor, contava com pessoas afinadas com a proposta.

[...]Este evento é uma decisão do secretário da Educação, portanto ele vai acontecer (...) e com seus cargos são de confiança da Secretaria não compete discussão, mas, é necessário trabalho para que o encontro aconteça. Foi somente a partir daí que eles calaram a boca. (PESCUMA, 1990, p.74)

Outro aspecto que demonstra o encontro com os estudantes como uma ação estratégica foi pelo fato de não convidar nenhuma entidade estudantil para acompanhar o encontro, além de ter tomado algumas ações para evitar que estudantes ligados as entidades estudantis tivesse acesso ao encontro. Quando questionados sobre não ter convidado as entidades estudantis a equipe da FDE deixa clara que formar grêmios estudantis é de interesse do estado.

Compete à SE trabalhar com alunos, interessa a SE a formação de grêmios estudantis nas escolas; e movimento estudantil é outra coisa. (...) Eu não tinha convidado entidades, pois, estava fazendo em encontro de alunos e não de entidades, e a finalidade deste era a divulgação e a distribuição do material, levando este aluno a reproduzir a discussão em sua escola. (PESCUMA, 1990, p. 77)

A estratégia de colocar o Estado como o incentivador da organização dos Grêmios Estudantis se apresentou como um bom caminho para realizar o controle sobre a organização estudantil e passa a ser uma política constante do governo do estado de São Paulo. Como discurso para justificar a ação do Estado em promover a organização dos Grêmios Estudantis é usado também o argumento de incentivo a democratização das escolas, dizendo que a existência de Grêmios Estudantis é uma forma de garantir uma escola democrática, como prevê a LDB de 1996. Porém, não foram abandonadas por completo as estratégias de intervenção direta nos grêmios,

realizadas por professores e direções das escolas quando entendem ser necessárias.

Avaliando estes aspectos podemos afirmar que o projeto de incentivar a organização dos Grêmios Estudantis mesmo depois de sofrer uma derrota decorrente da ação organizada deste movimento não é nada contraditório, há décadas de experiência por parte do Estado em como executar o controle sobre as organizações estudantis secundaristas, seja por um Estado repressor, como durante a ditadura militar, seja por um “Estado promotor” da organização estudantil como está sendo no pós-período militar. No estado de São Paulo a primeira estratégia de interferência foi através do comunicado da secretaria da educação devolvendo o poder de decisão sobre a atuação dos estudantes na escola ao diretor da unidade escolar. Dificultando a ação das entidades estudantis em auxiliar os estudantes na organização dos Grêmios o Estado passa ele próprio assumir o papel de informar e incentivar os estudantes a organizarem os seus Grêmios.

Outra demonstração de que se trata de uma ação estratégica do Estado podemos observar com a aprovação da “lei do bônus” no estado de São Paulo, que determina os critérios para que professores, direção, supervisão e dirigente de ensino tenham o direito de receber a bonificação salarial, um destes critérios é a existência de Grêmio Estudantil na escola. Com salários defasados a possibilidade de receber o “bônus” para muitos é a possibilidade de ter alguma melhoria salarial.

Além da legislação implementada na década de 1980, que assegura a legalidade do “grêmio estudantil” (Lei federal no 7.398, de novembro de 1985), atualmente existe, por parte da SEESP (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), a determinação para que haja uma vinculação expressa entre a existência dessa instância estudantil dentro das escolas e o Bônus Mérito 8 (que constitui vantagem pecuniária a ser concedida uma única vez no ano, aos integrantes das classes docentes ocupantes de cargo ou função-atividade do Professor de Educação Básica I, de Professor de Educação Básica II e de Professor II, em exercício nas unidades escolares e órgãos da estrutura básica da Secretaria de Estado da Educação).

Essa determinação (vinculação de bônus mérito à existência de grêmio estudantil na unidade escolar), aparentemente positiva, tem levado diretores de escola a induzir os alunos a formarem as agremiações dentro dos prazos estipulados pelas Diretorias de Ensino e Secretaria de Educação do Estado, segundo decreto no 48.486 de fevereiro de 2004, artigo 4o, inciso II, b (CARLOS, 2006, p.18)

A organização dos Grêmios Estudantis que deveria ser de interesse dos estudantes passa a ser do interesse dos governos, das direções e dos professores. Os estudantes passam a ser secundários nesta ação, o que torna compreensivo a crescente perda de interesse dos estudantes por atuarem através dos Grêmios Estudantis.

O Estado não só mantém este papel de “incentivador” do Grêmio Estudantil como também em um segundo momento retoma uma condição que era utilizada nos Centros Cívicos Escolares no período da ditadura militar, a destinação por parte das direções das escolas de um professor para acompanhar os Grêmios Estudantis. Como não foi possível encontrar lei ou comunicado recriando esta condição, não conseguimos precisar em qual data deu início esta ação, mas a referência a este professor já aparece em documentos da secretaria da educação desde 2012. A falta de lei que regule suas ações faz também com que exista várias definições de nomes para este professor, aparece as vezes como “professor orientador”, as vezes como “professor representante” e as vezes como “professor interlocutor” do grêmio.

A prática de controle sobre os grêmios se cristaliza de tal forma que o Estado passa a definir o período que as eleições devem ocorrer nas escolas e posteriormente ações que devem ser desenvolvidas pelos Grêmios dentro das escolas, por exemplo, o incentivo aos demais estudantes para que se dediquem na realização das provas do SARESP. É comum que as diretorias de ensino possuam um calendário de encontros regionais com professores que acompanham os Grêmios e com alunos dos Grêmios para orientar sobre uma série de atividades que devem ser realizadas nas escolas.

Desta forma, entrado a segunda década do século XXI os estudantes estão cercados por vários lados, as entidades estudantis se burocratizaram, se distanciando das bases estudantis, o governo que assumiu o papel de incentivo dos Grêmios e nas escolas as direções e os professores que acompanham os Grêmios fazendo o controle de suas ações. São nestas condições que chegamos em 2015, é este o contexto que envolve os estudantes quando passam a se movimentar para apoiar os professores em greve, contra o projeto de “reorganização” e das ocupações de escola.

Quando as ocupações acabam o governo derrotado passa de imediato a reafirmar seu papel de incentivador da organização do Grêmio, pois foi através desta ferramenta que conseguiu manter o controle dos Grêmios durante décadas, talvez

com algumas mudanças por conta da troca do secretário da educação, mas mantendo a mesma lógica de intervenção na organização dos Grêmios Estudantis.

Já no início do ano letivo pós ocupação de escola, o novo secretário anuncia uma série de encontros com estudantes pelo estado de São Paulo, contando com a presença do próprio secretário de educação, este projeto passou a ser chamado de “A escola que queremos” e teve início pela diretoria de ensino de Bauru. Quando questionado por um jornal da cidade se a ação do governo ocorria como resposta as ocupações de escolas o secretário respondeu da seguinte forma:

As ocupações foram mínimas: 0,2% das escolas foram ocupadas, principalmente, por aqueles que não faziam parte delas. Nós tivemos até muitos alunos querendo dar fim a esse movimento ilegítimo, de pessoas de fora da escola, que depredaram os prédios e quebraram equipamentos. Essa movimentação mínima não teria merecido uma atuação da Secretaria, de devolver vez e voz para o alunado, além de facilitar a formação de núcleos de participação ativa de estudantes - através dos grêmios, fórmula prevista em lei e tradicional no Brasil. Nós conseguimos fazer com que 92% das escolas estaduais tivessem grêmio. É importante que o Brasil invista naqueles que terão a responsabilidade de escolher os seus representantes. Mais do que isso: é a noção de fiscalizar o mandatário. Logo, o evento tem um objetivo muito mais abrangente do que responder a uma questão episódica, que não contou o beneplácito daqueles que, realmente, pensam no futuro do País. (MILANEZ, 2017)

Primeiramente o secretário inferioriza as ocupações de escolas as colocando como algo isolado e ocorrida em uma quantidade infima de escolas, depois coloca como se o movimento fosse feito por “pessoas de fora da escola” e que “muitos alunos” foram contra. Há uma intenção clara em desqualificar as ocupações e colocá-las como não representando a maioria dos estudantes das escolas para depois reafirmar a ação do Estado em promover a organização dos Grêmios, o secretário demonstra claramente a intervenção do Estado quando atribui como fruto da ação do governo a existência de Grêmio as escolas, isto fica evidente quando faz a seguinte afirmação: “Nós conseguimos fazer com que 92% das escolas estaduais tivessem grêmio”.

Contudo, encontro do projeto da “A escola que queremos” não foi exatamente como pretendia a secretaria da educação. Mesmo com os filtros colocadas alguns poucos alunos que participavam do Movimento Estudantil conseguiram participar do evento, na escola Stela Machado como vimos acima, para

participar os alunos fizeram com que a definição de quem participaria fosse feita por fora do Grêmio. Uma vez dentro do evento assim que tiveram oportunidade passaram a cobrar o secretário sobre contradições existentes no evento que estava ocorrendo.

A discussão ficou polarizada quando uma estudante da escola estadual Stela Machado, uma das 196 ocupadas em 2015 contra a reorganização, ressaltou que o tema não havia sido debatido. “Por que nos slides só tem as coisas boas que o grêmio fez? Por que não tem ocupação? Por que não tem reorganização das escolas? Por que o pessoal do lado de fora não pode entrar? Dois lados devem ser ouvidos”. (TOLEDO, 2016)

Quando observamos todo este panorama, podemos portanto afirmar que não há nenhuma contradição por parte do governo do Estado em se colocar como o promotor da organização dos estudantes em grêmios estudantis depois de ser derrotado pelo movimento de ocupação, que na verdade é apenas a reafirmação de uma estratégia utilizada pelo Estado desde o fim da ditadura militar para continuar mantendo o controle sobre a organização dos estudantes secundaristas de escolas públicas. Lembrando que ao mesmo tempo diversas práticas realizadas durante o período da ditadura militar no Brasil ainda são promovidas pela secretaria da educação, como a existência de um professor para acompanhar as atividades dos grêmios e o poder dado as direções das escolas para controlar a organização dos estudantes.

A condição de controle exercida dentro das escolas pode ser também constatada no relato que produzimos sobre a realidade do Movimento Estudantil na escola Stela Machado, uma das escolas ocupadas em 2015, onde os estudantes sofrem uma série de perseguições no pós-ocupações e precisam realizar vários confrontos desgastantes com a direção da escola para conseguir modificar o estatuto do Grêmio Estudantil. Após alguns meses de conflito com a direção da escola o estatuto é aprovado e ao realizarem a eleição para a direção do Grêmio Estudantil os alunos envolvidos no Movimento Estudantil, na ocupação da escola e nos enfrentamentos com a direção, são derrotados. Esta foi a segunda vez que o Movimento Estudantil da escola buscava participar da eleição para o Grêmio estudantil, das duas vezes denunciavam que houve interferência da direção da escola no processo de eleição favorecendo uma chapa e nos dois momentos foram derrotados na eleição.

Em entrevista para o jornal “O Estado de São Paulo” o secretário de educação é questionado sobre as denúncias de interferência das direções nas eleições dos Grêmios, o secretário além de não negar que isto ocorra, não apresenta nenhuma proposta para lidar com as denúncias feitas, encerrando a questão colocando a sua visão sobre legitimidade.

Jornal: Como o sr. avalia as críticas de estudantes de que muitos grêmios formados neste ano tiveram apoio das diretorias e, portanto, não são legítimos? Muitos alunos dizem que estes grupos não atuam por melhorias nas escolas, mas para “pacificar” os alunos que querem invadir as unidades ou fazer protesto.

Secretário: Tenho participado de encontro gremistas e me entusiasmado com a clareza desses jovens que mostraram plena consciência do que significa um grêmio: treinamento para o exercício da cidadania. O que significa legitimidade? Observar as regras estipuladas democraticamente e resultante de consenso que partilha a grande maioria dos interessados.

O controle da organização dos estudantes é algo permanente em nossa sociedade, mesmo que esta forma de controle mude em alguns aspectos com passar dos anos, como na mudança da ditadura para a democracia, ela ainda continua existindo, ainda há uma necessidade do Estado em controlar a ação dos estudantes secundaristas.

A motivação principal para justificar este permanente controle se dá pelo caráter de classe que o Estado apresenta, representando os interesses das classes dominantes tanto na ditadura, quanto na democracia, o Estado utiliza boa parte da sua estrutura para promover o controle sobre a classe trabalhadora. Este controle se faz de forma direta ou indireta sobre as organizações dos trabalhadores, como sindicatos ou entidades de classe, e também das organizações dos filhos destes trabalhadores através do controle dos Grêmios Estudantis. A garantia da manutenção do *status quo* na sociedade depende necessariamente do controle sobre aqueles que tem condições e interesses em modificá-la e esta garantia precisa ser permanente.

Os estudantes das escolas públicas, filhos de trabalhadores, se colocam na condição de trabalhadores em formação e neste sentido permitir que tenha a possibilidade de experiências de organização e de luta que inclusive possam ser positivas, oferece um potencial risco para a manutenção das relações sociais neste

sociedade, seja no momento atual enquanto estudantes, seja posteriormente enquanto trabalhadores.

Este quadro colocado até o momento demonstra a atuação do Estado na busca de controle da atuação dos estudantes através do controle de suas entidades, mas não podemos construir uma perspectiva que tudo isto foi feito sem a resistência dos estudantes. Durante a ditadura os estudantes realizaram manifestações e ações contra o governo mesmo com toda a estrutura de repressão sobre eles e suas entidades. Quando da implementação dos Centros Cívicos, estudantes que não optaram pela luta armada passam fazer a disputa por dentro dos Centros Cívicos Escolares para demonstrar suas contradições.

Antes mesmo de acabar a ditadura os estudantes secundaristas estão se somando na luta pela reabertura política ao mesmo tempo que pedem liberdades para os Grêmios Estudantis. A existência de um Grêmio livre era o maior anseio dos estudantes em relação a sua organização no pós-ditadura e buscaram conquistar isto por vários caminhos. Quando aprova-se a lei 7.398/1985, passou-se a chamá-la de “lei do grêmio livre”, contudo ela tem apenas um artigo que fala sobre a organização dos Grêmios e contanto com apenas três parágrafos, sendo um deles vetado pelo presidente da época José Sarney. Apesar do apelido recebido a lei, como vimos, não garantiu a organização e a autonomia dos Grêmios Estudantis, fez somente que o sistema de controle se modificasse um pouco, mas ainda existindo.

A lei não considera as dificuldades de se garantir autonomia real dentro de uma estrutura escolar marcada pela hierarquia e centralização de poder, como também as dificuldades existentes em se garantir um processo eleitoral justo dentro das estruturas destas escolas. Imaginar a existência de Grêmios Estudantis realmente autônomos dentro de uma estrutura escolar marcada pelo controle e centralização é algo que só pode ser feito se afastando da realidade concreta.

A lei possibilita aos estudantes encaminharem as suas lutas por dentro dos Grêmios Estudantis, mas, uma vez no Grêmio Estudantil ele está sujeito também as regras e as hierarquias da escola, desta forma o Grêmio institucionalizado pode se apresentar como um instrumento que limita a ação dos estudantes organizados, uma vez que as suas limitações e regras podem submeter a luta dos estudantes e não o contrário.

Quando da ocupação das escolas a maior parte das escolas do estado e todas de Bauru optaram por não organizar as ocupações através dos grêmios e em

geral eles pouco contribuíram para este momento de luta. Os estudantes apresentaram formas de organização horizontal e com democracia direta, distintas das formas que são colocadas na maioria dos estatutos gremistas, que na sua maioria são hierarquizadas e burocráticas, apresentando uma distância profunda entre os dois formatos organizativos. A organização das manifestações, dos atos, atividades e ocupações não seguem condições institucionais, não tem uma centralização formal, apresentam-se enquanto Movimento Estudantil e desta forma dificultou inclusive ações do governo para controle deste movimento.

Por outro lado, boa parte dos estudantes do Estado e todos de Bauru que antes e após as ocupações tentaram usar o Grêmio para organizar a luta em suas escolas tiveram experiências negativas. Relatam intervenção de professores e direções no processo de mudança do estatuto e nas eleições. Na escola que conseguiram serem eleitos ficaram frustrados pois não conseguiram realizar boa parte do que planejavam por conta de limites colocados pela direção.

Frente a tudo que foi exposto, retomamos ao tema destas considerações finais: grêmio, do governo ou dos estudantes? Ele é uma reivindicação histórica do Movimento Estudantil secundarista, mas na boa parte da história esteve mais sob o controle do estado do que dos estudantes. Como será a saída esta condição só os próprios estudantes poderão construir este caminho, os movimentos dos estudantes em 2015 demonstraram algumas possibilidades, mas elas ainda precisam ser cristalizadas pelos próprios estudante.

Na cidade de Bauru os estudantes de várias escolas criam um espaço de organização não institucionalizado para poderem organizarem suas lutas, o Movimento Estudantil Secundarista de Bauru. Na prática, neste momento histórico os estudantes optaram por se organizar e lutar por fora das instituições previstas, apresentando uma horizontalidade na sua organização e buscando decidir as suas ações de maneira não burocrática, mas garantindo a participação de todos nas decisões.

Não podemos dizer que necessariamente este formato atual de Grêmio Estudantil está superado, é visível que ao final das ocupações o governo reivindica os Grêmios muito mais que os próprios estudantes, mas ainda assim ele ainda está no horizonte de boa parte dos estudantes. Ao entrevistarmos os estudantes que participaram das ocupações de Bauru se acham que o grêmio estudantil é

necessário para que os estudantes secundaristas possam se mobilizar, eles colocaram as seguintes respostas.

Acho que é uma forma de aproximar, compartilhar, aprender juntos e de ensinar a ter liderança.

Acredito que sim, é uma base, um ponto de partida. Pois é o primeiro acesso dos estudantes com o mundo político. Melhoria para os próprios alunos.

Sim! O grêmio deve ter autonomia de se reunir com os alunos e fazer as reivindicações necessárias, cobranças perante aos dirigentes e um posicionamento mais certo para os alunos.

Sim, é uma forma de todos ouvirem e se mobilizarem, é uma ajuda necessária.

Sim, porque o Grêmio é uma forma dos estudantes terem voz na escola.

Com certeza. O grêmio é um meio legal dos estudantes poderem se reunir e reivindicar melhorias na educação. O grêmio tem poder local, dentro da sua comunidade, mas pode se relacionar com outros grêmios para que as mudanças sejam em escala regional.

Não é necessário, mas pode facilitar, quando se tem um Grêmio ativo ele terá mais recursos e uma ligação direta com mais alunos.

É muito importante, pois o diálogo entre os alunos flui com maior facilidade, desde que exista um grêmio com participantes ativos e maduros para levar as dificuldades até a direção da escola, dificuldades essas que apenas alunos conseguem compreender.

Sim, eles são um canal de ajuda e suporte aos demais alunos, ouvindo e incentivando os demais.

Não!

Sim, o Grêmio é uma força a mais para os secundaristas onde eles conseguem melhorias para os alunos, conseguem estar por dentro das relações da escola, defender os direitos dos alunos.

Acredito que o Grêmio estudantil pode ser uma ferramenta de muito valia para os estudantes secundaristas, porém, durante todo meu período escolar não tive a oportunidade de ver um grêmio ativo realmente nas pautas secundaristas. Presenciei e até mesmo participei de algumas eleições de chapas de grêmio que nunca foram além do momento da contagem de votos.

Para mim, antes do ensino médio, o Grêmio não passava de um momento de descontração em que as chapas prometiam coisas impossíveis como refrigerante nós bebedouros e no fim nunca ninguém se movimentava. Não acredito ser necessário para que haja

uma mobilização, mesmo porque tive como exemplo minha própria experiência.

Não é necessário, mas se bem usado acaba sendo bem importante, pode ajudar a mobilizar mais pessoas.

Não, porque quem está disposto a lutar não espera o Grêmio vai e faz, porém um grêmio de luta dá mais visibilidade e faz com que seja maior o alcance de pessoas pois o Grêmio está sempre em evidência, o que ajuda a mobilizar mais pessoas

Extremamente necessários. Pelo caráter autônomo, pela experiência que proporciona e pelos direitos que um grêmio de luta assegura.

Ele é um espaço que pode unir, inspirar e organizar as questões dos alunos, mudar a escola dando autonomia aos estudantes.

Sim, é de extrema importância!

Pelas respostas percebemos que a visão sobre os Grêmios não é única entre os estudantes, mas que há diferenças de visões entre o que é um Grêmio estudantil e a sua real necessidade para a organização dos estudantes secundaristas, mostra que a questão dos Grêmios é ainda uma coisa em aberto para os estudantes. Ou seja, não podemos categoricamente colocar que a organização em Grêmios está de todo superado, mas que esta condição vai ser determinada pelas lutas que virão como também pelas condições das novas gerações de estudantes que terão acesso a este debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAIXO-ASSINADO. **Pedido de Assembleia**. 2015. (Anexo 5)

ABRAMOVAY, M. **Programa de Prevenção a Violências nas Escolas: Violências nas Escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ATA DO CONSELHO DE ESCOLA DA ESCOLA STELA MACHADO. 12 de janeiro de 2016a.

ATA DO CONSELHO DE ESCOLA DA ESCOLA STELA MACHADO. 17 de maio de 2016b.

ATA DO CONSELHO DE ESCOLA DA ESCOLA STELA MACHADO. 24 de maio de 2016c.

ATA DO CONSELHO DE ESCOLA DA ESCOLA STELA MACHADO. 31 de maio de 2016d.

BORGES, A. **Para protestar alunos ocupam a escola Stela Machado em Bauru**. Jornal da Cidade. Bauru. 2015. Disponível em : <<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2015/11/452536-para-protestar—alunos-ocupam-a-escola-stela-machado--em-bauru.html>>. Acesso em 23 de mar. 2020.

BOUTIN, Aldimara Catarina Delabona Brito; FLACH, Simone de Fátima. **O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 429-446, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i2.45756>>. Acesso em: 16 de fev. 2019.

BOUTIN, Aldimara Catarina Delabona Brito. **Grêmio estudantil e participação do estudante: limites e possibilidades para o processo de emancipação em comunidades de periferias da cidade de Ponta Grossa**, PR. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR, 2016. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1210/1/Aldimara%20Catarina.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964. DOU de 11/11/1964, Página 10169. Brasília, DF.

BRASIL. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º grau e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Lei nº 7398 de 4 de novembro de 1985. DOU de 5.11.1985. Brasília, DF.

BRASIL.. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. DOU de 15/1/1971, Página 362. Brasília, DF.

BRASIL. Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. Câmara do deputados, Lei Federal no. 6680, de agosto de 1979. DOU de 17/08/1979. Brasília, DF.

CARLOS, Aparecido da Graça. **Grêmio estudantil e participação do estudante**. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10553>>. Acesso em: 21 de jan. 2020

CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO. Ata da reunião do dia 12 de janeiro de 2016. Bauru: Escola Estadual Stela Machado. 2016. (Anexo 6)

CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO. Ata do dia 17 de maio de 2016. Bauru: Escola Estadual Stela Machado. 2016b. (Anexo 9)

CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO. Ata da reunião do dia 24 de maio de 2016. Bauru: Escola Estadual Stela Machado. 2016c. (Anexo 10)

CONSELHO DA ESCOLA STELA MACHADO. Ata da reunião do dia 31 de maio de 2016. Bauru: Escola Estadual Stela Machado. 2016d. (Anexo 11)

CORTI, Ana Paula de Oliveria; CORROCHANO, Maria Carla; ALVES, José. **“ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas**. In: A. A. F. COSTA; L. A. GROPPPO (Orgs.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos, Pedro & João. 2018, p. 121-143.

COSTA, Adriana Alves Ferandes; VIANNA, Marcio de Albuquerque. **Contextos da educação do brasil entre os anos 1995-2016**. In: A. A. F. COSTA; L. A. GROPPPO (Orgs.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos, Pedro & João, 2018, p. 45-84.

DIREÇÃO DA ESCOLA STELA MACHADO. Resposta ao pedido de assembleia feito pelos alunos. Escola Estadual Stela Machado. Bauru, 2016. (Anexo 7)

DOCUMENTO DAS ESCOLAS OCUPADAS DE BAURU. À dirigente regional de ensino de Bauru. Bauru, 2015. (Anexo 13)

DUARTE, Milton Joeri Fernandes. **Representações dos movimentos político-culturais da década de 60 nos jovens de ensino médio**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29052012-125729/publico/MILTON_JOERI_FERNANDES_DUARTE.pdf>. Acesso em: 15 de mar. De 2020.

ELEIÇÃO DO GRÊMIO. Ata da eleição do grêmio 17 de novembro. 2016 (Anexo 13)

ESTATUTO DO GRÊMIO 17 DE NOVEMBRO. Escola Estadual Stela Machado. Bauru. 2016. (Anexo 1)

ESTATUTO GRÊMIO STELA MACHADO. Escola Estadual Stela Machado. Bauru, 1997. (Anexo 8)

FERRARI, R. **Movimento ganhou força nos anos 50**. Jornal da Cidade. Bauru, 2008. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/politica/2008/10/634287-movimento-ganhou-forca-nos-anos-50.html>>. Acesso em 22 de mar. 2020.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

G1 SÃO CARLOS E REGIÃO. **Estudantes da rede pública protestam em passeata pelas ruas de Araraquara**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/03/estudantes-da-rede-publica-protestam-em-passeata-pelas-ruas-de-araraquara.html>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

G1 BAURU MARILIA. **Alunos de quarto escolas estaduais protestam por melhorias em Bauru**. Bauru, 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/03/alunos-de-quatro-escolas-estaduais-protestam-por-melhorias-em-bauru.html>>. Acesso em 23 de mar. 2020.

G1 BAURU MARÍLIA. **Estudantes e professores protestam por mais professores em escola de Bauru**. Bauru, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/09/estudantes-protestam-por-mais-professores-em-escola-de-bauru.html>>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

G1 BAURU MARÍLIA. Pais e alunos fecham rua e ateiam fogo durante protesto em Bauru, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/09/pais-e-alunos-fecham-rua-e-ateiam-fogo-durante-protesto-em-bauru.html>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

GLOBOPLAY . Explosão de bomba assusta alunos durante protesto em escola de Bauru. TEM Notícias 1ª Edição – Bauru/Marília. Bauru, 2015. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4684901/>>. Acesso em: 24 de mar. 2020)

GHANEM, E. **Os Grêmios livres e o movimento secundarista**. Cadernos do CEDI, São Paulo, n.19, p.35-51, jan.1989.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GREVE ESTUDANTIL BAURU. **Evento de Facebok**. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/282917425236826/>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

GROPPO, L. A. **O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil**. In: A. A. F. COSTA; L. A. GROPO (Orgs.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos, Pedro & João, p. 85- 117, set 2018.

JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. **As ocupações de escolas em São Paulo (2015)**: autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. Revista Fevereiro, [São Paulo], v. 9,

p. 1-26, 2016. Disponível em: < <http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf> > Acesso em: 23 jul. 2018.

JORNAL DA CIDADE. **Professores iniciam greve em três escola de Bauru.** 2015. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/Geral/2015/03/professores-iniciam-greve-em-tres-escolas-de-bauru.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LENIN, V. I. **As tarefas das uniões da juventude.** In: _____. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. t. 3, p. 386-397.

O MAL-EDUCADO. **O que é grêmio?** Wordpress. Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/>>. Acesso em: 21 de mar. De2020.

O MAL-EDUCADO. **Manifesto do Comando das Escolas Ocupadas escrito na reunião de hoje no Fernão Dias.** Facebook, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/723548767778871>>. Acesso em: 14 de mar. De 2020.

MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, v. I e II, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista:** texto integral. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, v. I e II, 2013.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, Cinthia. **350 grêmios estudantis se reúnem em Bauru para discutir educação.** Jornal da Cidade. Bauru, 2017. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2017/10/510856-350-gremios-estudantis-se-reunem-em-bauru-para-discutir-educacao.html>> Acesso em 22 de mar. 2020.

MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE BAURU. **Sobre.** Facebook. Bauru, 2016. Disponível em : <https://www.facebook.com/pg/Movimentoestudantilsecundaristadebauru/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

MUSTO, M. **Revisitando a concepção de alienação em Marx.** In: DEL ROIO, M. (org.). Marx e a dialética da sociedade civil. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 61-93.

NETTO, José Paulo (org). **O leitor de Marx.** Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira, 2012.

NETO, Solon. **Frente Anticomunista já agia antes do golpe**. Jornal aGente. Blogspot. 2012. Disponível em: <<http://jornalagente.blogspot.com/2015/03/frente-anticomunista-ja-agia-antes-do.htm>>. Acesso em: 24 de mar. 2020.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA. **Grêmio Estudantil**. Diretoria de Ensino de Bauru. Bauru, 2013. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/1246804/>>. Acesso em 20 de mar. 2020.

OCUPAÇÃO STELA MACHADO. Mensagem sobre o atraso da volta às aulas. Facebook, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacaostelamachadobauru/posts/998213440235995>>. Acesso em: 23 de mar. 2020

OCUPAÇÃO STELA MACHADO. Namorado da diretora passou na frente da escola e jogou o carro em cima dos estudantes. Facebook, 2015b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacaostelamachadobauru/posts/998342586889747h>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

OCUPAÇÃO STELA MACHADO. Atenção todos! Facebook. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacaostelamachadobauru/posts/1047804928610179>>. Acesso em 07 de mar. 2020.

OCUPAÇÃO STELA MACHADO. Alunos cobram por eleição do Grêmio e são perseguidos. Facebook, 2016b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacaostelamachadobauru/posts/1092076990849639>>. Acesso em 15 de mar. 2020.

OCUPAÇÃO STELA MACHADO. Namorado da diretora passou na frente da escola e jogou o carro em cima dos estudantes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupacaostelamachadobauru/posts/998342586889747h>>. Acesso em 15 de mar. 2020.

OSHIRO, V. Protesto: **vereadores são liberados para deixar a Câmara após 4 horas**. Jornal da Cidade. Bauru, 2013. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2013/06/379858-protesto—vereadores-sao-liberados-para-deixar-a-camara-apos-4-horas.html>>. Acesso em: 22 de mar. 2020)

PADILHA, Alexandre. **Em protesto, alunos anulam Saesp**. Jornal da Cidade. Bauru, 2010. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2010/11/585194-em-protesto—alunos-anulam-saesp.html>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

PATRIARCA, P. **Alunos da rede pública fazem manifestação em apoio a greve dos professores**. Jornal da Cidade. Bauru 2015. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2015/03/433103-alunos-da-rede-publica-em-bauru-fazem-manifestacao-em-apoio-a-greve-dos-professores.html>>. Acesso em 20 de mar. 2020)

PEDROSO, P. A. F. de A. **1º de Abril de 1964: GOLPE OU REVOLUÇÃO?** Nossa memória ninguém apaga. Blogspot. 2009. Disponível em: <<http://nossamemorianinguemapaga.blogspot.com/2009/04/1-de-abril-de-1964-golpe-ou-revolucao.html>>. Acesso em: 25 de mar. 2020.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

PESCUMA, D. **O grêmio estudantil: uma realidade a ser conquistada**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 1990.

PITTOLI, Carlos Roberto; JUNIOR, Arthur Monteiro; CARDOSO, Clodoaldo Meneguello; TRUIJO, Gilberto; LIMA, João Francisco Tidei; DARÉ, Maria Orlene. **Relatório do Grupo Bauru, Memória e Verdade** (Comissão da Verdade de Bauru “Irmãos Petit”). Bauru : Câmara Municipal de Bauru, 2015. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/vitorcica/relatorio-final-cv-bauru-ebook-1>>. Acesso em 12 de mar. 2020.

POERNER, Arthur José. **A identidade cultural na era da globalização – política federal de cultura no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

POLÍCIA CIVIL, Termo de Declaração. Boletim de ocorrência nº 28830. Bauru, 2015. (Anexo 4)

PROJETO MEMÓRIAS. **Movimento Estudantil**. Inventário Crítico – Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação da Unesp/Bauru. Bauru, FAAC-UNESP. Disponível em <<https://promemorias.wordpress.com/memorias-da-comunicacao-na-faac-unesp/movimento-estudantil-c-a-s-e-d-a-s/>>. Acesso em 23 de mar. 2020.

PRADO, Guilherme do Val Toledo Prado. **Saberes e conhecimentos estudantis a favor de novos, e surpreendentes, aprendizados docentes**. Saberes e conhecimentos estudantis a favor de novos. n: A. A. F. COSTA; L. A. GROPPPO (Orgs.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos, Pedro & João. 2018, p. 11-20.

ROMAGNOLI, Luiz H.; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE** - de Ibiúna a Salvador. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SANCHES, G. **Entrevista com Giovana Sanches**, participante da Mídia Radical de Bauru. Bauru: Medium, 2018. Acesso em: <<https://medium.com/@isabelaholl/entrevista-com-giovana-sanches-7cdf1cbc3e3c>>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEE/SP). **Entenda como funcionará a reorganização escolar da rede estadual paulista**. 2015. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual/>>. Acesso em: 21 de mar. 2020.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEE/SP). **Professor aposta no completo protagonismo de gremistas**. 2018. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/professor-aposta-no-completo-protagonismo-de-gremistas/>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEE/SP). **Grêmio em Ibaté prioriza trabalhos sociais que fortalecem a cidadania**. 2018b. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticia/gremio-em-ibate-prioriza-trabalhos-sociais-que-fortalecem-cidadania/>>. Acesso em 20 de mar. 2020.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEE/SP). **Bauru será a primeira cidade a receber o projeto “A Escola Que Queremos”, no dia 10. 2016.** Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/bauru-sera-a-primeira-cidade-a-receber-o-projeto-a-escola-que-queremos-no-proximo-dia-10/>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEE/SP). **Entenda o papel dos grêmios estudantis nas escolas da rede e tire todas suas dúvidas.** 2016. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/entenda-o-papel-dos-gremios-estudantis-nas-escolas-da-rede-e-tire-todas-suas-duvidas/>>. Acesso em: 23 de mar. 2020)

TOLEDO, Luiz Fernando. **Governo de SP vai reformular grêmios de escolas estaduais.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <[link: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-vai-reformular-gremios-de-escolas-estaduais,1814033](https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-vai-reformular-gremios-de-escolas-estaduais,1814033)>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

TOLEDO, Luiz Fernando. **Encontro exalta grêmios mas, mas não discute mudança na rede estadual.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,encontro-sobre-reorganizacao-exalta-gremios-mas-nao-discute-mudanca-na-rede-estadual,10000021501>>. Acesso em: 20 de mar. 2020

TOLEDO, Luiz Fernando. **Ocupar aumenta exclusão. Aluno quer aula', diz secretário estadual de educação.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 2016b. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1814261-ocupar-aumenta-exclusao-aluno-quer-aula-diz-secretario-estadual-de-educacao>>. Acesso em: 21 de mar. 2020.

TONELLI, Marcele. **Sem conseguir vaga, aluno alega retaliação, mas Educação nega.** Jornal da Cidade. Bauru, 2016. Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/noticias/bairros/2016/04/462911-sem-conseguir-vaga-aluno-alega-retaliacao-mas-educacao-nega.html>>. Acesso em 16 de mar. 2020.

TRINDADE, Elaine Freitas Romo. **A trajetória legal dos mecanismos de gestão democrática no estado de são paulo:** os caminhos percorridos.. Dissertação mestrado de educação. Marília: UNESP, 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/trindade_efr_ms_mar.pdf>. Acesso em 21 de mar. De 2020)

SILVA, Felipe. Da serie "desabafos pelo facebook". Facebook, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/felipemohamedd/posts/999630873458394>>. Acesso em: 16 de mar. 2020.

SILVA, Felipe. **Entrevista com Felipe Silva.** Bauru, 2020. (Anexo 3)

SILVA, João Carlos da. **Educação e Alienação em Marx: Contribuições teórico-metodológicas para pensar a história da educação.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, 2005. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4826/art07_19.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, João Carlos da. **A questão educacional em Marx: Alguns apontamentos.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 3, n. 1. Londrina, 2011.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do movimento estudantil secundarista paranaense (1964 – 1985).** Dissertação de Mestrado em Educação. Cascavel: UNIOESTE, 2011. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/930>>. Acesso em: 17 de mar. 2020.

ZANCONATO, Amanda Grandi. **Entrevista com Amanda Grandi Zanconato.** Bauru, 2020. (Anexo 2)

94FM. **Alunos de sete escolas protestam contra a reestruturação.** 94 FM Bauru. Bauru 2015. Disponível em: <<https://www.96fmbauru.com.br/noticias/bauru/2015/10/alunos-de-sete-escolas-protestam-contra-reestruturao.html>>. Acesso em: 23 de mar. 2020.

ANEXO 1 : ESTATUTO DO GRÊMIO 17 DE NOVEMBRO.

Estatuto do Grêmio 17 de Novembro

Grêmio Estudantil da Escola Estadual Stela Machado

①

Capítulo I

Da Denominação, sede, fins e Duração.

Artigo 1º - O Grêmio 17 de Novembro, grêmio estudantil composto por todas as pessoas matriculadas na Escola Estadual Stela Machado, é o órgão máximo de representação estudantil da Unidade de Ensino com sede neste Estabelecimento e de duração ilimitada.

Parágrafo único – As atividades do “Grêmio” serão orientadas pelo presente estatuto que foi aprovado em Assembleia Geral para esse devido fim.

Artigo 2º - O Grêmio tem por objetivos:

- I** - Representar as pessoas matriculadas nesta escola.
- II** - Defender os interesses individuais e coletivos das pessoas matriculadas nesta escola.
- III** - Incentivar a cultura, a literatura, a arte e o esporte entre as pessoas matriculadas nesta escola.
- IV** - Promover a cooperação entre administradores, professores, funcionários e estudantes, no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento.
- V** - Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural, educacional, político, desportivo e social com outras entidades.
- VI** - Lutar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público e gratuito.
- VII** - Lutar pela democracia permanente, dentro e fora da escola através do direito de participação nos fóruns deliberativos adequados, pela independência e o respeito às liberdades fundamentais do ser humano, sem distinção de raça, etnia, cor, identidade de gênero, convicção política ou religiosa, sexualidade, nacionalidade, condições físicas ou intelectuais.
- VIII** - Lutar pela garantia e efetivação dos direitos da infância, adolescência e juventude.
- IX** - Promover a inclusão de todas as pessoas e combater a intolerância religiosa, o bullying, o racismo, o machismo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, bifobia ou qualquer outra forma de discriminação.
- XII** – Estar em sintonia e servir de espaço de atuação para o Movimento Estudantil.

Parágrafo Único: A diretoria do Grêmio 17 de novembro deverá realizar atividades para as pessoas matriculadas nos três períodos.

Capítulo II

Do patrimônio, sua Constituição e Utilização.

Artigo 3º - O patrimônio do Grêmio 17 de Novembro será constituído por:

- I** - Contribuição voluntária dos seus membros;
- II** - Contribuição de terceiros, sempre observando os princípios da autonomia política e financeira. ;
- II** - Subvenções, juros, correções ou dividendos resultantes das contribuições;
- III** - Rendimentos de bens móveis ou imóveis que possua ou venha a possuir;
- IV** - Rendimentos adquiridos em promoções ou atividades da entidade.

(2)

Artigo 4º - A diretoria do **Grêmio 17 de Novembro** será responsável pelos bens patrimoniais da entidade e responderá, por eles perante suas instâncias deliberativas.

§1º - Ao assumir a diretoria do "Grêmio" a diretoria ~~do grêmio~~ deverá assinar um recibo para o Conselho de Representantes de Turma (CRT), discriminando todos os bens da entidade.

§2º - Ao fim de cada mandato, o Conselho de Representantes de Turmas conferirá os bens e providenciará outro recibo, a ser assinado pela nova diretoria.

§3º - Em caso de constatada alguma irregularidade na gestão dos bens, o Conselho de Representantes fará um relatório e entregará a Assembleia Geral, para as providências cabíveis.

Artigo 5º - O **Grêmio 17 de Novembro** não se responsabilizará por obrigações contraídas por estudantes ou grupos, sem ter havido prévia autorização da Assembleia Geral, do Conselho de Representantes de Turma (CRT) ou diretoria da entidade.

Artigo 6º - Constitui-se como patrimônio do **Grêmio 17 de Novembro** o espaço cedido pela escola para realização de atividades da entidade.

§1º - O "espaço do Grêmio" será um espaço para realização de atividades da diretoria da entidade e outras atividades estudantis.

§2º - A utilização do "espaço do Grêmio" será administrado pela diretoria da entidade, que terá sob sua guarda as chaves do espaço e deverá se responsabilizar pelos possíveis agendamentos.

Capítulo III

Da organização do Grêmio Estudantil.

Artigo 7º - São instâncias deliberativas do Grêmio:

- I – Assembleia Geral das pessoas matriculadas na unidade de ensino;
- II – Assembleias de Turno;
- III – Conselho dos Representantes de Turma (CRT)
- IV – Diretoria do grêmio

Seção I

Da Assembleia Geral

Artigo 8º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da entidade, nos termos deste estatuto, e compõe-se de todas as pessoas matriculadas nesta unidade de ensino e, excepcionalmente, por pessoas convidadas, que "abrirão mão" do direito ao voto.

Artigo 9º - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente:

- I - Para apresentação e acerto de contas da antiga diretoria e posse da nova;
- II - No dia 11 de agosto de cada ano, na comemoração do "dia do estudante";
- III - No dia 17 de novembro de cada ano, para comemoração do dia da ocupação da escola contra a reorganização.

Parágrafo Único - A convocação para as Assembleias Gerais ordinárias será feita pela diretoria do Grêmio, divulgada com antecedência de 48 horas.

Artigo 10º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente, quando convocada por metade mais 1 (um) da Diretoria do Grêmio ou por coleta de assinatura de 5% do total das pessoas matriculadas na escola.

(3)

Parágrafo único - Em qualquer caso a convocação será feita com mínimo de 24 horas de antecedência, expondo a(s) pauta(s) que deverão ser deliberadas pela Assembleia.

Artigo 11º - A Assembleia Geral deliberará por maioria simples de voto.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão realizadas em primeira convocação com a presença mínima de 5% do corpo discente da Unidade Escolar ou em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número.

Artigo 12º - Compete a Assembleia Geral:

I – Aprovar e reformular o estatuto do Grêmio.

II – Discutir e votar as teses, recomendações, moções, adendos e propostas apresentadas por qualquer um de seus membros.

III - Denunciar, suspender ou destituir pessoa(s) da diretoria do grêmio, desde que comunicados e garantido o direito de defesa da(s) pessoa(s) acusada(s), sendo qualquer decisão tomada, nesse sentido, por uma maioria de 2/3 dos votos.

IV – Receber e considerar os relatórios da diretoria do grêmio e prestação de contas.

V – Marcar, caso necessário, Assembleia Geral extraordinária, com dia, hora e pauta fixados.

VI – Servir de espaço para decisões e encaminhamentos dos assuntos de interesses dos estudantes e do Movimento Estudantil.

VII - Deliberar quando pessoas da diretoria do grêmio deixar de cumprir suas funções.

Artigo 13º - A Soma das votações das Assembleias de Turno servirá, para efeito de decisão, como decisão de Assembleia Geral.

§1º - Para que a soma das Assembleias de Turno tenham efeito de Assembleia Geral todas deverão ser convocadas com a mesma pauta e com um intervalo máximo de 2 (dois) dias.

§2º - O resultado deverá ser divulgado para todos os turnos da escola.

§3º - Para efeito de resultado, serão somados todos os votos favoráveis, contrários e abstenções de todos os turnos.

Seção II

Da Assembleia de Turno

Artigo 14º - A Assembleia de Turno é o espaço de deliberação das pessoas matriculadas em um dos turnos da escola, nos termos deste estatuto.

Artigo 15º - A Assembleia de Turno se reunirá sempre extraordinariamente;

I – Para tratar de assuntos relacionados exclusivamente ao turno referido;

II – Para deliberar pautas da Assembleia Geral, quando convocada para esse fim.

Parágrafo Único - A convocação para a Assembleia de Turno será feita pela diretoria do Grêmio ou por coleta de assinatura de 5% das pessoas matriculas no turno e divulgada com antecedência mínima de 24 horas.

Artigo 16º - A Assembleia de turno deliberará por maioria simples de voto.

Artigo 17º - A Assembleia de Turno se realizará em primeira convocação com metade dos alunos do turno, ou em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número.

Seção III

Do Conselho de Representantes de Turma (CRT)

Artigo 18º - O Conselho de Representantes de Turmas (CRT) é a instância intermediária de deliberação do Grêmio, é o órgão de representação das pessoas matriculadas na escola.

Artigo 19º - O Conselho de Representantes de Turmas (CRT) será constituído por representantes de turmas, eleitos anualmente pelas pessoas matriculadas nas respectivas turmas e a diretoria atual do Grêmio.

Parágrafo Único: Para efeito de votação a diretoria do Grêmio como um todo terá direito a apenas 1(um) voto.

Artigo 20º - O Conselho de Representantes de Turmas se reunirá quando convocado pela diretoria do Grêmio ou quando convocado com assinatura de metade mais 1 (um) das pessoas que compõem do Conselho de representantes de Turma.

§1º - A convocação do Conselho de Representantes de Turma (CRT) poderá também ser realizada por qualquer pessoa matriculada na escola, através da coleta de assinatura de 5% das pessoas matriculadas, registrada em folha que descreva a proposta de convocação e a(s) Pauta(s).

§2º - O Conselho de Representantes de Turmas funcionará com a presença da maioria absoluta (metade mais 1) de seus membros, deliberando por maioria simples de voto.

§3º - Em todas as convocações deverá ter sua pauta divulgada para todas as pessoas matriculadas na escola.

§4º - As reuniões do Conselho de Representantes de Turma (CRT) deverão ser convocadas com no mínimo 24 horas de antecedência.

Artigo 21º - O Conselho de Representantes de Turmas será eleito anualmente em data a ser deliberada pelo Grêmio e na ausência deste, pela equipe pedagógica.

Parágrafo Único: a data da eleição de representantes de sala deverá ser divulgada com no mínimo 24 horas de antecedência para garantir a participação de todas as pessoas.

Artigo 22º - As pessoas que serão representantes de turma serão eleitas no número de 2 (duas) por turma.

Parágrafo único: Juntamente com a eleição de representantes de turma serão eleitos 2 (duas) pessoas como suplentes.

Artigo 23º - Para eleição de representante de turma cada estudante poderá votar em dois nomes, sendo a 1ª (primeira) e 2ª (segunda) pessoa mais votada as respectivas representantes de sala, enquanto que a 3ª (terceira) e 4ª (quarta) serão os respectivos suplentes.

Artigo 24º - A escolha de representantes de turma deverá ser sempre por eleição direta, sendo vedada qualquer forma de escolha por indicação, seja esta feita por: professores, funcionários, direção da escola ou membros da diretoria do grêmio.

Parágrafo único: ocorrendo alguma denúncia/reclamação de indicação, a eleição da respectiva turma deverá ser feita (ou refeita) requisitando a presença do professor coordenador e dois representantes de outras duas turmas, que apenas acompanharão o processo.

Artigo 25º - As pessoas representantes de turma ou suplentes poderão ser substituídas quando sistematicamente deixar de cumprir suas funções.

Parágrafo único: a decisão pela substituição e definição da pessoa que substituirá será feita por votação na respectiva turma.

Artigo 26º - Compete ao Conselho de Representantes de Turmas:

- I** - Discutir e votar sobre propostas da Assembleia Geral e da Diretoria do Grêmio;
- II** - Velar pelo cumprimento do Estatuto do Grêmio e deliberar sobre os casos omissos;
- III** - Assessorar a diretoria do Grêmio na execução de suas atividades;

IV - Apreziar as atividades da Diretoria do Grêmio, podendo convocar para esclarecimentos qualquer um de seus membros;

V - Deliberar, dentro dos limites legais, sobre assuntos do interesse do corpo discente de cada turma representada;

VI - Deliberar sobre a formação da Comissão Eleitoral;

VII - Acompanhar e deliberar sobre os bens e patrimônios do Grêmio e sua utilização pela gestão;

VIII - Formar comissão para realizar relatório dos bens e patrimônios dos Grêmio no início e final de cada gestão.

Artigo 27º - Será permitida reunião do Conselho de Representantes de Turma por turno quando o assunto tratado estiver relacionado única e exclusivamente àquele turno.

Artigo 28º - Excepcionalmente, para efeito de decisão do Conselho de Representantes de Turma (CRT), poderá se realizar reuniões por turno, onde deverão ser somados os votos contra, a favor e as abstenções para estabelecer uma decisão total.

Artigo 29º - A mesma pessoa não poderá ser ao mesmo tempo membro da diretoria do grêmio e representante de Turma, devendo abdicar de uma das duas funções.

Seção IV Da Diretoria do Grêmio

Artigo 30º - A diretoria do Grêmio será organizada em formato colegiado, sendo eleita anualmente, todas as pessoas da diretoria do Grêmio são iguais e podem ou não se organizarem em cargos.

Artigo 31º - A diretoria do Grêmio será formada por no mínimo 10 e no máximo 20 estudantes, sendo eleitas no formato de chapa.

Artigo 32º - Para efeito de representação a diretoria do Grêmio poderá eleger dentre as pessoas da diretoria 1 (uma) pessoa para exercer a tarefa de representação, com 1 (uma) pessoa para ser respectivamente sua suplente.

→ §1º - A pessoa que ficará responsável por representar a Diretoria do Grêmio e o suplente poderá ser alterada a qualquer momento conforme decisão da maioria da diretoria. *do Grêmio.*

→ §2º - A função de representação se constitui apenas como uma função de representar a diretoria do Grêmio nos espaços externos ao Grêmio, não se constituindo de um cargo hierárquico.

§3º - Enquanto eleita para essa função a pessoa responsável pela função de representar ou seu suplente deverá assinar, quando necessário, os documentos em nome da diretoria do Grêmio.

§4º - A função de representação está inteiramente vinculada à diretoria do Grêmio, não podendo tomar decisões ou assinar documentos sem o conhecimento e aprovação da diretoria, salvo em caso que exigem extrema urgência. Ocorrendo algum caso de extrema urgência a pessoa que estiver na função de representação deverá comunicar a diretoria do Grêmio no menor prazo possível, podendo a diretoria desautorizar a ação feita.

→ Artigo 33º - As reuniões do Grêmio 17 de Novembro ocorrerão sempre com a presença de no mínimo metade mais 1 (um) de sua diretoria.

Artigo 34º - As decisões da Diretoria do Grêmio serão tomadas por maioria *Simple de voto.*

→ Artigo 35º - As reuniões do Grêmio ocorrerão ordinariamente ao menos 1 (vez) ao mês, excetuando *nos* meses de férias ou recesso.

Artigo 36º - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas com a decisão de 1/3 da diretoria do Grêmio.

Artigo 37º - Cabe a Diretoria Colegiada do Grêmio 17 de Novembro:

I - Fixar em conjunto com demais instâncias, as diretrizes gerais da política estudantil a ser desenvolvida;

II - Dar à Assembleia Geral e ao Conselho de representantes de Turma conhecimento sobre:

A - As atividades desenvolvidas pela Diretoria do Grêmio Estudantil;

B - Relatório financeiro da Diretoria do Grêmio Estudantil;

C - Prestação de contas no final do mandato.

III - Cumprir e fazer cumprir as deliberações das assembleias em todas as suas instâncias;

IV - Representar os estudantes perante a Direção da escola, entidades estudantis, sindicais, movimentos populares e outros;

V - Discutir e aprovar propostas por maioria simples de votos de seus membros e garantir a divulgação das propostas para as pessoas associadas;

VI - Zelar pelo cumprimento de todas as propostas discutidas em suas instâncias;

VII - Tomar medidas de emergência, não previstas no Estatuto, e submetê-las ao Conselho de Representantes de Turma ou a Assembleia Geral;

VIII - Cumprir e vigiar o cumprimento do presente estatuto;

IX - Se posicionar e agir garantindo os interesses estudantis;

X - Se orientar e garantir os objetivos previstos no artigo 2º deste estatuto.

Capítulo IV

Das Pessoas associadas

Artigo 38º - São pessoas associadas ao Grêmio 17 de Novembro todas as pessoas matriculadas na Escola Estadual Stela Machado.

§1º - No caso de expulsão ou transferência, a pessoa automaticamente deixará de estar associada ao Grêmio;

§2º - As sanções disciplinares aplicadas pela Escola ~~para as pessoas matriculadas~~ não se estenderão às suas atividades como gremista, fora do recinto escolar.

Artigo 39º - São direitos das pessoas associadas:

I - Participar de todas as atividades do Grêmio;

II - Votar e ser votada, observadas as disposições deste estatuto;

III - Encaminhar observações, sugestões e moções à Diretoria do Grêmio;

IV - Propor mudanças e alterações parciais ou completas do presente estatuto.

Artigo 40º - São deveres das pessoas associadas:

I - Conhecer e cumprir as normas desse estatuto;

II - Informar à diretoria do Grêmio qualquer violação da dignidade da classe estudantil, cometida na área da escola ou fora dela;

III - Manter luta incessante pelo fortalecimento do Grêmio.

Do Regime Disciplinar

Artigo 41º - Constituem infrações disciplinares:

- I - Usar o Grêmio para fins diferentes dos seus objetivos, visando o privilégio pessoal ou de grupo;
- II - Deixar de cumprir as disposições desse estatuto;
- III - Prestar informações, referentes ao Grêmio, que coloque em risco a integridade de seus membros;
- IV - Praticar atos que venham ridicularizar a entidade, seus sócios ou seus símbolos;
- IV - Atentar contra a guarda e o emprego de bens do Grêmio.

Artigo 42º - São competentes para apurar as infrações, a Diretoria do Grêmio, o Conselho de Representantes de Turma e a Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Em qualquer das hipóteses deste artigo, será facultado a(s) pessoa(s) infratora(S) o direito de defesa perante a Diretoria, o Conselho de Representantes de Turma (CRT) ou a Assembleia Geral.

Artigo 43º - Apuradas, as infrações serão discutidas na Assembleia Geral e aplicadas as penas de suspensão ou expulsão do quadro de pessoas associadas ao Grêmio, conforme a gravidade da falta.

Parágrafo Único - A pessoa infratora, caso pertença a Diretoria do Grêmio, perderá seu mandato, devendo responder pelas perdas e danos perante as instâncias deliberativas do Grêmio.

Capítulo V

Das Eleições

Artigo 44º - É condição para ocupar cargos eletivos:

- I - A pessoa estar regularmente matriculada na Unidade Escolar.

Artigo 45º - Para composição das chapas do grêmio será permitido o limite máximo de 50% de pessoas do terceiro ano do ensino médio. *1º ano do ensino fundamental.*

Artigo 46º - O período de inscrição das chapas para concorrerem a Diretoria do Grêmio será contado a partir do primeiro dia letivo, até o 30º dia letivo do primeiro bimestre.

Artigo 47º - O período de divulgação e propaganda ocorrerá entre o 31º e o 45º dia letivo, subsequente ao período de inscrição das chapas.

Artigo 48º - A data de realização das eleições ocorrerá na semana seguinte ao 45º dia letivo do ano escolar.

Artigo 49º - A apuração dos votos ocorrerá no dia imediato à realização das eleições.

Parágrafo Único - A Mesa Apuradora será composta pela Comissão Eleitoral, por dois representantes de cada chapa e mais o professor coordenador do Grêmio.

Artigo 50º - Será considerada vencedora, a chapa que conseguir maior número de votos.

§1º I - Em caso de empate, haverá nova eleição no prazo de 10 (dez) dias letivos, concorrendo ao novo pleito com as chapas que empataram.

§2º II - Em caso de fraude comprovada, a chapa envolvida será excluída do processo eleitoral.

Artigo 51º - A posse da Diretoria eleita ocorrerá no dia imediato a apuração.

Artigo 52º - A duração do mandato da Diretoria eleita será de 1 (um) ano, a partir do dia da posse da mesma, *salvo em caso de eleições feitas fora do prazo.*

Capítulo VI

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 53º - O presente estatuto poderá ser modificado mediante proposta de qualquer membro do grêmio, do conselho de Representantes ou dos membros da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - As alterações serão discutidas pela Diretoria do Grêmio e pelo Conselho de Representantes de Turma e aprovadas em Assembleia Geral, através da maioria absoluta de votos.

Artigo 54º - Quando a Assembleia Geral, com base neste estatuto, destituir a diretoria do Grêmio e não houver decorrido ainda 6 meses da posse desta diretoria, deverá ser convocado novas eleições para a composição da Diretoria do Grêmio.

Parágrafo único: Independente da data da eleição a duração da diretoria eleita será até a próxima eleição que deve ocorrer conforme calendário previsto neste estatuto.

Artigo 55º - Quando a Assembleia Geral, com base neste estatuto, destituir a diretoria do Grêmio ou quando a composição efetiva da diretoria do Grêmio estiver com menos de 5 membros e já terem decorrido 6 meses do dia da posse da diretoria, a Assembleia Geral deverá eleger uma Comissão provisória de ao menos 5 (Cinco) pessoas que encaminhará administrativamente as atividades do grêmio até a realização da próxima eleição, conforme calendário previsto neste estatuto.

§1º - A Comissão Provisória não poderá durar mais do que 6 (seis) meses.

§2º - As ações da Comissão Provisória deverão ser sempre submetidas à apreciação do Conselho de Representantes de Turma e quando necessário a Assembleia Geral.

Artigo 56º - A dissolução do Grêmio somente ocorrerá quando for extinta a Unidade Escolar, revertendo-se seus bens para outros grêmios.

Artigo 57º - Nenhum sócio poderá se intitular representante do Grêmio sem a autorização da sua Diretoria.

Artigo 58º - Excepcionalmente, caso houver algum impedimento, seja por nenhuma pessoa da diretoria ser maior de 18 anos ou por outro impedimento, a abertura e movimentação da conta bancária do Grêmio ficará sob a responsabilidade de um pai de aluno escolhido pela diretoria do Grêmio ou do Professor Coordenador do Grêmio.

Artigo 59º - Caberá ao Conselho de Representantes de Turma aprovar a indicação do professor coordenador do Grêmio.

Artigo 60º - Revogadas as disposições em contrário, este estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Assembleia Geral.

ANEXO 2: ENTREVISTA COM AMANDA GRANDI ZANCONATO

Pesquisador: Você lembra quais os motivos que levaram vocês a realizarem o boicote?

Amanda : O excesso de cobranças por sermos a turma A mais a falta de suporte / aulas que nós tínhamos. (Em algumas matérias tínhamos ótimos professores, mas ao mesmo tempo tinha matérias que ficamos sem aula os 3 anos do ensino médio. Tivemos que aprender fora da escola - e muitos dos casos sem suporte dos professores). Na minha época a turma A era com os 30 " melhores alunos". Sempre a turma com menos alunos. A turma B era a segunda melhor... E assim vai. Tinha uns 10 alunos da minha turma que fazia Senai (os professores não gostavam muito 1 por achar que nos dedicávamos mais ao Senai do que a escola, 2 pq muitos começavam a trabalhar pelo Senai e acabava indo para o período noturno). E tinha alguns outros alunos que faziam cursinho, o que causava desgaste físico que afetava o desempenho no Stela. Estou passando o contexto para fazer mais sentido.

Pesquisador: Ok.

Amanda: Eu por exemplo estudava no Stela de manhã, fazia Senai a tarde e no 3º ano fazia cursinho na Unesp a noite. Uma professora chamou minha mãe na escola para falar que meu brilho tinha apagado, que era para minha mãe dar uma segurada em tudo que eu estava fazendo. O líder da minha sala fazia as mesmas aulas que eu, Stela/ Senai / Unesp. Ele era um líder muito ativo, participava do conselho... Não tenho certeza se a ideia foi dele, mas ele conseguiu organizar a sala.

Pesquisador: Na época existia grêmio estudantil na escola?

Amanda: Era só bagunça / som no intervalo .Minha sala era dos nerds. O Grêmio era de turma de pessoal que jogava bola. Ninguém que se importasse em ter as 2 últimas aulas vagas toda a 4ª feira do ano porque o professor de física nunca apareceu para dar aula

[Pesquisador: Não houve nenhum envolvimento do grêmio na ação de vocês ou depois?

Amanda: Não! Nem ficaram sabendo. Talvez quando a sala toda ficou suspensa. Ou quando a direção proibiu todos os professores de nos entregar o diploma na colação. Tenha chamado atenção de alguém. Nenhuma das outras turmas gostava da turma A.

Pesquisador: Como assim a direção proibiu os professores de entregar o diploma?

Amanda: Pois é! Era para os professores ficarem do lado da escola, não dos alunos. O Dirceu (vice-diretor) que entregou os certificados na colação. Alguns professores nos falaram que eles não poderiam por causa da direção. Tivemos alguns professores por quase todos os anos do Stela. E os que nos apoiaram foi tipo "crianças, vocês fizeram o certo, mas da forma errada"

Pesquisador: Amanda, quanto a participação do Grêmio no processo de punição pelo qual vocês passaram, você poderia descrever como foi?

Amanda: Nem ficaram sabendo.

Pesquisador: Algum professor disse para vocês como seria na opinião dele, a forma certa de ter se manifestado?

Amanda: Ter ido na delegacia de ensino. Não boicotar a prova. Passamos despercebidos no 1º dia do Saresp (marcando 2 opções para cada pergunta). No 2º dia o pessoal começou a pintar de caneta colorida. Aí foi sermão atrás de sermão. Cada professor que entrava na sala decepcionado com a turma. Por sermos a esperança da escola

Pesquisador: Você acredita que o grêmio estudantil poderia ter ajudado de alguma forma neste processo?

Amanda: Se o pessoal da escola tivesse consciência sobre como escolher uma chapa sim. Ganhava sempre os mais populares, não quem tinha um plano. Na verdade acho que alunos que poderiam montar uma chapa de coerência nem pensavam em participar por não serem famosos na escola. Pelo menos em 2010 era assim. Em 2010 Grêmio era som no intervalo, Interclasses e ficar fora da sala. Ninguém da minha sala queria isso. Ou ficávamos na sala ou queríamos ir embora para casa

Pesquisador: Você acredita que durante a época que você estudou e que ocorreu o boicote ao Saresp, seria possível organizar um grêmio estudantil realmente ativo? Você acredita que a direção permitiria?

Amanda: Se seria possível organizar um grêmio estudantil realmente ativo? Acredito que pessoas que fariam um grêmio ativo não montariam uma chapa e caso montassem, não seriam

eleitos. E se essa chapa fosse eleita, a direção com certeza colocaria limites.

ANEXO 3: ENTREVISTA COM FELIPE SILVA

Pesquisador: Felipe, como se inicia o movimento de 2014 na escola Stela Machado?

Felipe: Estávamos enfrentando um momento de falta de professores (O que, por exemplo, já acontecia no período da tarde a anos) resultando em muitas aulas no pátio, onde ficávamos sentados sem qualquer atividade escolar até a próxima aula ou, se no caso fosse, até a saída. Essa questão ficou muito indigesta, uma vez que a direção não se posicionava enquanto gestão apresentando soluções ou autorizando as nossas, essas a utilização da quadra ou se conveniente até a saída antes do período de costume. Essa espera já era um tradição. Uma tradição nada saudável se levada a avaliação fria, é só ilustrarmos o ambiente: O pátio, um espaço vazio, quarenta adolescentes e alguns inspetores de “vigia”. Qualquer ação deveria ser autorizada por estes – o que quase sempre era negativa- e o acesso a todo prédio era controlado e restrito. Quase uma cadeia, até na questão arquitetônica e orgânica da escola (O patio era cercado de portões e grades, cores bem características de espaços de controle estatal e os vigias e hierarquias com suas chaves e notas de ocorrência). De alguma forma esse ócio foi produtivo. Começamos então a pensar essa situação, tanto a falta de professores, a falta de atividades, o motivo do “encarceramento”... E então fomos questionar a direção. Além de não apresentarem solução alguma, ainda fomos confrontados e colocados mais uma vez no pátio. A represália e morte de qualquer solução viável e democrática, como já é de modus operandi da escola que dessa vez não foi como as outras, a gente decidiu fazer o contraponto de outra forma. Nos reunimos ali mesmo e depois de muita conversa, a palavra “greve” surgiu... Assim começamos a pensar o que seria isso, como faríamos e quando. Essa palavra “greve” foi até um erro na forma de nomear a situação, por falta de experiência de todos em saber o que estávamos construindo ali. Depois acabou ficando mais evidente que aquele seria o primeiro ato de tantos outros que vieram depois. Estava marcada então a primeira manifestação desse movimento e o motor principal foi a reação da direção em como lidar com o corpo estudantil ou resolver problemas de falta de aulas.

Pesquisador: Como foi o comportamento da direção da escola e da Diretoria Regional de Ensino quanto souberam da convocação da manifestação?

Felipe: Quando souberam da manifestação vimos a direção trabalhar como um setor de inteligência da policia na resolução de um crime: Identificar uma possível organização e retalhar. Lembro que a divulgação foi feita por um evento no Facebook, este que eu mesmo fiz de um computador da própria escola, na sala de informática onde eu estagiava. A direção

bateu horário de criação de evento com os nomes divulgados ali, em parceria com a Diretoria regional de ensino convocou uma reunião com quatro de nós acompanhados com os pais, onde foram feitas diversas ameaças como atribuir a nós quatro e a nossos familiares a responsabilização de qualquer tipo de ocorrência ou acidente que acontecesse na manifestação, criminalizar a criação desta e desqualificar tanto nós enquanto pessoas quanto o movimento. Lembro que chamaram até a direção do programa de estágio que eu participava e ameaçaram inclusive o meu desligamento.

Pesquisador: Como ocorreu a adesão dos alunos para participarem do movimento?

Felipe: A indignação com a postura da gestão da escola mediante a falta de professores já estava posta, então quando o boca a boca e o evento no Facebook começaram a surgir, o movimento foi ganhando pessoas e ideias. Fazíamos o uso do intervalo, das próprias aulas, por meio de redes sociais, cartazes pela escola e até pelo bairro.

Pesquisador: Como ocorreu a manifestação dos estudantes da concentração até o desfecho?

Felipe: Foi totalmente o oposto das previsões da diretoria de ensino. Nos encontramos em frente a escola e começamos a organizar os grupos, os materiais e conversar com os estudantes. Alguns grupos ficavam responsáveis pelo diálogo com os estudantes que chegavam na escola, outro pela construção de cartazes, outro por se preparar para viabilizar os fechamentos de rua, alguns estudantes caso a mídia chegasse para gravações de Tv, jornal rádios e afins. Dado o teto da espera da concentração, partimos da escola Stela Machado até a diretoria de ensino (sem qualquer acidente ou fora de planejado que atrapalhasse o bem estar e organização geral). Chegando dissemos o motivo de estarmos lá, que gostaríamos de conversar com a Dirigente de ensino e apresentar nossas pautas.

A dirigente de ensino se negou a nos receber. Propôs que nos organizássemos em um grupo de quatro pessoas que representassem os demais em uma reunião fechada na sala dela, o que foi negado por nós em assembleia do lado de fora por experiências passadas deste tipo de reunião e por não considerarmos democrático e justo esse tipo de “representação”. Foi então que depois de um certo tempo e desgaste que ela aceitou nos receber em um auditório, em uma reunião geral. Eu mesmo optei por não entrar na reunião, aliás fui o único, pois eu sofri ameaças tanto da direção da escola quanto da dirigente de ensino.

Pesquisador: Qual foi a solução dada pela Diretoria de ensino?

Felipe: A dirigente de ensino se comprometeu a visitar a escola e nos ouvir, e somente isso. Aconteceu essa reunião, que acabou se transformando em um dos dias mais icônicos da escola: Se, por alguns momentos, conseguimos fazer alusão a uma cadeia na forma orgânica da escola, estrutural e arquitetônica, esse dia foi a rebelião: Como já tido de costume da postura de representantes de cargos de gestão, a dirigente de ensino se recusou a se reunir com toda escola, escolhendo um grupo seletivo de pessoas pra participar. O que ela não contava é que a escola “virou”, foi geral a postura de abandonar as aulas e cercar a sala de reunião na qual estávamos. A expressão da dirigente de medo e a postura de se evadir tornou insustentável o diálogo, ela estava com medo da própria escola... E não que isso modificou o caráter da reunião no sentido de efetividades em resoluções por parte dela, pois estava muito claro que aquilo ali não era deliberativo ou honesto no sentido de resolver os problemas da escola, a resolução dela se resumia à própria presença – coisa que deveria ser mínima e totalmente comum, um dirigente visitar as escolas que “dirige”-. O caráter simbólico do medo das figuras do topo da hierarquia foi algo que ficou marcado por muito tempo, as contradições desse medo de até mesmo agressão, a falta de conexão com a realidade do momento, da real intenção nossa com aquela “rebelião”, é uma prova muito concreta do quão criminalizados são os jovens da escola pública e suas vontades.

Pesquisador: Quais reflexos do movimento para a escola e os alunos da escola?

Felipe: A escola nunca mais foi a mesma, nem nós. Esse ato foi a primeira experiência de organização de muitos ali. Antes dele, as questões e inconformidades com a estrutura já existiam, mas o processo de as tornar pública e dialogar com nossos iguais sobre era algo novo, que modificou a relação tanto de nós, estudantes, quanto da própria comunidade no entorno da escola. Na mesma moeda, a direção da escola e diretoria de ensino também complexificaram seus métodos de punição aos movimentos, mas independente disso era evidente que aquele espaço e aquelas pessoas não eram as mesmas. É muito interessante pensar como a escola tomou outros rumos, até no campo dos docentes, agora ali era necessário um posicionamento mediante a escola, seja estes pelos olhos na direção ou pelos olhos de quem lutava por educação. Muitos embates, vitórias e perseguições vieram disso tudo.

Pesquisador: Como você avalia a participação do grêmio estudantil da escola Stela Machado durante todo o processo?

Felipe: O grêmio em grande parte dos momentos (anteriores, contemporâneos e futuros ao acontecido) era um sintoma de alguns problemas da nossa escola. Sempre, ou na grande maioria das vezes, o grêmio foi ocupado por jovens despolitizados e com um perfil comum: Populares por cor, classe e gênero. É uma ilustração de como a adolescência é uma época problemática pra algumas vítimas da história, além de mostrar como a escola nunca soube lidar com isso, fazendo a manutenção de desigualdade de possibilidades. Assim, como já é de se esperar, esse movimento não começou, ou em seu início, não teve adesão ou apoio de grêmio estudantil. No decorrer do movimento, e por mais problemático que isso pareça ser, avaliamos o grêmio e os estudantes delegados dele como uma força potencial em disputa. O grêmio tem uma série de assegurações constitucionais que possibilitariam luta, a direção sabia disso e trabalhava em “ter na mão” a entidade e os alunos eleitos, então, a grande disputa era na influência que poderíamos exercer a eles contrapondo as tentativas de poda da direção.

Pesquisador: Como você avalia a participação dos professores em todo o processo?

Felipe: É difícil avaliar isso de forma homogenia, no começo era minoria dos professores os que se pronunciavam sobre, ou deixavam claro a posição. Depois da explosão de acontecimentos, envolvimento da diretoria de ensino, casos de perseguição e afins, ficou insustentável a neutralidade, tanto pro apoio do movimento quanto tomar o lado da direção. Isso ficou muito evidente nos próximos atos que seguiram pós o primeiro, na relação tanto de participação nos próprios mas também em aulas. Lembro de um professor coordenador que tornou as aulas quase que insuportáveis, nos usando de exemplos negativos e tocando em assuntos delicados de forma grosseira. Nossa relação com o próprio sindicato dos professores era problemática, pois sempre queria aparelhar o movimento, tomar as rédias e tirar nossa autonomia. Os professores que apoiaram o movimento exerceram um papel fundamental na ajuda em diminuir as possibilidades de retalhações e punições, algumas vezes até se prejudicando, pois a direção da escola e a própria diretoria de ensino nunca teve pudor nenhum em achar ou criar brechas para prejudicar quem lutava ou luta por educação.

ANEXO 4: BOLETIM DE OCORRÊNCIA 28830/2015



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: CENTRAL POL.JUDICIÁRIA-BAURU
RDO No.:28830/2015

Folha: 1

JQLQNSCDBIEGNO[Yn[V^OQS

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 18 dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, nesta cidade de BAURU, Estado de São Paulo, na sede da(o) CENTRAL POL.JUDICIÁRIA-BAURU, onde presente se achava o(a) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) MILTON BASSOTO JUNIOR, Delegado(a) de Polícia respectivo(a), comigo Escrivão(ã) de seu cargo ao final nomeado(a) e assinado(a), comparece ANA CAROLINA GARCIA ALVES, filho(a) de MARIA LUIZA GARCIA ALVES e ELIZIO OSWALDO ALVES, com 37 anos, estado civil Solteiro, de nacionalidade , natural de BAURU/SP, de profissão DIRETOR(A) DE ENSINO, residente e domiciliada à , com endereço comercial à Empresa: RUA VENCESLAU BRAZ, 15-73 - null, no bairro VL.PACÍFICO, na cidade BAURU - SP . Sabendo ler e escrever, declarou que: Ao final da ocupação na escola, na madrugada do dia 10/12/15, e mais tarde, por volta das 07:45 horas, em visita pela escola, juntamente com os funcionários do local, constatei alguns danos ao patrimônio público, tais como: pichações na escada da entrada e sala de recursos, armários com sinal de arrombamento, CPU do computador da sala da biblioteca violado, cpu da sala de informática com o lacre rompido e sem as peças internas, cozinha da merenda muito suja, alimentos estragados e utilizados, conforme lista anexa, danos no alarme, bomba d água avariada, a qual dificultou a retomada das atividades escolares, além do xingamento à funcionaria Kelli, escrito "puta", na sala de login do computador utilizado por ela. Declara ainda, que na data de hoje(18/12/15), no início do horário de aulas, por volta das 06:45 hs, estava defronte à escola, um grupo de alunos que se manifestavam contra a diretora devido a mesma ter registrado ocorrência,em relação aos danos ao patrimônio público, da escola. Mais tarde, por volta das 09:00 hs, ouviu-se um estouro de uma bomba, no interior do pátio da escola, próximo ao hidrante, sendo que não houve danos, nem vítimas, causando grande susto, aos que ali se encontravam. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão(ã) de Polícia que parcialmente o digitei.

CONFERE COM ORIGINAL

MILTON BASSOTO JUNIOR
Delegado(a) de Polícia

[Handwritten signature of Ana Carolina Garcia Alves]
ANA CAROLINA GARCIA ALVES
Declarante

ANEXO 5: ABAIXO-ASSINADO 2015. PEDIDO DE ASSEMBLEIA.

Nós, alunos do E.E. Stela machado assinamos, vimos pelo presente requerer uma Assembleia feita por apenas nós alunos, para que seja discutida as ações da ocupação, bem como as ações que dela resultaram.

DATA: 17/12/2015 HORARIO: 10h

LOCAL: E.E. Stela machado (aundra)

Assinaturas:

Milena Campos

Nayla Shifany da Silva Lima

Isabelle Beatriz Pozner

Maria Gabriela Sobal do Santo

Fernando Carneiro

Thomaz Alexandre

Giovanna Dorsa de Oliveira

Francielly Mello

Giovanna de Alencar Garcia

Comylo Gomes

THABATA DALCERO B. GONÇALES

Henrique Apaixado da Silva

Laiana Caroline Zuchowetz dos Santos

Ana Carolina Ferreira

Gabriella V. Aze

Ana Julia de Oliveira

Rafaela Gera da Rocha Lobo Lillo

Julia Alves

Alexandre Cortez

Lucas André

Caio Vinícius

Laíla Monique de Souza Jorgetti

16.12.2015
Mônica

**ANEXO 6: RESPOSTA DA DIREÇÃO DA ESCOLA STELA MACHADO
NEGANDO PEDIDO DE ASSEMBLEIA**

EE. Stela Machado

INFORMAÇÃO

Protocolo N. 43 de 13/5/2016

Assunto: Assembleia estudantil para o dia 16/5/2016 as 10h40 para tratar da pauta atraso na eleição para o grêmio estudantil.

Pedido Indeferido, com base no parágrafo 2º, Artigo 9º do estatuto em vigor.

Em cumprimento a LC 444/85, Artigo 95, Inciso I, alínea e, no próximo dia 17/5/2016 será reunido o Conselho de Escola para regulamentar o novo Estatuto do Grêmio Estudantil da EE. Stela Machado, quando será devolvido aos alunos para as devidas providencias.

Baúru, 13 de maio de 2016.


ANA CAROLINA GARCIA ALVES
RG/27.132.705 – 4
Diretor de Escola

**ANEXO 7: ESTATUTO D GRÊMIO DA ESCOLA STELA MACHADO
VIGENTE ATÉ JUNHO DE 2016**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DELEGACIA DE ENSINO DE BACHO
EEP SG "Stela Machado"

ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Capítulo I

Da Denominação, Sede, Fins e Duração.

Artigo 1º - O grêmio estudantil "Stela Machado" é grêmio geral da escola EEP SG "Stela Machado".

com sede no referido estabelecimento de ensino e de duração ilimitada.
Parágrafo único - as atividades do "Grêmio" reger-se-ão pelo presente estatuto, aprovado em Assembleia Geral convocada para esse devido fim.

Artigo 2º - O Grêmio tem por objetivos:

I - Congregar o corpo discente da escola referida.

II - Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos.

III - Incentivar a cultura literária, artística e desportiva dos seus membros.

IV - Promover a cooperação entre administradores, professores, funcionários e alunos, no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento.

V - Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural, educacional, político, desportivo e social com entidades congêneres.

VI - Pugnar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo bem como pelo ensino público e gratuito.

VII - Pugnar pela democracia, pela independência e o respeito as liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política ou religiosa.

VIII - Lutar pela democracia permanente, dentro e fora da escola, através do direito de participação nos fóruns deliberativos adequados.

Capítulo II

Do Patrimônio, sua Constituição e Utilização

Artigo 3º - O patrimônio do "Grêmio" será constituído por:

I - Contribuição de seus membros;

II - Contribuição de terceiros;

III - Subvenções, juros, correções ou dividendos resultantes das contribuições;

IV - Rendimentos de bens móveis ou imóveis que possua ou venha a possuir;

V - Rendimentos auferidos em promoções da entidade;

Artigo 4º - A diretoria será responsável pelos bens patrimoniais do "Grêmio" e responderá, por eles perante suas instâncias deliberativas.

§1º - Ao assumir a diretoria do "Grêmio", o Presidente e o Tesoureiro deverão assinar um recibo para o Conselho Fiscal, discriminando todos os bens da entidade.

01
§2º - Ao final de cada mandato, o Conselho Fiscal conferirá os bens e providenciará outro recibo, a ser assinado pela nova diretoria.

§3º - Em caso de ser constatada alguma irregularidade na gestão dos bens, o Conselho Fiscal fará um relatório e entregará à Assembleia Geral, para as providências cabíveis.

§4º - O Grêmio não se responsabilizará por obrigações contrídas por estudantes ou grupos, sem ter havido prévia autorização da diretoria.

Capítulo III

Da Organização do Grêmio Estudantil

Artigo 5º - São instâncias deliberativas do Grêmio:

I - A Assembleia Geral dos estudantes;

II - A Diretoria do Grêmio;

III - o Conselho Fiscal.

Seção I

Da Assembleia Geral

Artigo 6º - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da entidade, nos termos deste estatuto, e compõe-se de todos os sócios do Grêmio e, excepcionalmente, por convidados, que abster-se-ão do direito ao voto.

Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente:

I - Para apresentação e acerto de contas da antiga diretoria e posse da nova;

II - No dia 11 de agosto de cada ano, nas comemorações do "Dia do estudante";

III - Ao término de cada mandato, para deliberar sobre a prestação de contas da diretoria e o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A convocação para as reuniões será feita pelo Grêmio, através de edital, divulgado com antecedência de 48 horas.

Artigo 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente, quando convocada por metade mais 1(um) da Diretoria do Grêmio.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, a convocação será feita com o mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, discriminando e fundamentando todos os assuntos a serem tratados em caso não previsto neste estatuto.

Artigo 9º - A Assembleia Geral deliberará por maioria simples de voto, sendo obrigatório o quórum mínimo de 5% dos alunos da escola para sua instalação.

§1º - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, realizar-se-ão em primeira convocação com a presença de mais da metade do corpo discente da U.E., ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número.

§2º - A realização das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deverão ser comunicadas ao Diretor da Escola, sem prejuízo de aulas e com discriminação completa e fundamentada dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - Todas as reuniões e eventos do Grêmio Estudantil deverão ser realizados em sua sede.

§ 4º - Quando da realização de qualquer evento ou reunião na sede, a diretoria do Grêmio e seus associados serão responsáveis pela manutenção da limpeza, da ordem e por qualquer dano material que venha a ocorrer no prédio da escola.

Artigo 10 - Compete a Assembléia Geral:

- I - Aprovar e reformular o estatuto do Grêmio;
- II - Eleger a diretoria do Grêmio;
- III - Discutir e votar as teses, recomendações, moções, adendos e propostas apresentadas por qualquer um de seus membros;
- IV - Denunciar, suspender ou destituir Diretores do Grêmio, de acordo com resultados de inquéritos procedidos, desde que comunicados e garantido o direito de defesa do acusado, sendo qualquer decisão tomada, neste sentido, por uma maioria de 2/3 dos votos;

V - Receber e considerar os relatórios da Diretoria do Grêmio e prestação de contas, apresentada juntamente com o conselho fiscal;

VI - Marcar, caso necessário, Assembléia Geral extraordinária, com dia, hora e pauta fixados;

VII - Aprovar a constituição da Comissão Eleitoral.

Seção II Da Diretoria

Artigo 11 - A Diretoria do Grêmio será constituída pelos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Primeiro secretário;
- IV - Segundo Secretário;
- V - Primeiro Tesoureiro;
- VI - Segundo Tesoureiro;
- VII - Diretor de Esporte e Cultura;
- VIII - Primeiro Suplente;
- IX - Segundo Suplente.

Artigo 12 - Cabe a Diretoria do Grêmio em consonância com a proposta educacional da escola:

I - Elaborar o plano anual de trabalho submetendo-o à aprovação da Assembléia Geral.

II - Dar à Assembléia Geral conhecimento sobre a programação e aplicação dos recursos do fundo financeiro.

III - Reunir-se ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, a critério de seu presidente ou por solicitação de 2/3 de seus membros.

Artigo 13 - Compete ao Presidente:

I - Representar o Grêmio na escola e fora dele;

II - Convocar e presidir às reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria;

III - Praticar "ad referendum" da Diretoria, os atos que por motivo de força maior se fizerem necessários, dando deles conhecimento na reunião subsequente;

IV - Assinar, juntamente com o tesoureiro, os documentos referentes ao movimento financeiro;

V - Assinar juntamente com o secretário, a correspondência oficial do Grêmio;

VI - Representar o Grêmio Estudantil junto ao Conselho de Escola e à Associação de Pais e Mestres - APM.

VII - Cumprir e fazer cumprir as normas do presente estatuto;

VIII - Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo;

Artigo 14 - Compete ao Vice-Presidente:

I - Auxiliar o presidente no exercício de suas funções;

II - Substituir o presidente nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e nos casos de vacância do cargo.

Artigo 15 - Compete ao Primeiro Secretário:

I - Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais, e expedir convites.

II - Lavrar as atas das reuniões da Diretoria;

III - Redigir e assinar, juntamente com o presidente, a correspondência oficial do Grêmio;

IV - Manter em dia os arquivos da entidade.

Artigo 16 - Compete ao Segundo Secretário:

I - Auxiliar o primeiro secretário no cumprimento de suas atribuições;

II - Substituir o primeiro secretário em seus impedimentos eventuais e em caso de vacância do cargo.

Artigo 17 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I - Ter sob seu controle direto todos os bens do Grêmio;

II - Manter em dia toda a escrituração do movimento financeiro do Grêmio;

III - Assinar, juntamente com o presidente, os documentos e balancetes, bem como os relativos a movimentação bancária;

IV - Apresentar, juntamente com o presidente, a prestação de contas ao Conselho Fiscal.

Artigo 18 - Compete ao Segundo Tesoureiro:

I - Auxiliar o primeiro tesoureiro em suas atribuições;

II - Assumir a tesouraria nos impedimentos do primeiro tesoureiro e nos casos de vacância do cargo.

Artigo 19 - Compete ao Diretor de Esporte e Cultura:

I - Coordenar e orientar as atividades esportivas do corpo discente;

II - Incentivar a prática dos esportes, organizando campeonatos internos;

III - Promover a realização de conferências, exposições, concursos, recitais, "shows" e outras atividades de natureza cultural;

IV - Escolher os seus colaboradores.

Artigo 20 - Compete ao Primeiro e Segundo-Suplentes os cargos vagos, na ordem em que ocorrer a vacância.

Seção III Do Conselho Fiscal

Artigo 21 - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) membros Efetivos e 3 (três) Suplentes, escolhidos em Assembleia Geral convocada para esta finalidade.

Artigo 22 - Ao Conselho Fiscal Compete:

I - Examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da entidade, a situação de caixa e os valores em depósitos;

II - Lavrar no livro de "Atas e Pareceres" do Conselho Fiscal, os resultados dos exames procedidos;

III - Apresentar na última Assembleia Geral Ordinária, que antecede a eleição, do Grêmio, as atividades econômicas da Diretoria;

IV - Colher do presidente e do tesoureiro eleitos, recibo discriminando os bens do Grêmio, o qual terá valor de inventário;

V - Convocar Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes, na área de sua competência.

Capítulo IV Dos Associados

Artigo 23 - São sócios do Grêmio, todos os alunos matriculados e freqüentes na U.E.

§ 1º - No caso de expulsão ou transferência, o aluno estará automaticamente excluído do quadro de gremista;

§ 2º - As sanções disciplinares aplicadas pela Escola ao aluno não se estenderão as suas atividades como gremista, fora do recinto escolar.

Artigo 24 - São direitos do Associado:

I - Participar de todas as atividades do Grêmio;

II - Votar e ser votado, observadas as disposições deste estatuto;

III - Encaminhar observações, sugestões e moções à Diretoria do Grêmio;

IV - Propor mudanças e alterações parciais ou completas do presente estatuto.

Artigo 25 - São deveres do Associado:

I - Conhecer e cumprir as normas deste estatuto;

II - Informar à Diretoria do Grêmio qualquer violação da dignidade da classe estudantil, cometida na área da escola ou fora dela;

III - Manter luta incessante pelo fortalecimento do Grêmio.

Capítulo V Do Regime Disciplinar

Artigo 26 - Constituem infrações disciplinares:

I - Usar o Grêmio para fins diferentes dos seus objetivos, visando o privilégio pessoal ou de grupo;

II - Deixar de cumprir as disposições deste estatuto;

III - Prestar informações referentes ao Grêmio, que coloque em risco a integridade de seus membros;

IV - Praticar atos que venham ridicularizar a entidade, seus sócios ou seus símbolos.

V - Atentar contra a guarda e o emprego de bens do Grêmio.

Artigo 27 - São competentes para apurar as infrações, dos itens "a" ao "d", a Diretoria, e do item "e", o Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Em qualquer das hipóteses deste artigo, será facultado ao infrator o direito de defesa perante a Diretoria ou o Conselho Fiscal.

Artigo 28 - Apuradas, as infrações serão discutidas na Assembleia Geral e aplicadas as penas de suspensão ou expulsão do quadro de sócios do Grêmio, conforme a gravidade da falta.

Parágrafo Único - O infrator, caso seja membro da diretoria, perderá seu mandato, devendo responder pelas perdas e danos perante as instâncias deliberativas do Grêmio.

Capítulo VI Das Eleições

Artigo 29 - São condições para ocupar cargos eletivos:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - Não estar cursando as séries finais;

III - Estar regularmente matriculado na U.E. e freqüentando as aulas.

Artigo 30 - O período de inscrição das chapas para concorrerem aos órgãos administrativos do Grêmio será contado a partir do primeiro dia letivo, até o 30º dia letivo do primeiro bimestre.

Artigo 31 - O período de divulgação e propaganda ocorrerá entre o 31º e o 45º dia letivo subsequente ao período de inscrição das chapas;

Artigo 32 - A data da realização das eleições ocorrerá na semana seguinte ao 45º dia letivo do ano escolar.

Artigo 33 - A apuração dos votos ocorrerá no dia imediato à realização das eleições.

Parágrafo Único - A Mesa Apuradora será presidida pelo diretor da U.E., em exercício na época da realização da eleição, e composta pela comissão eleitoral formada por dois professores eleitos pelos seus pares e por dois alunos representantes de cada chapa concorrente e indicados pelas mesmas.

Artigo 34 - Será considerada vencedora a chapa que conseguir maior número de votos.

§ 1º - Em caso de empate, haverá nova eleição no prazo de 10 (dez) dias letivos, concorrendo ao novo pleito todas as chapas anteriormente inscritas;

§ 2º - Em caso de fraude comprovada, a Mesa Apuradora dará por anulado o referido pleito marcando-se novas eleições no prazo de 10 (dez) dias letivos, concorrendo ao novo pleito todas as chapas anteriormente inscritas.

Artigo 35 - A posse da Diretoria eleita ocorrer no dia imediato à divulgação perante a comunidade, da chapa vencedora.

Artigo 36 - A duração do mandato da Diretoria eleita será de 1 (um) ano, a partir do dia da posse da mesma.

04

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 37 - O presente estatuto poderá ser modificado mediante proposta de qualquer membro do Grêmio ou dos membros da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - As alterações serão discutidas pela Diretoria do Grêmio e aprovadas em Assembleia Geral, através da maioria absoluta de votos.

Artigo 38 - As representações dos sócios do Grêmio só serão consideradas pela Diretoria do Grêmio quando formuladas por escrito, devidamente fundamentadas e assinadas.

Artigo 39 - A dissolução do Grêmio somente ocorrerá quando for extinta a escola, revertendo-se seus bens às entidades congêneres.

Artigo 40 - Nenhum sócio poderá se intitular representante do Grêmio sem a autorização, por escrito, da Diretoria.

Artigo 41 - O Grêmio constituído fora da data prevista no presente estatuto terá caráter extemporâneo e deverá obedecer aos prazos contidos nos artigos de 30 a 35 e seus respectivos parágrafos.

Parágrafo Único - O mandato caracterizado no artigo anterior terá sua vigência cessada quando da posse da nova Diretoria Eleita, segundo as datas previstas no presente estatuto.

Artigo 42 - Excepcionalmente, em caso de o Presidente e o Tesoureiro terem menos de 18 (dezoito) anos de idade, a abertura e movimentação da conta bancária do Grêmio ficará sob a responsabilidade de um pai de aluno, ou de um professor titular de cargo da U.E., indicado pela Diretoria Executiva.

Artigo 43 - Para que se cumpram as disposições contidas neste estatuto, após a eleição da primeira Diretoria do Grêmio Estudantil, esta deverá encaminhar ao Conselho de Escola a Ata das Eleições e a cópia do Estatuto aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 44 - Revogadas as disposições em contrário, este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Assembleia Geral do corpo discente da U.E., e na data de sua homologação pela Delegacia de Ensino.

DATA DE APROVAÇÃO DO PRESENTE PELA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ESTUDANTES:

03/ 06/ 97

DATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLA REGISTRANDO A CRIAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

03 / 06 / 97

COMISSÃO PRÓ GRÊMIO

NOME	ASS.
<i>Vanessa Rodrigues dos Santos</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Camila Sakai Parkino</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Adriane Ruffini Bionchini</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Maíra Vianini de Andrade</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Diego Leonardo de Souza</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Thiago Lopes</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Marcos Aurélio C. Krum</i>	<i>[assinatura]</i>
<i>Rosemaria Juncal</i>	<i>[assinatura]</i>

HOMOLOGAÇÃO DA DELEGACIA DE ENSINO

**ANEXO 8: DOCUMENTOS CONSTRUÍDO PELOS ALUNOS DAS
ESCOLA OCUPADAS EM BAURU**

07 12 2015

Dando

A Dirigente Regional de Ensino de Bauru

Nós alunos das escolas ocupadas **E.E. Stela Machado, E.E. Vereador Antônio Ferreira de Menezes** e a **E.E. Professor Ayrton Bush**, com a suspensão da reorganização, discutimos em assembleias e chegamos a conclusão que só desocuparemos as escolas acima citadas, caso sejam aceitas nossas reivindicações abaixo:

- Não haverá nenhuma forma de retaliação, perseguição e/ou qualquer outra ação que venha criminalizar alunos, professores, pais e apoiadores da ocupação.

- Deverá haver a garantia de que haja participação efetiva dos estudantes nas decisões da escola. Com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais. Com base no **Art. 1º da lei nº 7.398**, de 4 de dezembro de 1985. Disponibilizando assim, também, um espaço físico permanente para a instalação e realização das atividades do movimento estudantil/grêmio, assegurado no **Art. 6º da lei estadual nº 15.667**, 12 de janeiro de 2015.

- Deverá haver uma retratação pública da Dirigente Regional de Ensino, Sra. **Gina Sanchez**, por ter tornado pública, supostas “denúncias anônimas”, que afirmavam que estudantes estivessem portando e/ou utilizando drogas nas dependências das escolas ocupadas; é requerida esta pauta, pois não houve qualquer forma de averiguação, para comprovar se denúncias acima citadas, fossem, de fato, verídicas.

Bauru, 7 de dezembro de 2015.

Ciente:

ANEXO 9: ATA DE ELEIÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL 2016

Bauriv, 17 de junho de 2016, às 7h30 da manhã, na sala de reuniões, nas dependências da 8ª. ptela Machado, deu-se início à apuração dos votos para a eleição de grêmios 2016. Estiveram presentes, da Comissão Eleitoral, o Prof.^o Marcos Botagor, Brenda Pontes, Gabriela Cardoso e Marcos Vinicius, e, os representantes de chapa, Vinicius Alexandre, Amanda Bacci, Bruno Osli, Rafael Medeiros, Eduardo Moura e Natanael Luís. Foi somado o número de 418 votantes no período da manhã, conforme as listas paradas nas salas de aula durante a votação, que ocorreu no dia 16 de junho de 2016. No período da manhã, o total de votos para a chapa 1 foi de 168 votos, para a chapa 2 foi de 182 votos, para a chapa 3 foi de 28 votos, a chapa 4 obteve 0 votos, para a chapa 5 foi somado 13 votos, a chapa 6 obteve 2 votos, os votos em branco foram no total de 6 votos e nulos, no total de 31 votos. Houve diferença de 12 votos a mais em uma com o número de votantes. Foi somado o número de 394 votantes no período da tarde, conforme as listas paradas nas salas de aula durante a votação, que ocorreu no dia 16 de junho de 2016. No período da tarde, o total de votos para a chapa 1 foi de 134 votos, a chapa 2 obteve 127 votos, a chapa 3 foi de 6 votos, a chapa 4 obteve 25 votos, a chapa 5 foi de 51 votos, a chapa 6 obteve 25 votos, os votos em branco foram 6 votos e os nulos foram no total de 22 votos. Houve diferença de 2 votos a mais. Ainda do 6º ano D, Kevin Rafaela Garcia de Oliveira, fez uma denúncia, por meio de uma carta que foi entregue à Comissão da [REDACTED] um momento

em que a Comissão Eleitoral estava unificando as listas do período da tarde, o Professor [REDACTED] tirou foto da folha em que estava a denúncia. No período da noite houve 117 votantes, conforme as listas paradas nas salas de aula durante a votação. A soma dos votos de cada chapa, no período da noite, a chapa 1 obteve 77 votos, a chapa 2 obteve 18 votos, a chapa 3 obteve 1 voto, a chapa 4 obteve 1 voto, a chapa 5 obteve 11 votos, a chapa 6 obteve 2 votos, os votos em branco foram no total 3 votos e os nulos foram 6 votos. Na votação final, a soma dos votos da chapa 1 foi de 379, a soma final dos votos da chapa 2 foi de 327, a soma final dos votos da chapa 3 foi de 35 votos, a soma final dos votos da chapa 4 foi de 26 votos, a soma final dos votos da chapa 5 foi de 75 votos, a soma final dos votos da chapa 6 foi de 29 votos, a soma dos votos em branco foi de 13 votos, os votos nulos foi de 59 votos. A chapa mais votada foi a chapa 1 - Power Rangers. Fim mais para o momento, animem os alunos presentes.

Bruna Pontes da Silva

Gabriela Muniz Cardoso

~~Marco Vinicius~~ MARCO VINICIUS G. AIDINO

Nataniel Luiz de Souza 2º E

EDUARDO DE OLIVEIRA A. 2º D

Vitor Hugo Adres Pires N 39 1º D

Raphael Medeiros Batista n 28 2º D

Amanda Bacci Barbosa n 02 3º C

Bruno De Sá Carmo n 3 2º D

Vinicius Alexandre R. Amelico 2º F

★ ★ ★
CAPRICHÔ ★
 ★ ★ ★

YEAH



A chapa BDM (Bonde dos menores) (chapa número 3) declarou-se homofóbica frente a toda sala de aula durante sua divulgação. Antes mesmo de adentrarem a sala eles comentaram na porta "Odeio viade", no terceiro D - manhã.



EEPSG "STELA MACHADO"
 PRAÇA DE SÃO CARLOS

Data de Entrega

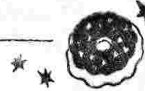
Nº do Doc.

Data de

Ass. *Carolina*

Assinatura do Funcionário

Kus.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Dentro por meio desta carta comunicar a denúncia que o professor [REDACTED] tem induzido os alunos do 6º ano D, do período da tarde, a votar nas chapas Pouter Rangers e SAC em troca de notas.

O fato ocorreu no dia 15/06/2016 (Quarta-feira), na primeira aula.

Suas palavras foram: "Oh, quem não votar na Pouter Rangers ou na SAC, eu vou abaixar a nota da média".

Testemunha:

[REDACTED], aluna do 6º ano D, do período da tarde.

Assinatura: [REDACTED]
 Aluna.